

RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas

Prestação de Contas das Atividades 2024

Apoio institucional:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS



**Assembleia
Legislativa**

Estado do Rio Grande do Sul

**Luciana
Genro** 
Deputada Estadual

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

FICHA TÉCNICA

- BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS é um projeto executado pela Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD)
- Com apoio institucional da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (SJCDH/RS)
- Emenda parlamentar de R\$ 97 mil reais destinados pela Deputada Estadual Luciana Genro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS)

COMUNICAÇÃO

- **SITE INSTITUCIONAL:** <https://ampd.org.br/>
- **HOTSITE BALCÃO:** <https://ampd.org.br/balcao-de-direitos/>
- **E-MAIL INSTITUCIONAL:** maesepaispelademocracia@gmail.com
- **INSTAGRAM DO PROJETO:**

<https://www.instagram.com/balcaodedireitos/>
- **E-MAIL DO PROJETO:** balcaodedireitos2024@gmail.com
- **INSTAGRAM:** <https://www.instagram.com/balcaodedireitos/>

SUMÁRIO

RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES	1
FICHA TÉCNICA	2
COMUNICAÇÃO.....	2
APRESENTAÇÃO DO BALCÃO	6
RESUMO DAS ATIVIDADES BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS	8
Equipe Multidisciplinar.....	8
Pesquisadores/as.....	8
Pesquisa Instituições	9
Pesquisa Perfil e Demandas das Famílias	9
14 Grupos de Apoio/Mutirões.....	9
Atendimentos Individuais	10
Pesquisa de Perfil de Perfil e Satisfação de Público do Balcão	11
Lançamento do Balcão	13
METAS	20
Meta 1	20
Contratação de coordenação – Coordenadora	20
Meta 2.....	21
Selecionar e contratar bolsista de pesquisa	21
Meta 3	21
Selecionar e contratar pesquisadores.....	21
Meta 4.....	21
Criação de Identidade Visual e Banner do Projeto.....	21
Meta 5	23
Criação de Redes Sociais e Postagens sobre Projeto e Público.....	23
Meta 6	24
Criação de Cards e Materiais Gráficos do Projeto	24
Meta 7	27
Construção dos formulários de pesquisa	27

Meta 8	42
Agendamento de reuniões com escolas, entidades e recursos institucionais	42
Meta 9	42
Realização de Pesquisas de opinião com público e instituições.....	42
Meta 10	42
Mapeamento das Instituições	42
Meta 11	43
Seleção e Contratação de Equipe Técnica Psico-Jurídica-Social.....	43
Meta 12.....	43
Formação da equipe e assessoria técnica	43
Meta 13.....	45
Seleção, agendamento e realização dos Grupos de Apoio	45
Grupo de Apoio 1.....	46
Grupo de Apoio 2.....	52
Grupo de Apoio 3.....	59
Grupo de Apoio 4.....	62
Grupo de Apoio 5.....	69
Grupo de Apoio 6.....	71
Grupo de Apoio 7.....	72
Grupo de Apoio 8.....	79
Grupo de Apoio 9.....	83
Grupo de Apoio 10.....	86
Mutirão 1.....	88
Mutirão 2.....	89
Mutirão 3.....	92
Mutirão 4.....	94
Meta 14.....	97
Relatórios de Pesquisa.....	97
Meta 15.....	164
Cartilha.....	164
Meta 16.....	205
Locação de sede	205
Meta 17.....	205
Cafés nos Grupos de Apoio.....	205

Metas 18 e 19	206
Atendimentos Individuais	206
Meta 20.....	220
II Congresso da Educação Inclusiva do Rio Grande do Sul.....	220
Meta 21.....	222
Encontrão do Balcão – Evento Final.....	222

APRESENTAÇÃO DO BALCÃO

O Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas, projeto da Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD) com apoio institucional da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e subsidiado através de emenda parlamentar da Deputada Estadual Luciana Genro, tem como objetivo principal promover a inclusão e o acesso aos direitos de pessoas atípicas, com foco em moradores das periferias de Porto Alegre e Região Metropolitana de Porto Alegre.

O Balcão é um projeto itinerante, formado por equipe multidisciplinar, que tem como objetivo o empoderamento, acolhimento, formação, orientação, comunicação, capacitação, pesquisa, identificação e organização de famílias atípicas das periferias de Porto Alegre e Região Metropolitana, sobretudo mães atípicas. Atua através de grupos de apoio, atendimentos individuais e formação adequada para o enfrentamento do capacitismo. Também fortalece as políticas públicas, a partir da política do cuidado e das cuidadoras, e dos encaminhamentos às redes institucionais de garantia de direitos. Atípicos são pessoas com deficiências (PCDs), neurodivergentes, autistas, altas habilidades/superdotados, pessoas com síndromes e doenças raras.

Em 2024, o Balcão **cadastrou 400 (quatrocentas) famílias atípicas, 1252 pessoas aproximadamente, fez 14 Grupos de Apoio/Mutirões com 239 mães, familiares e profissionais dos serviços comunitários** e atendeu um total de **224 famílias nos atendimentos individuais com a equipe multidisciplinar com alcance diretamente de 600 pessoas, resultando em 648 tipos de atendimentos - realizados em 10 cidades - Porto Alegre e Região Metropolitana (9 cidades).**

O Balcão incluiu ações em grupo e individuais, presenciais e online, com o intuito de acolher, orientar e fortalecer pessoas atípicas e suas famílias. Além disso, promoveu **2 eventos e 1 cartilha** que registra esse primeiro ano do projeto com muita pesquisa e informação sobre o público e suas necessidades e caminhos a serem percorridos. Dessa forma, atingindo e até superando as metas estabelecidas no Plano de Trabalho e com alto nível de satisfação do público pelo trabalho como será possível visualizar.

Pontos Fortes do 1º ano do Projeto:

- **Atendimento Amplo e Diversificado:** O Balcão atendeu uma grande variedade de demandas, com impacto direto em 1252 pessoas, mostrando uma abordagem multidisciplinar eficaz.
- **Foco na Inclusão e Acolhimento Afetivo e Efetivo:** O destaque para a avaliação do acolhimento da equipe (91% de nível satisfação) e de orientação parental (80% de nível de satisfação) evidencia o compromisso com a inclusão e o apoio familiar.
- **Abrangência Territorial:** O alcance em diversas regiões de Porto Alegre e da Região Metropolitana demonstra a capacidade de mobilização e atuação em áreas de vulnerabilidade e através da criação de redes de apoio.
- **Engajamento Feminino:** O envolvimento significativo de mulheres, especialmente mães atípicas (87% procuram o Balcão e 70% buscaram pelos atendimentos individuais atendidos), destaca o papel central delas como protagonistas do projeto e como agentes de transformação social das suas vidas e dos seus atípicos.

Este relatório de prestação de conta das atividades apresenta os dados coletados ao longo do ano de 2024 e a forma de implementação e viabilidade deste inédito projeto, **demonstrando o impacto do Balcão na vida das pessoas atendidas, sobretudo mães atípicas de Porto Alegre, de periferia**, e delineando os desafios e perspectivas para o próximo ano em que já se tem nova emenda destinada ao projeto pela Deputada Luciana Genro, com possível apoio institucional da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH).

Os dados aqui apresentados refletem o compromisso do Balcão em cumprir as metas do projeto e de promover a inclusão e a garantia de direitos para pessoas atípicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária através de políticas públicas que cheguem nas periferias e sejam mais eficazes e garantidoras de direitos.

RESUMO DAS ATIVIDADES BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS

Equipe Multidisciplinar

- Coordenação – Instituto Fidedigna/Socióloga Aline Kerber
- Advogada – Gabriela Garibaldi
- Psicólogo e Assistente Terapêutico – Leonardo Verna
- Assistente Social – Instituto Fidedigna/Estácio Louzada
- Bolsista de Pesquisa Mãe Atípica – Karen Perez (estudante de Pedagogia)

Resumo do trabalho:

O Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas atuou com a equipe multidisciplinar de forma ampla e significativa ao longo do ano, oferecendo suporte jurídico, psicossocial e educacional para famílias atípicas. As atividades desenvolvidas permitiram identificar lacunas nos serviços públicos e promover maior conscientização sobre os direitos das pessoas atípicas, fortalecendo redes de apoio e promovendo capacitação tanto para famílias quanto para profissionais.

O impacto das ações reafirma a importância do projeto, destacando a necessidade de continuidade e expansão das atividades para ampliar o alcance e garantir maior acesso aos direitos das pessoas atípicas. O comprometimento da equipe e das parcerias estabelecidas foram fundamentais para o sucesso das iniciativas ao longo do ano.

Pesquisadores/as

- Diogo Raul Zanini – Doutor em Educação
- Fabiana Lourenço – Doutoranda no Direito
- Fátima Cardoso – Liderança Comunitária
- Flávia de Sá – Jornalista e mãe atípica
- Juliana Prestes – Historiadora e estudante de pós-graduação em psicopedagogia

Pesquisa Instituições

- 50 instituições mapeadas de Porto Alegre e RMPA e 38 entrevistadas de Porto Alegre por pesquisadoras. Das entrevistadas:
 - 66% instituições educacionais ou de assistência
 - 18% Conselhos Tutelares
 - 11% Organizações da Sociedade Civil
 - 5% Unidades de Saúde
 - Bairros: 39% Lomba do Pinheiro; 10% Santa Rosa de Lima; 6% Centro; 6% São José; entre outros
 - Essa pesquisa contribuiu com a articulação dos territórios junto às famílias atípicas

Pesquisa Perfil e Demandas das Famílias

- 400 famílias entrevistadas/cadastradas
- **Total de 1252 pessoas identificadas nas entrevistas das famílias atípicas**
- **87% são mães que procuram o Balcão**
- 80% buscam apoio psicológico (atendimento para filho/a)
- 42% buscam apoio jurídico (escola, terapias e benefícios)
- 42% buscam apoio da assistência social (BPC e outros benefícios, além de apoio durante a enchente)

14 Grupos de Apoio/Mutirões

- **239 mães e familiares e profissionais nos Grupos de Apoio, distribuídos assim:**
 - 70 pessoas na Lomba do Pinheiro (Vó Belinha e Planeta Mágico, CPCA, Médicos sem Fronteiras) e Galpão Cultural do Morro da Cruz (4)
 - 64 pessoas na Restinga (3)
 - 32 pessoas no Santa Rosa de Lima e EEEF Bento Gonçalves (2)
 - 25 pessoas no Museu do Hip Hop RS e Escola Especial Recanto da Alegria (2)
 - 18 pessoas na EMEF Carlos Pessoa de Brum - Belém Velho (1)

- 16 pessoas em Cachoeirinha (1)
- 14 pessoas em Sapucaia (1)

Atendimentos Individuais

- **224 famílias acolhidas individualmente pela Equipe (com 1 ou 2 profissionais ao mesmo tempo) que atendeu individualmente e/ou a família, assim:**
 - **600 pessoas atingidas diretamente (aproximadamente)**
 - 648 tipos de atendimentos
 - 70% mães atípicas, 3% pais atípicos e 9% profissionais da educação que procuram o serviço pra contribuir com seus alunos
 - 10 cidades de residência das famílias que procuram o serviço do Balcão
 - 80% de Porto Alegre, além de 9 outras cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre
 - 21 bairros de POA com concentração da maioria dos atendimentos na **Restinga, Lomba do Pinheiro, Santa Rosa de Lima e Centro**
 - 82,4% famílias TEA, 8% TDAH, 5% TOD (transtornos que aparecem combinados também) e 2% Síndrome de Down
 - 60% dos atendimentos pelo whatsapp e 25% presenciais
 - 47,3% atendimentos de orientação parental/orientações diversas
 - 21,4% atendimentos de saúde
 - 15,2% atendimentos de inclusão escolar
 - 13,4% atendimentos que envolviam direitos civis
 - 12% atendimentos geraram encaminhamentos para as Defensorias Públicas do Estado e União
 - 91% dos atendimentos geraram acolhimentos; 69% informação; 65% apoio de encaminhamento; 63% de encaminhamentos
 - Doação de 200 abafadores, remédios, alimentos e roupas durante a enchente e pós-enchente de maio de 2024
- **Principais Questões de Educação:**
 - Falta de vagas em escolas próximas ao local de residência
 - Necessidade de monitoria exclusiva e recusas de matrículas (crime)
 - Dificuldades em conseguir vagas em educação infantil e apoio especializado
- **Principais Questões de Saúde:**
 - Ausência de diagnósticos e laudos necessários

- Falta de acesso a terapias multidisciplinares (fonoaudiologia, psicologia, neurologia pediátrica)
- Dificuldade em obter medicações essenciais
- Problemas de saúde mental, incluindo tentativas de suicídio e crises emocionais
- **Principais Questões de Direitos e Apoio Financeiro:**
 - Negativa de benefícios como BPC-LOAS
 - Desconhecimento de direitos previdenciários e de saúde
 - Dificuldade financeira para cobrir despesas com tratamentos, terapias e alimentação
- **Principais Questões de Inclusão e Discriminação:**
 - Casos de capacitismo e intolerância contra pessoas autistas e suas famílias
 - Desafios em encontrar espaços para jovens com deficiência se integrarem no mercado de trabalho ou em atividades recreativas
- **Principais Questões de Contextos familiares e sociais:**
 - Mães sobrecarregadas emocionalmente e financeiramente
 - Percepção de desamparo por parte do Estado e instituições responsáveis
 - Casos de insegurança e medo, como ameaças de vizinhos

Pesquisa de Perfil de Perfil e Satisfação de Público do Balcão

- 51 participantes do Balcão avaliaram a satisfação e deram nota ao serviço prestado pelo Balcão em diversas dimensões
- 1/4 do público atendido pelos Grupos de Apoio e Mutirões foi entrevistado
- A amostra é representativa dos 200 participantes dos Grupos de Apoio e Mutirões
- Os/as entrevistados/as foram selecionados por sorteio e pesquisados por telefone com apoio de pesquisadora e formulário online
- A maior satisfação encontrada foi nos assuntos tratados nos Grupos de apoio/mutirões, 90,2% se disseram satisfeitos e muito satisfeitos
- 88,3% destacaram com satisfação e muita satisfação o acolhimento e empatia da equipe, 86,3% a organização, 85,4% a experiência, 83,6% os Grupos de apoio/mutirões
- 84% deram notas entre 9 e 10 para satisfação com as orientações e formações e acolhimento do Balcão
- 82% dos entrevistados deram nota 9 e 10 para a capacitação dos profissionais do Balcão
- Orientação parental recebe nota 9 e 10 de 80% dos entrevistados
- 80% estão satisfeitos e muito satisfeitos com os conteúdos publicados no Instagram do Balcão.

- 75% de satisfação e muito satisfação do atendimento da equipe, segundo menor percentual de satisfação e muita satisfação, isso porque é um projeto itinerante e sem sede que precisa qualificar seu atendimento com um espaço organizado, fixo e com acomodação para o público
- 72% estão satisfeitos com o impacto do projeto no bem-estar das suas famílias atípicas, menor percentual de satisfação e muita satisfação, o que também depende de tempo e continuidade da política pública
- Com base nos dados analisados, é possível identificar a predominância de participantes do sexo feminino no projeto realizado ao longo do ano de 2024 e que se reflete nos Grupos de Apoio e Mutirões. Dos registros fornecidos, a esmagadora maioria dos participantes é composta por mulheres, com poucas participações masculinas, entre os sorteados da amostra, o que condiz com os dados de participação paterna do relatório dos atendimentos individuais.
- Essa distribuição indica que aproximadamente 92,2% dos participantes são mulheres, enquanto 7,8% são homens.
- Predominância Materna: A maior parte dos participantes é composta por mães de pessoas atípicas, representando 62% do total. Isso reflete o papel das mulheres como principais cuidadoras em contextos familiares, especialmente em situações que envolvem cuidado constante e demandas específicas de pessoas com deficiência.
- Sobrecarga Materna: A alta representação de mães sugere que elas estão, muito provavelmente, sobrecarregadas com as responsabilidades de cuidado. O que aponta para novos desafios de se incluir mais acolhimento, orientação parental, apoio emocional, psicológico e de trabalho e renda no projeto.
- Concentração na Faixa Economicamente Ativa: A maior parte dos participantes está na faixa etária economicamente ativa, entre 31 e 50 anos. Isso reflete um público que busca apoio para equilibrar responsabilidades profissionais e familiares, especialmente no cuidado de pessoas atípicas.
- Predominância do Ensino Médio: A maior parte dos participantes possui o Ensino Médio Completo, com 40% do total, indicando que o projeto é especialmente relevante para pessoas com essa formação educacional.
- Baixa Escolaridade: Um número significativo de participantes possui escolaridade até o Ensino Fundamental, representando um público que enfrenta desafios adicionais no acesso à informação e aos direitos e que precisa do conjunto das políticas públicas com total prioridade.
- Predominância de Baixa Renda: 46% dos participantes possuem renda per capita de até meio salário mínimo, caracterizando-se como população de baixíssima renda. Isso reforça a importância do projeto em fornecer apoio a comunidades economicamente vulneráveis e periféricas.
- Diversidade Socioeconômica: Apesar da predominância de baixa renda, o projeto também inclui participantes de faixas de renda média e alta, o que demonstra a abrangência do público atendido como profissionais da educação, da assistência, da saúde e conselheiros tutelares.

Lançamento do Balcão

- 24/01/24, 14h, na Sala Salzano Vieira da Cunha, ALRS
- 45 participantes de diversas entidades representativas da causa da Pessoa com Deficiência como AFAD e Instituto Colo de Mãe - de Porto Alegre e RMPA
- Registros fotográficos:











- Listas de presença GERAL:

https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1EGajmp7QXy-bLV-AekyAnkBS3Fm_h_us



LANÇAMENTO DO BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS – 24/01/2024 – 14H, ALRS

Nome completo	Instituição/Entidade	Cargo	Email	Telefone
X Juliana Lourenço	SHED LCMR	Coordenadora	juliana.lourenco@shed-lcmr.org.br	(31) 998304393
X Mariana Pires	Associação do Dirigente	Coordenadora	mariana.pires@associaododirigente.org.br	(51) 995161661
MARCELO PIRES	AMPD	Secretário	marcelo.pires@ampd.org.br	(51) 99472916
Valério Pires	UNOC	Coordenador	valerio.pires@unoc.org.br	(51) 99211114
Roberto Pires	SEBUC	Coordenador	roberto.pires@sebuc.org.br	(51) 999199195
X RITA MACHADO	Fórum das Mulheres Africanas	Coordenadora	rita.machado@forumdasmulheres.org.br	(51) 991416645
X Katiuscia Benza Bina	Fórum das Mulheres Africanas	Coordenadora	katiuscia.benza@forumdasmulheres.org.br	(51) 992862329
X HUGO ENZO EIDE	REDE GAÚCHA P/D-OUTROS	Coordenador	hugo.enzo@redegaucha.org.br	(51) 999852334
X Ana Margarida Braga	Associação das Mulheres	Coordenadora	ana.margarida@associaodasmulheres.org.br	(51) 99246301
X LIZIAN CRISTINA	COPEPE	Vice-Presidente	lizian.cristina@copepe.org.br	(51) 999852334
X Helene Maria Bernardi	CECDCT/AL	Coordenadora	helene.bernardi@cecdct.org.br	(51) 999852334
LEONARDO VIEIRA	AMPD	Coordenador	leonardo.vieira@ampd.org.br	(51) 999852334
JENNIFER DA LIMA	AMPD	Coordenadora	jennifer.da.lima@ampd.org.br	(51) 999852334
JOÃO DA SILVA	AMPD	Coordenador	joao.da.silva@ampd.org.br	(51) 999852334
VICENTE FIORENTINI	FD 500 de São Paulo	Coordenador	vicente.florentini@fd500.org.br	(51) 999852334
WILSON DO NASCIMENTO	BOL CASH	Coordenador	wilson.donascimento@bolcash.org.br	(51) 999852334
VIVIANE MACHADO	VERGS	Coordenadora	viviane.machado@vergs.org.br	(51) 999852334
EMANUEL CARNEIRO	AMPD/ALRS	Coordenador	emanuel.carneiro@ampd.org.br	(51) 999852334
LORENA VIEIRA	AMPD	Coordenadora	lorena.vieira@ampd.org.br	(51) 999852334
VALÉRIO DA SILVA	AMPD	Coordenador	valerio.da.silva@ampd.org.br	(51) 999852334
Ana Laura Portella		Estudante	ana.laura.portella@idc.org.br	(51) 999852334



LANÇAMENTO DO BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS – 24/01/2024 – 14h, ALRS

Nome completo	Instituição/Entidade	Cargo	Email	Telefone
Paula Fátima Bastos		Assistente Social	peccafat@outlook.com	51 988971350
Alana Pedreira Gomes	Al - Gê. Luciana Gomes		lobanagomes@hotmail.com	51 918260453
Monika Rorato	GEOPARSA - UPRLS	Secretaria	mmonika@geopar.com.br	
Conselho da Água	AMENCAR	Diretor Geral	comunicacao@amencom.br	51 992688551
Algo para Bom	Amigolixo		algora@outlook.com	52 982197227
Alonso Lopes			alonsolopes@gmail.com	9139-4043
Chamisso Waperram	São Valério/RS - Pólo	Agente Zoológico SCS	chamisso@outlook.com	51 953013435
ULETE DAS M. OLIVEIRA			leteoliveira@hotmail.com	51-999624927
Luciana Mayara	SINDIPROF/RS		sindprof.rs@gmail.com	51-30861456
Jonas de Paula Rosa	MAZILIA - RJ	atendimento público		
Rosane Moura	SINDIPROF/RS		sindprof.rs@gmail.com	991814826
Valderez D. Soares	SINDIPROF/RS	prof		99648849
Marcia Gai Rossi	CIS	CIS	marciagai@portobelo.org.br	9963-1909
Lucas Dutra	Conselho Tutelar	consulheiro Tutelar	lucas.dutra@portobelo.org.br	9963-5056
Paula Maria Zepherino	Paula Maria Zepherino	Matr. Atípica	PaulaMariaZepherino@gmail.com	51 954495034
Paula de Santa Rosa	AMPD	DIRETOR		51 996914232
EDUARDINO F. DOS SANTOS	AMPD	SECRETÁRIO	eduardino@ampd.org.br	51 996914232
ADELI SELL	CHPA	TRABALHADOR	adeli.sell@chpa.org.br	51 999614414
CECILE FIORUINI	AMPD - POA	Assistente	cecile.fioruini@ampd.org.br	51 995555548
Juliana S. Prieto	AMPD	Ass. parlamentar	juliana.s.prieto@ampd.org.br	51 99403182
Thelma Fagundes	Mandato Luciana	Ass. parlamentar	thelma.fagundes@ampd.org.br	51 982510368
Dr. Roberto C. de Jesus	Emprego 112	Matr. Atípica	roberto.c.jesus@gmail.com	51-931093856
Edmaria B. Gomes	AMPD	Coordenadora	edmaria.b.gomes@gmail.com	51-993637965
Alina Kenner	AMPD		alina.kenner@gmail.com	

METAS

- Todas as metas de atividades foram cumpridas. Salienta-se que o Assistente Social foi necessário para a metade do tempo previsto, aumentando o tempo do psicólogo no projeto e a possibilidade de apoio na prestação de contas, conforme foi constatada a necessidade e será demonstrado no Relatório físico-financeiro.
- A bolsista de pesquisa só pode cumprir 7 (sete) meses dos 8 (oito) previstos em contrato.
- Algumas listas de presença não foram coletadas, mas as fotos comprovam o trabalho.
- Os registros fotográficos são ilustrativos do projeto.



Meta 1

Contratação de coordenação – Coordenadora

- Período: Janeiro a dezembro de 2024
- Comprovação:
 - Contrato:
https://drive.google.com/drive/folders/118AwTALf3J6whumCh8UPaR_waxh8FLMQ?usp=sharing
 - 11 Relatórios mensais de trabalho (compilados neste Relatório final).
1 Relatório Final (em tela).

Meta 2



Selecionar e contratar bolsista de pesquisa

- Período: Maio a dezembro de 2024 (exceto setembro)
- Contrato:
https://drive.google.com/drive/folders/118AwTALf3J6whumCh8UPaR_waxh8FLMQ?usp=sharing
- Relatório final de trabalho:
<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1BoycPGkKRlRy0R-61l9x07GjnLD82GQh>

Meta 3



Selecionar e contratar pesquisadores

- Período: Março a dezembro de 2024
- Comprovação:
- Relatórios de pesquisas (em tela)

Meta 4



Criação de Identidade Visual e Banner do Projeto

- **Período:** Janeiro de 2024 (utilizado em todo período em todos os materiais físicos e virtuais previstos)





Meta 5

Criação de Redes Sociais e Postagens sobre Projeto e Público

- Período: Janeiro a Dezembro de 2024
- Link do Instagram: <https://www.instagram.com/balcaodedireitos/>
- Resultado:
 - 280 posts autorais sobre o projetos e informações
 - 1843 seguidores da página
 - 1656 seguidas pela páginas

balcaodedireitos ▾ ●



Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas

280
posts

1.843
seguidores

1.656
seguindo

Empoderamento de famílias atípicas através de acolhimento afetivo, jurídico e psicossocial.

 balcaodireitos2024@gmail.com

Apoio institucional: SJCDH

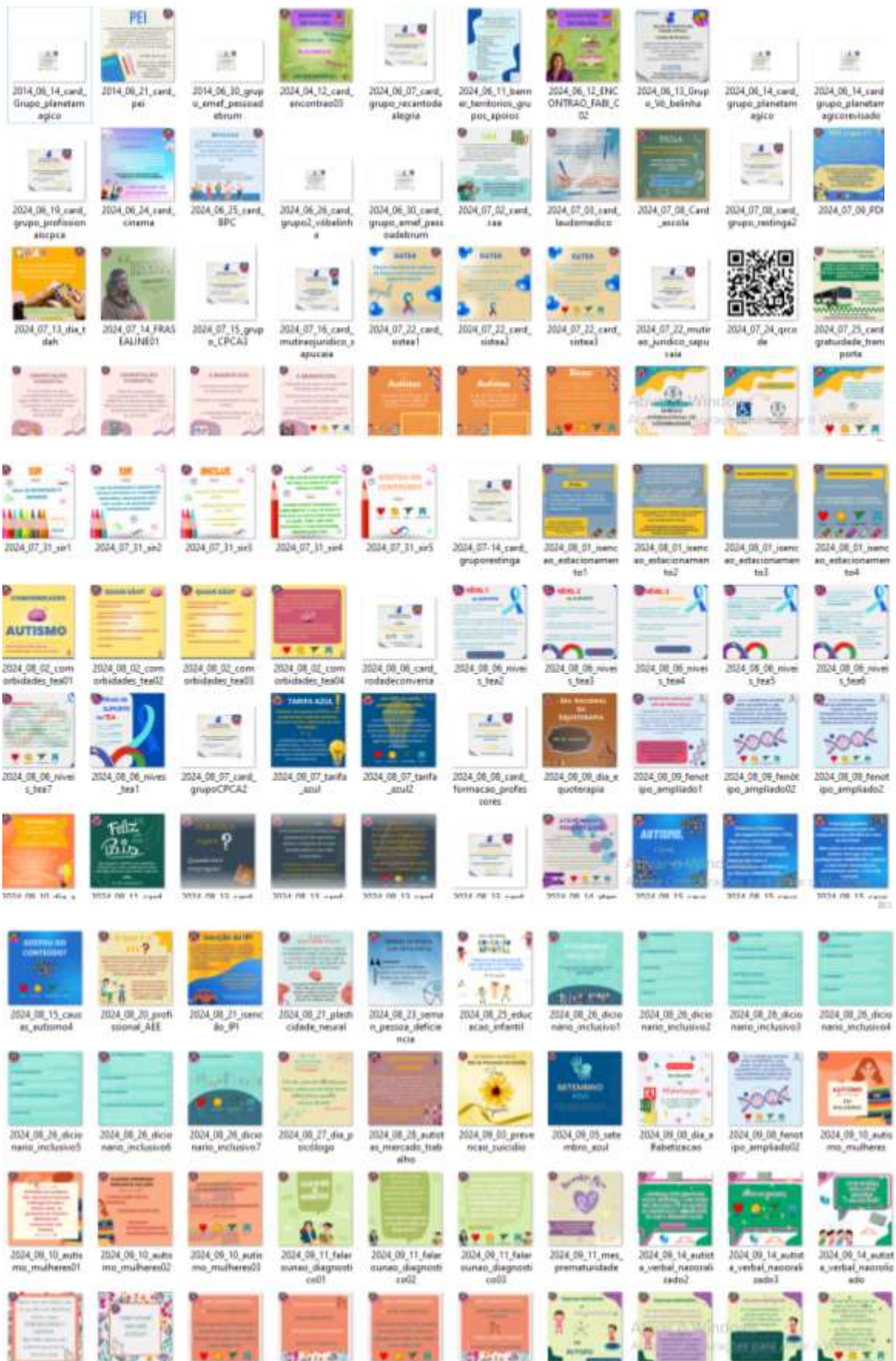
 forms.gle/hAe1Rs5FAY7fiYHL9

Fonte: Instagram, atualizado em 22 de janeiro de 2025

Meta 6 

Criação de Cards e Materiais Gráficos do Projeto

- Período: Janeiro a Dezembro de 2024
- Resultado: 187 cards/artes criados e publicados no instagram do projeto e Grupos de whatsapp dos Grupos de apoio/mutirões
- Link dos cards:
https://drive.google.com/drive/folders/1e62Ze6KVRstKWXLPeSkdNCRNYRgAPQ8_?usp=sharing



Meta 7



Construção dos formulários de pesquisa

- Formulário eletrônico da pesquisa institucional:
https://docs.google.com/forms/d/1Wx1JjngavEyt3fPWb8TGSJ_AxmJxNTHXwS5xmxNMbIA/edit?usp=drive_web
- Formulário em imagem:

PESQUISA COM INSTITUIÇÕES/ENTIDADES QUE ATENDE PESSOAS ATÍPICAS – BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS/2024

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA:

Olá, _____ (bom dia/boa tarde)! Sou a/o pesquisador/a _____, Informo que esta pesquisa só será explicitada publicamente de forma geral, garantindo o sigilo e confidencialidade dos dados nela declarados e dos respondentes.

O Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas é um projeto de dezembro/2023 a dezembro/2024 da Associação Mães e Pais pela Democracia e da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Estado do RS. É formado por uma equipe multidisciplinar que faz pesquisas e atendimentos itinerantes nas comunidades e periferias de Porto Alegre com o objetivo de empoderar efetivamente e afetivamente as famílias atípicas, sobretudo mães, em relação aos direitos e ao conhecimento para que possam multiplicar nas suas regiões. São consideradas famílias atípicas quando há pelo menos 1 membro da família com deficiência, neurodivergência (autismo, TDAH, TOC, TOD, entre outras), síndromes e doenças raras.

São etapas do Projeto:

- 1º) Pesquisa e mapeamento de 50 instituições;
- 2º) Pesquisa de 400 famílias atípicas em 8 territórios;
- 3º) 10 Grupos de Apoio e 200 atendimentos individuais;
- 4º) Disseminação do conhecimento com eventos e cartilha.

TERMO DE CONHECIMENTO E CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Declaro ter conhecimento da Lei de n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e autorizo expressamente a coleta, processamento, compartilhamento e divulgação de meus dados pessoais nos termos da referida Lei, especificamente para fins relacionados às atividades da AMPD - Associação Mães e Pais pela Democracia.

Eu isento a AMPD e quaisquer indivíduos, empresas, ou entidades que coletem, processem, compartilhem ou divulguem minhas informações de quaisquer medidas, processos judiciais, controvérsias, procedimentos, arbitragens, investigações e qualquer outra responsabilidade originada da coleta, processamento, compartilhamento e divulgação de meus dados de acordo com a Lei de n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018, especificamente para fins relacionados às atividades da AMPD.

Eu entendo que meus dados poderão ser transferidos para países fora do Brasil para as finalidades específicas às atividades da AMPD. Eu entendo que tais países podem não possuir o mesmo nível de proteção de dados quando comparados aos procedimentos adotados em meu país de origem e eu expressamente autorizo a transferência de minhas informações para processamento em consonância às atividades necessárias pela AMPD.

- () SIM, ACEITO
() NÃO, NÃO ACEITO

QUESTIONÁRIO INSTITUCIONAL

- Nome da entidade
 - Segmento
 - Endereço completo
 - Telefone
 - E-mail
 - Quantas famílias atípicas atende atualmente por mês?
 - Quantas famílias atípicas não conseguem atender atualmente por mês?
 - Quando iniciaram os atendimentos das famílias atípicas (mês/ano)?
 - Quais são os principais diagnósticos das pessoas atípicas que vocês atendem?
 - Quais são as maiores necessidades do público atípico da região em relação às políticas públicas?
 - Nas políticas públicas, quais são os capacitismos (discriminações) mais frequentemente percebidos contra os atípicos?
 - Quais são os serviços existentes na entidade para o público atípico?
 - Quais são os trabalhos (ações) realizados com o público atípico na região?
 - Quais são os desafios da inclusão escolar na região?
 - Quais são os atendimentos em saúde, assistência e segurança pública que conhece para o público na região e na cidade?
 - Na sua opinião, quais são as expectativas, interesses e possibilidades do público e da entidade com o Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas?
 - A entidade pode apoiar a construção dos Grupos de Apoio para o Balcão de Direitos?
 - Quais são as sugestões de dias e turnos melhores para o público?
 - Nome do/da informante:
 - Cargo do/da informante:
 - Data da entrevista:
 - Local de realização:
 - Pesquisador/a:
 - Observações:
-

- Formulário eletrônico da pesquisa com as famílias/cadastro:
https://docs.google.com/forms/d/1L72P_OebqnZpUe1CpcVI5USs0QdznYDxbuy-WSteWGM/edit
- Formulário em imagem:

QUESTIONÁRIO_INDIVIDUAL_PRÉ-CADASTRO
CADASTRO DAS FAMÍLIAS ATÍPICAS - BALCÃO DE DIREITOS DAS
PESSOAS ATÍPICAS - AMPD e SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS DO RS
- CADASTRO A SER RESPONDIDO PELAS MÃES, PAIS E
RESPONSÁVEIS DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
ATÍPICOS OU PELA PRÓPRIA PESSOA ATÍPICA COM A FINALIDADE
DE:

- PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE APOIO E/OU
- ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. NOME DA ESCOLA:

2. NOME DA CRIANÇA/ADOLESCENTE:

3. IDADE DA CRIANÇA/ADOLESCENTE:

4. NACIONALIDADE:

5. RAÇA/COR:

preto ()

branco ()

pardo ()

amarelo ()

indígena ()

6. IDENTIFICAÇÃO DE GÊNERO:

mulher transgênero (se identifica com um gênero diferente daquele atribuído no nascimento) ()

homem transgênero (se identifica com um gênero diferente daquele atribuído no nascimento) ()

não-binário (pode não se ver em nenhum dos papéis comuns associados aos homens e às mulheres) ()

mulher-cis (se identifica com o sexo biológico - do nascimento) ()

homem-cis (se identifica com o sexo biológico - do nascimento) ()

prefiro não informar ()

7. ENDEREÇO COMPLETO:

8. É DE QUAL BAIRRO/REGIÃO?

9. QUAL A SÉRIE/ANO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE?

10. ASSINALE A FREQUÊNCIA ESCOLAR:

não está frequentando a escola atualmente ()

está frequentando a escola ()

10.1 SE A CRIANÇA/ADOLESCENTE NÃO ESTÁ FREQUENTANDO A ESCOLA, INFORMAR O MOTIVO:

10.2 SE A CRIANÇA OU ADOLESCENTE ESTÁ FREQUENTANDO A ESCOLA, INFORMAR A FREQUÊNCIA:

todos os dias ()

metade da semana ()

de 1 a 2 dias na semana ()

11. NÍVEL ESCOLAR (SÉRIE/ANO):

II - INFORMAÇÕES BÁSICAS DA PESSOA ATÍPICA

1. Possui alguma deficiência ou neurodivergência (com laudo ou suspeita)?

SIM ()

NÃO (ENCERRA A PESQUISA) ()

2. Qual o(s) diagnóstico(s)? (com ou sem laudo)

3. ASSINALE AS DEFICIÊNCIAS/NEURODIVERGÊNCIAS DA CRIANÇA/ADOLESCENTE:

DEFICIÊNCIA VISUAL - CEGUEIRA ()

DEFICIÊNCIA VISUAL - BAIXA VISÃO ()

SURDOCEGUEIRA ()

DEFICIÊNCIA AUDITIVA ()

HIPERSENSIBILIDADE AUDITIVA ()

SURDEZ ()

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ()

DEFICIÊNCIA PSICOSSOCIAL ()

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO ()

DIFICULDADE SENSORIAL ()

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA ()

DEFICIÊNCIA FÍSICA ()

TOD ()

TDHA ()

TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL ()

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO ()

OUTRO (A) ()

4.1 Se a opção "OUTRO" foi selecionada na questão anterior, informe qual a deficiência ou neurodivergência:

5. Você precisa de adaptações para participar dos Grupos?

LIBRAS ()

BRAILLE ()

MATERIAL AMPLIADO ()

ÁUDIODESCRIÇÃO ()

PROTETORES AURICULARES ()

OUTRO (INFORMAR NA PRÓXIMA QUESTÃO) ()

NÃO NECESSITO DE ACESSIBILIDADE ()

5.1 Se a opção "OUTRO" foi selecionada na questão anterior, informe qual adaptação é necessária:

6. Tem laudo?

SIM ()

NÃO ()

PERDEU ()

7. Responda se tiver laudo/se tiver esperando pelo laudo. Qual o tempo de espera pelo laudo?

II - DADOS DO/DA INFORMANTE (Informante pode não ser a pessoa atípica)

- famíliaS são entendidas aqui como aquelas pessoas que residem no mesmo lar e/ou se comprometem com cuidados e apoios da criança, adolescente ou jovem atípico

1. Nome completo:

2. Relação/grau de parentesco com a(s) pessoa(s) atípica (s):

a própria pessoa atípica ()

mãe ()

pai ()

padrasto/madrasta ()

avó/avô ()

tio/tia ()

irmão/irmã ()

Outro (explicar qual na próxima questão) ()

2.1 Explicar qual relação/grau de parentesco com a(s) pessoa(s) atípica (s), caso tenha escolhido a opção "outro":

3. Telefone/whatsapp:

4. Dias e turnos melhores para participar do Grupo de Apoio e para atendimentos individuais:

5. Tipo de atendimento individual que precisa:

Advogada ()

Psicólogo ()

Assistente Social ()

6. Tipo de moradia:

própria ()

alugada ()

cedida ()

coletiva - hotel, hospedaria, pensionato ()

ocupação ()

2. Relação/grau de parentesco com a(s) pessoa(s) atípica (s):

a própria pessoa atípica ()

mãe ()

pai ()

padrasto/madrasta ()

avó/avô ()

tio/tia ()

irmão/irmã ()

Outro (explicar qual na próxima questão) ()

2.1 Explicar qual relação/grau de parentesco com a(s) pessoa(s) atípica (s), caso tenha escolhido a opção "outro":

3. Telefone/whatsapp:

4. Dias e turnos melhores para participar do Grupo de Apoio e para atendimentos individuais:

5. Tipo de atendimento individual que precisa:

Advogada ()

Psicólogo ()

Assistente Social ()

6. Tipo de moradia:

própria ()

alugada ()

cedida ()

coletiva - hotel, hospedaria, pensionato ()

ocupação ()

outra (explicar qual na próxima sessão) ()

7 Explicar qual o tipo de moradia, caso tenha escolhido a opção "outra":

8. Informar o nº de peças da moradia:

9. Informar o nº de moradores:

10. Informar o nº de crianças e adolescentes:

11. Informar o nº de pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes:

12. Informar o nº de idosos:

13. Quantos são os responsáveis pela renda familiar?

14. Quantos recebem benefícios sociais/do governo?

15. Quais são os benefícios recebidos?

16. Qual o valor da renda total familiar, incluindo benefícios?

17. Observações:

- Formulário eletrônico da pesquisa de satisfação:
https://docs.google.com/forms/d/1HCheuh7_otxJxk3_V2GzEsEL8yy0s7maBCLeZC9d5-E/viewform?edit_requested=true&hl=pt_BR&pli=1
- Formulário em imagem:



2. Sexo: *

Marque todas que se aplicam:

- ☐ Feminino
☐ Masculino
☐ Prefiro não informar

3. Idade

4. Escolaridade:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Sem escolaridade
- ☐ Ensino Fundamental Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental Completo
- ☐ Ensino Médio Incompleto (antigo segundo grau)
- ☐ Ensino Médio Completo (antigo segundo grau)
- ☐ Ensino Superior Completo
- ☐ Pós-graduação

5. Renda per capta (por pessoa) Salário Mínimo R\$1.412,00

Marque todas que se aplicam.

- ☐ até meio salário mínimo
- ☐ mais de meio e um salário mínimo
- ☐ mais de um e dois salários mínimos
- ☐ mais de dois e três salários mínimos
- ☐ mais de três salários mínimos

6. Grau de parentesco com a pessoa atípica (mãe, pai, própria pessoa atípica).
PODE SER RESPOSTA MÚLTIPLA, MAIS DE UMA PESSOA ATÍPICA NA FAMÍLIA

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Mãe
- ☐ Pai
- ☐ Tio/tia
- ☐ Vó/vô
- ☐ Pessoa Atípica
- ☐ Outro

7. Qual(is) foi/foram o/s Grupo/s de Orientação e Acolhimento no qual você participou?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Escola Vó Belinha
☐ Escola Vó Belinha e Planeta Mágico
☐ Escola Bento Gonçalves
☐ Projeto Emancipa
☐ Escola Professor Pessoa de Bnum
☐ Escola Rincão
☐ Escola Recanto da Alegria
☐ Mutirão Jurídico Restinga
☐ Mutirão Jurídico parceria Defensoria Pública do Estado (DPE) - Sapucaia do Sul
☐ Opção Encontro de Saúde Médicos Sem Fronteira - Lomba do Pinheiro 10
☐ Encontro parceria TeAbriço - Cachoeirinha
☐ CPCA Profissionais

8. Em quantos encontros você participou?

9. Como você avalia a sua experiência com o BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Muito satisfeito
☐ Satisfeito
☐ Indiferente
☐ Muito insatisfeito
☐ Não recebi atendimento
☐ Outro: _____

10. Você ficou satisfeito (a) com os assuntos tratados nos grupos de apoios?

Marque todas que se aplicam:

- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Indiferente
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Muito insatisfeito

11. Você ficou satisfeito (a) com o acolhimento e empatia da equipe do projeto?

Marque todas que se aplicam:

- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Indiferente
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Muito insatisfeito

12. Como você avalia a organização do projeto?

Marque todas que se aplicam:

- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Indiferente
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Muito insatisfeito

13. Em relação aos conteúdos publicados no Instagram do Balcão de Direitos, você ficou satisfeito (a) com os conteúdos as produções em relação aos direitos de saúde, educação, assistência, mobilidade, entre outros?

Marque todas que se aplicam

- ☐ Muito satisfeito
☐ Satisfeito
☐ Indiferente
☐ Insatisfeito
☐ Muito insatisfeito
☐ Ainda não acessei

14. Dê uma nota de satisfação de 1 a 10 (sendo 1 a mínima e 10 a máxima) para cada parte do trabalho do Balcão:

Acolhimento

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆

15. Orientação Parental

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆

16. Orientações/formação

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆

17. atendimentos (Psicológico, Jurídico, Assistência Social, Educacional, outro)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆

18. Grupos de Apoio/Oficinas

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆

19. Capacitação dos Profissionais

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆

20. Como você avalia o impacto do projeto no bem estar da sua família atípica de 1 a 10 (sendo 1 o mínimo impacto positivo e 10 o máximo impacto positivo)?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆

21. Deixe a sua sugestão ou comentário sobre o que foi o Balcão de Direitos para ti e tua família

Meta 8



Agendamento de reuniões com escolas, entidades e recursos institucionais

- Agendamento em planilha excel online (aproximadamente 100 tentativas telefônicas e presenciais para o contato com 50 instituições):
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1N4VF1hJwCMpVGyDZLGWINVFuYs-Yhki-ghBkAwtkhFQ/edit?gid=0#gid=0>

Meta 9



Realização de Pesquisas de opinião com público e instituições

- Relatório Pesquisa Institucional:
<https://drive.google.com/file/d/12KcaF8suoVm5hoie8iWmmhMGuE1XEwfR/view?usp=sharing>
- Relatório Pesquisa Famílias:
<https://drive.google.com/file/d/1sjm0vZuW52ulmzgsBo0E5McIlJsboVkp/view?usp=sharing>

Meta 10



Mapeamento das Instituições

- Mapeamento de 50 instituições em planilha excel online:
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1N4VF1hJwCMpVGyDZLGWINVFuYs-Yhki-ghBkAwtkhFQ/edit?gid=0#gid=0>
- Mapeamento de mais 18 instituições na Cartilha:
<https://drive.google.com/file/d/1eVPnnJwcXEXDVZO26ROrxnZytz6W0Ezc/view?usp=sharing>

Meta 11



Seleção e Contratação de Equipe Técnica Psico-Jurídica-Social

- Relatórios de trabalho:
https://drive.google.com/drive/folders/1BoycPGkKRIRy0R-61l9x07GjnLD82GQh?usp=drive_link
- Contratos:
https://drive.google.com/drive/folders/118AwTALf3J6whumCh8UPaR_waxh8FLMQ?usp=sharing

Meta 12



Formação da equipe e assessoria técnica

- Aconteceram formações e consultorias online e presenciais em 6 (seis) momentos diferentes com 4 (quatro) consultoras (Advogada, Mãe Atípica, Jornalista, Dra. em Educação Inclusiva), oferecidas às equipes e aos pesquisadores do Balcão nos meses de março, abril e dezembro de 2024







Meta 13



Seleção, agendamento e realização dos Grupos de Apoio

- De 1 a 5 encontros em cada Grupo de Apoio (até 25 pessoas) com famílias atípicas e profissionais que atendem o público atípico (ideia de escuta ativa, afetiva e efetiva, busca de soluções e construção de alternativas coletivas e individuais)
- Listas de presença:
https://drive.google.com/drive/folders/1ZiAw3Xar8xmyhMT4i3D11FXIbE5AMsL_?usp=sharing
- 239 participantes em 14 Grupos de Apoio/Mutirões, em três cidades (Porto Alegre, Sapucaia e Cachoeirinha), realizados em 2024, são eles:

Grupo de Apoio 1

Santa Rosa de Lima – Associação Santa Rosa de Lima e Emancipa - 06/04, 13/04 e 27/04

- Atendeu famílias e pessoas atípicas no período que antecedeu a enchente na perspectiva da aceitação, dos conceitos e dos direitos dos atípicos

Registros fotográficos:











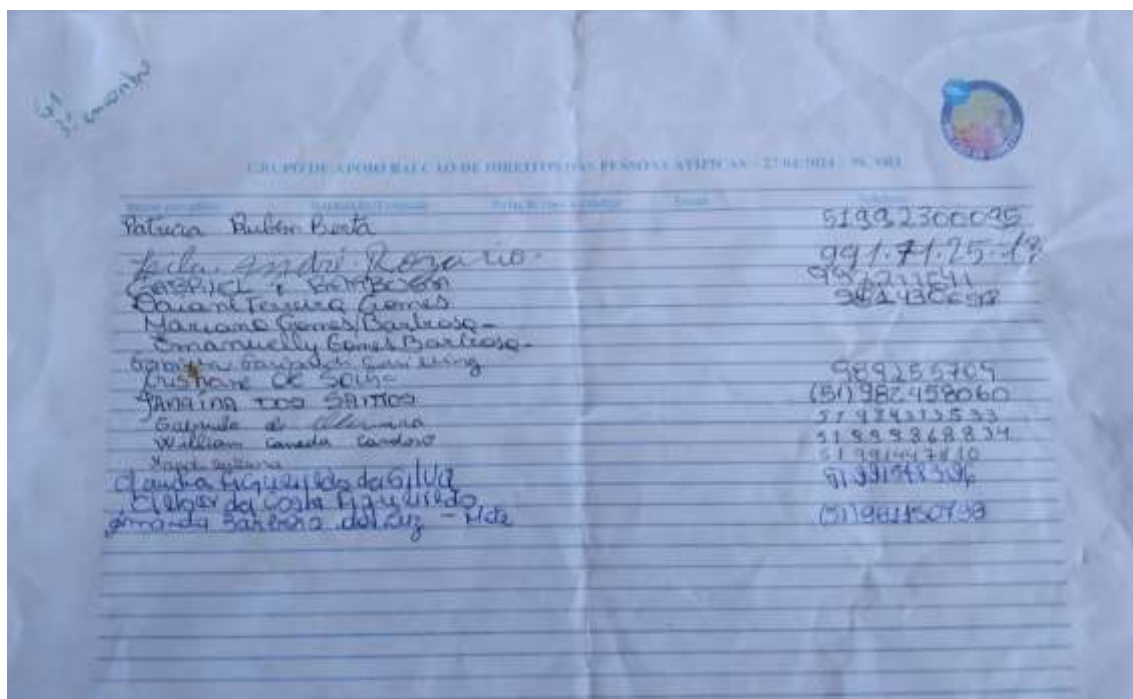


Listas de Presença

GRUPO DE APOIO BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATIPICAS - BURE 2024 - 19/06/2024 - Santa Rosa de Lima

15 membros

Nome completo	ENDEREÇO	Telefone	Função	ASSINATURA
Carla de Oliveira Silva - Santa Rosa de Lima	Carla Silva	5498-0155 33	Coordenadora	Carla Silva
Alécio Francisco - TERESOPOLIS	Alécio Francisco	51-90519727	Assessor	Alécio Francisco
Alécio Francisco - SANTAROSA	Alécio Francisco	51-90519727	Assessor	Alécio Francisco
Edson Luiz - Santa Rosa	Edson Luiz	51-90519727	Assessor	Edson Luiz
Gustavo de Souza	Gustavo de Souza	51-90519727	Assessor	Gustavo de Souza
LEONARDO VIANA JARDIM CARVALHO	Leandro Viana	51-90519727	Assessor	Leandro Viana
GABRIELA GARCIA	Gabriela Garcia	51-90519727	Assessor	Gabriela Garcia
Flávia Kuhn	Flávia Kuhn	51-90519727	Assessor	Flávia Kuhn
Kenethine Ruy	Kenethine Ruy	51-90519727	Assessor	Kenethine Ruy
MARISLEIA C. FREITAS FARIAS DOS SANTOS	Marisleia C. Freitas	51-90519727	Assessor	Marisleia C. Freitas



Grupo de Apoio 2

Profissionais CPCA – Lomba do Pinheiro - 09/04, 09/07 e 16/07

- Atendeu profissionais que assistem famílias e pessoas atípicas no bairro Lomba do Pinheiro no período que antecedeu a enchente e depois da enchente - na perspectiva dos direitos, fluxo das políticas públicas, comunicação alternativa/aumentativa. Criação de pranchas, chaveiros e cartelas de comunicação alternativa/aumentativa

Registros fotográficos:



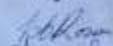
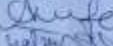
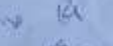
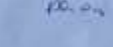






[illegible]57

3º encontro - CPA - 16/07/24, 9h30 - 12h

Nome	tel	e-mail	assinatura
Lia Gione Gpus	51 997156412	LioneGpus@cpa.org	
Luciane Zamb	51 991803592	Luciane@cpa.org	
Valéria de O. Nogueira	51 997544815	valeriamnogueira@cpa.org	
Luíla da Rosa	51 99618-3402	Luila.Lorrea@cpa.org	
Carla Maria G. Lourenço	51 991261533	carlamarialourenco@cpa.org	
Marcelo S. Silva	51 992623152	marcelosilva@cpa.org	
Alcino Pimentel	51 992384693	alcinopimentel@cpa.org	
Marli A. Aguiar	51 986067897	marliaguiar@cpa.org	
Leiza Bastos	51 997146913	leiza@cpa.org	
Sabrina Lourenço	51 993540753	sabrinelourenco@cpa.org	
Graciela Gambaldi			
Roberta Gomes	51 99101-6243	robertagomes@cpa.org	
Ka. Pr. Piz	51 993606507		
Elaine Karber			

Grupo de Apoio 3

Escola de Educação Infantil Vó Belinha – Lomba do Pinheiro - 15/04, 23/04, 12/06

- Atendeu famílias, mães, sobretudo, de crianças e adolescentes atípicos no período que antecedeu a enchente na perspectiva da aceitação, dos conceitos e dos direitos dos atípicos, além de doações e atendimentos individuais encaminhados para advogada e psicólogo

Registros fotográficos:





Nome completo	matrícula/matrão	Parceiro com endereço	Local	Telefone
✓ Kelly Duarte M. Pinheiro	relatório	meio	Wagner@barral.com	51 9195 2 4399/20
✓ Marcela Oliveira Nunes	de economia	meio	Sofia.oliveira@barral.com	51 994 78143
✓ Mariana Pereira dos Reis		meio	Lola@barral.com.br	51 9 800 5695
✓ Mariana Batista do Vale Jobimma		meio	maria.marcos@barral.com	51 985 48205
✓ Mayara Zaira Siqueira		meio	maria.zaira@barral.com	51 981 9374
✓ Cleonice Martins Bello		meio	cleonice.martins@barral.com	994 405373
✓ Fabiane C. Almeida	de física	meio	fabiane@barral.com	51 971 57919
✓ Wander Reis	de física	meio	marcelo@barral.com	51 993 33583
✓ Leoni da Silva A. Nassif	de física	meio	leoni@barral.com	51 997 46208
✓ Giselle Kinnel Oliveira de Almeida		meio	Giselle@barral.com	51 985 48305
✓ Kellen Saucedo Gonçalves Silva		meio	Kellen@barral.com	51 994 94126
✓ Gabriela Gabriela Simões		meio	gabrielita@barral.com	51 994 94126
✓ Leonardo Venturini de Almeida		meio	leonardo@barral.com	51 994 94126
✓ Elaine Alves		meio	elaine@barral.com	51 994 94126

Grupo 3
31. December



Nome completo	RAMO/SEGUNDA	E-mail	Telefone	Assinatura
Rui Antonio de Souza	Lomba do Pinheiro	ruiantonio19@gmail.com	(51) 994605371	R. A. de Souza
Aracelia Si Amador	Lomba do Pinheiro	amadorcelia3@gmail.com	992122636	Aracelia
Pauline Rogatino	Lomba do Pinheiro	crisroga13@gmail.com	(51) 98356264	Pauline
Charmen Andrei Guter	Lomba do Pinheiro	charmenandrei19@gmail.com	(51) 994605373	Charmen
Patricia de Almeida Oney	Lomba do Pinheiro	Pat.almeidaone@gmail.com	51995340441	Patricia
Gisele R. B. Brail	Lomba do Pinheiro	GISELEBRIL@gmail.com	51994393136	Gisele
Josiane Cristen Peribossi	Lomba do Pinheiro		51985168905	Josiane
Moriana Batista da Rosa	Lomba do Pinheiro		5198592058	Moriana
Kellen S. Camacho de Souza	Lomba do Pinheiro			Kellen
Wesley Maria Fochmann	Lomba do Pinheiro			Wesley
Somente Telefonos	Lomba do Pinheiro			Somente Telefonos
Wenderson Gervasio	Lomba do Pinheiro			Wenderson
Adriana Viana	Lomba do Pinheiro			Adriana
Aline Karler	Lomba do Pinheiro			Aline
Kellen Gonalves	Lomba do Pinheiro			Kellen
Gustavo Almeida	Lomba do Pinheiro			Gustavo
Somente Telefonos	Lomba do Pinheiro			Somente Telefonos

Grupo de Apoio 4

Escolas de Educação Infantil Vó Belinha e Planeta Mágico – Lomba do Pinheiro –
Grupo 2 - 19/06, 26/06, 17/07, 26/08, 30/10

- Atendeu famílias, mães, sobretudo, de crianças e adolescentes atípicos no período que antecedeu a enchente na perspectiva da aceitação, dos conceitos e dos direitos dos atípicos, além de doações e atendimentos individuais encaminhados para advogada e psicólogo. O trabalho com a rotina e comunicação alternativa/aumentativa foi uma das chaves do trabalho. Criação de pranchas, chaveiros e cartelas de comunicação alternativa/aumentativa

Registros fotográficos:











Listas de Presença:

Polícia de Direitos - Trup de Apoio - Vó Relinho - 19/06/24 - 17h

Nome	E-mail	Telefone	Grupo 4 12 membros
Helcy Soares	h.cristina205123@gmail.com	984838702	
Paula Jane Teodoro de S. Santos	ceizkauti83@gmail.com	54326326364	
Ygorane Pinheiro Barbosa		51 991 926096	
Guelo Silva de F. Brasil	GUELOBRASIL@gmail.com	51 389 168505	
Polícia de Direitos de Oliveira	20011111111111@gmail.com	51 999999136	
Anderson Florêncio Silva	Andersonsilva2022@gmail.com	51 983425500	
Aline Korbey			
Gabriela Garibaldi			
Polícia de Direitos / Nome			

Nome	telefone	whats	Data 20/06/24 Grp 4 Vó Relinho
Aline Korbey			
Flávia Costa Soares			
Gabriela Garibaldi			
Helcy Soares			
Paula Jane Teodoro de S. Santos	51 326326364		
Ygorane Pinheiro Barbosa			
LEONARDO VENTURELLA			

Grupo 4
12 membros

17/07/2024

LISTA DE PRESENÇA - VÓ BELINHA - 17/07/2024

NOME	FE	TELEFONE E EMAIL
Emilia Sampaio	11 02 7532 15	(51) 999593135
Patricia de Almeida Oliveira Cruz	727 627 560-45	(51) 985 168505
João S.O. de F. Brasil	81732708034	(41) 985090668
Somente + celular		Somente + celular
Kellen S. Oliveira de Silva	023877450-72	(51) 553994126
Quiliana B. Santos	5106752851	51 986520364
Marcelo de Almeida Costa	018 406 790 18	51 986 326162
Yolane Prati Barboza	9095804556	51 98777 6496
Ana Paula F. de Toledo	510 23203019	51 989781759

Grupo de Apoio 5

Profissionais Museu da Cultura Hip Hop RS – Vila Ipiranga - 15/04

- Atendeu profissionais da cultura do hip hop e educadores sociais que atendem os atípicos, sobretudo autistas e pessoas com sensibilidades sensoriais, no período que antecedeu a enchente, na perspectiva da dos conceitos e dos direitos dos atípicos, além de doações e atendimentos individuais encaminhados para coordenadora e advogada

Registros fotográficos:



Grupo de Apoio 6

Escola Especial Recanto da Alegria – Vila Ipiranga – 11/07

- **Atendeu mães e professoras e apresentou políticas públicas, sintomas e dores da neurodiversidade e da inclusão escolar**

Registro fotográfico:



Lista de Presença:

Grupo 6
12 membros



NOME COMPLETO	ENDEREÇO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Nelson P. de	CRUZ, 1136	nelsonp@terra.com.br	(11) 3535-0050	Nelson P. de
Alcides Heck (Alcides Heck)	gordim lindor	alcidesheck@gmail.com	(11) 4953-0080	Alcides Heck
Onésio Mattos	SARACIÁ	onesio.mattos@gmail.com	99192-0971	Onésio Mattos
Aline Kerber				Aline Kerber
LEANDRO A. MARGAL	AUXILIADORA	le.margal@gmail.com	(11) 3535-0050	Leandro A. Margal

Grupo de Apoio 7

EMEF Rincão - Restinga – 29/10, 06/11, 13/11

- Atendeu mães e profissionais da SIR com Vida e Agentes de Inclusão (terceirizados). Trabalhou-se a identificação de sintomas, encaminhamentos jurídicos e de assistência social, doações e rotinas visuais (com criação de pranchas, chaveiros e cartelas de comunicação alternativa/aumentativa

Registros fotográficos:





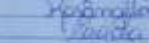
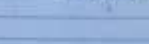
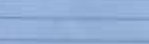
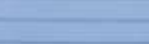
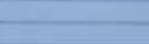
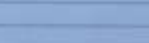
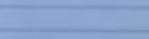




67
1^a Comissão

COMISSÃO COMISSÃO - RUA SACI DO JARDIM, 100 - JARDIM ARIANO - 04032-000 SÃO PAULO, SP - CEP 04032-000



NOME/COLEGIO	CIDADE/BAIRRO	E-mail	Telefone	SIGNATURA
Leandro Brito	PA	—	—	
Thiago Brito	PA	—	—	
Luciana Borges	Vargas	—	—	
Gabriela Silva	—	—	—	
Paulina Santa Ana	—	—	—	
Luciana Brito	—	—	—	
Francine Brito	—	—	—	
Luciana Brito	—	—	—	
Luciana Brito	—	—	—	
Luciana Brito	—	—	—	
Luciana Brito	—	—	—	
Luciana Brito	—	—	—	



GRUPO DE APOIO - BULETO DE DIREITOS DAS PESSOAS LÉPICAS - 1111-26.26.0000 (RPM 11)

Nome completo	VISAGEM/BAIRRO	E-mail	Telefone	SIGNATURA
Lucas Eduardo de Jesus	Bela Vista/PA	lucaseduardo@outlook.com	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	
Wladimir Augusto de	Bela Vista/PA	Wladimir Augusto de	99060000	

Grupo de Apoio 8

EMEF Professor Carlos Pessoa de Brum - Restinga – 01/07, 08/07, 15/07

- Atendeu mães e profissionais da SIR e AEE. Trabalhou-se a identificação do capacitismo, sintomas da neurodiversidade, dores maternas, encaminhamentos jurídicos e de assistência social e rotinas visuais (com criação de pranchas, chaveiros e cartelas de comunicação alternativa/aumentativa

Registros fotográficos:





Listas de Presença:

GRUPPO DE APOIO BARRAL DE DIREITOS DAS PESSOAS TRANS - BARRAL, RJ. CHEFE VERONICA PEREIRA DE FREITAS

Grupo 8
Barral

Nome completo	BARRAL/RESIDUO	E-mail	Telefone	ASSINATURA
Danielle Aparecida Pires	Restinga	daniellepirescub@protonmail.com	(51) 99835 4420	
Thiele T. de S. C. Leite	Restinga	thiagocorreia@protonmail.com	(51) 990126327	
Wagner Costa Silva	Restinga	laurelito@outlook.com	(51) 99260 4693	
Simone Almeida Oliveira	Restinga	simonealmeidaoliveira@protonmail.com	(51) 99940 0009	
Carla da Costa Gomes	Restinga	carla.gomes@protonmail.com	(51) 99773 3333	
Ing. Jara CS de Oliveira	Restinga	ingara@protonmail.com	(51) 99943 1115	
Tatiana da Silva Rêberes	Restinga Nova	proton@protonmail.com	(51) 99943 1115	
Guarã da S. de F. Rocha	Restinga	guarã@protonmail.com	(51) 99943 1115	
Laiane Pires	Restinga	laiane@protonmail.com	(51) 99943 1115	
Frederico J. de S.	Restinga	frederico@protonmail.com	(51) 99943 1115	
ELIANE R. N. N. N.	Restinga	eliane@protonmail.com	(51) 99943 1115	
Kelly Cristina S. Silva	Restinga	kelly@protonmail.com	(51) 99943 1115	
Alfange da S. Silva	Restinga	alfange@protonmail.com	(51) 99943 1115	
Bruna Rocha Lima	Barral	bruna@protonmail.com	(51) 99943 1115	
Vanessa T. de S. Silva	Restinga	vanessa@protonmail.com	(51) 99943 1115	

Frederico J. de S.

55-94116605

Frederico J. de S. Silva (51) 992123588 /
Email: kizsinha79@gmail.com

Wagner Costa Silva
Celle 9920 25 133
Sinowedias7575@gmail.com

Wagner Costa Silva
Kizsinha79@gmail.com 984651263

Wagner Costa Silva
Kizsinha79@gmail.com (51) 992123588

Grupo de Apoio 9

EEEF Bento Gonçalves – 06/07, 17/08, 31/08, 14/09

- Atendeu mães, pais, tios, madrinhas e profissionais da escola. Trabalhou-se a identificação do capacitismo, sintomas da neurodiversidade, dores maternas, encaminhamentos jurídicos e de assistência social e rotinas visuais (com criação de pranchas, chaveiros e cartelas de comunicação alternativa/aumentativa

Registros fotográficos:





Nome completo	Bairro/Residência	E-mail	Telefone	Assinatura
Patricia Quintanilha Pereira da Silva Quintanilha		assibetec@ig.com.br	9993806 990437334	
Patricia A. Lunga		992300035		Patricia AL
Messias de Souza R. Reis			99300956	
Romeo dos Santos Oliveira				
Felipe Sandoz Rogério				
Roberto Luiz de S.O. Santos				
Louky Luis da Lima dos Santos Junior	Jaraguá	992458060	marungoribeiro	
Justine de Souza Pereira	Jaraguá	994255709	paulo G. Antunes	
Flúria B.S. Bandeira		Fluriabandeira@gmail.com	51992922556	Flúria
Elis Leites				
Sérgio Gomes de Silva / Regis Sales Jr.		binel=pe99@yahoo.com.br	(51) 996387821	Sergiusse
Adriano Amadeus				
Abigail Viero Bandeira		9623699		
Antônia Ilgenfuss		989051095		
William Camelo Cardoso				William
Daniela do Espírito Santo		984589300		

[illegible]

Grupo de Apoio 10

TEAbrigo (Cachoeirinha) – 10/08

- Atendeu mães que apoiaram ou estiveram no abrigamento de autistas do TEAbrigo Cachoeirinha. Trabalhou-se a identificação do capacitismo, sintomas da neurodiversidade, dores maternas, encaminhamentos jurídicos e de assistência social e perspectivas de futuro e continuidade do projeto através do Balcão de Direitos

Registros fotográficos:





Lista de Presença:

ID	Nome	Telefone	E-mail	- 10/05/2024
10	- Karen Alina Paiz	(31) 992993343	financiamiento@gnat.com	
10	- Leticia Pinheiro	(51) 98418-6979	arraesnikerhara@gmail.com	
	- Alessandra Soares	(41) 98489 6527	—	
	Don Carlos Rangel	(51) 99542 3080	—	
	Michèle Dutra Skione			
	Sandra Machado Macielles	(52) 982693252	- sandy.23maciel@gmail.com	
	Camila Almeida	(51) 991366662	camilamachado.miraf@gmail.com	
	Vanessa Leão	(51) 998172713	Vanessa_1213@hotmail.com	
	Fernando Augusto Rolim	(51) 993397261	- ffernandorolim@yahoo.com.br	

Mutirão 1

Formação e Jurídico no Galpão Cultural no Morro da Cruz – 16/03

Registros fotográficos:



Mutirão 2

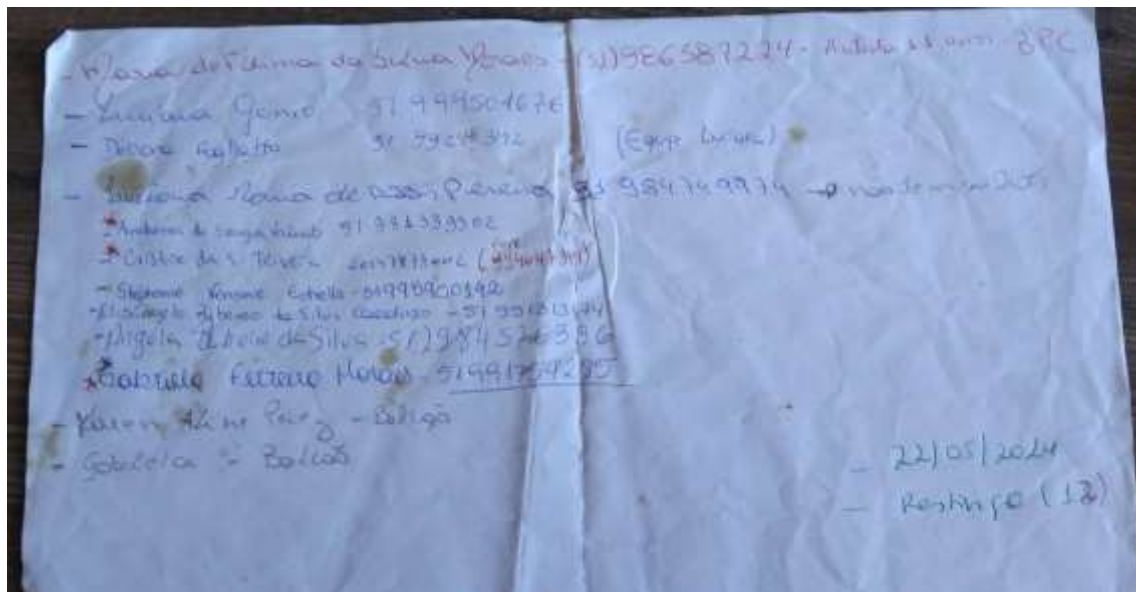
Jurídico na Restinga - com a presença da Dep. Luciana Genro – 22/05

Registros fotográficos:





Lista de Presença:



Mutirão 3

Saúde em parceria com Médicos Sem Fronteiras na Lomba do Pinheiro – 24/06





Mutirão 4

Jurídico em parceria com a DPE (núcleos NUDECA e NUDEPED) e a advogada Gabriela Boschi - em Sapucaia do Sul e parceria Associação Estrela Azul – 03/08

Registros fotográficos:







Meta 14



Relatórios de Pesquisa

Pesquisa Institucional~

Relatório da Pesquisa Institucional

Análise dos dados das entrevistas com as instituições mapeadas pelo Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas realizadas em 2024

Instrumentos: planilha e formulário google

Coleta: *desk research* (dados secundários na internet) e pesquisa online autopreenchida ou entrevista presencial com pesquisadoras

1º - Mapeamento: 50 instituições referenciadas pelo trabalho com o público atípico em Porto Alegre e RMPA (Anexo 1)

3ª Entrevistas: 38 instituições entrevistadas em Porto Alegre, por bola de neve, algumas não mapeadas, conforme segue:

I. Instituições/Entidades Pesquisadas (38)

Instituições de Ensino e Assistência (25)

1. Centro Social Marista Antônio Bortolini/ECEI Marista Menino Jesus e Boa Mãe
 2. E.E.E.F. Bento Gonçalves
 3. EEF Três de Outubro
 4. Escola E.E.F. Monsenhor Roberto Landell de Moura
 5. EMEF Gov. Ildo Meneghetti
 6. EMEF Presidente Vargas
 7. EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum
 8. EMEF Vereador Martim Aranha
 9. EMEI Vila Mapa II
 10. EEI Arco Íris Encantado
 11. EEI Planeta Mágico
 12. ECEI Vó Belinha
- INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SAGRADA FAMÍLIA

13. Instituição de Educação Infantil Sagrada Família
14. Escola Estadual Euclides da Cunha
15. Escola Estadual de Ensino Fundamental Ministro Salgado Filho
16. Instituto Cultural São Francisco de Assis - Centro de Promoção da Criança e do Adolescente – CPCA **(8 unidades responderam)**
17. CEDEL-Centro Diaconal Evangélico Luterano
18. CEPA - Instituição de Educação Infantil e Assistência Social Eugênia Conte - BAIRRO SANTA ROSA DE LIMA

Conselhos Tutelares (7)

1. Conselho Tutelar Micro 1 – Ilhas/Humaitá/Navegantes
2. Conselho Tutelar Micro 2 - Sarandi/Norte
3. Conselho Tutelar Micro 5 – Glória/Cruzeiro/Cristal
4. Conselho Tutelar Micro 6 – Centro Sul/Extremo Sul
5. Conselho Tutelar Micro 8 - Centro
6. Conselho Tutelar Micro 9 - Lomba do Pinheiro/Agronomia
7. Conselho Tutelar Micro 10 - Baltazar/Nordeste

Organizações e Centros Comunitários (4)

1. ACOMPAR - Ação Comunitária Participativa
2. Centro Cultural Galpão Cultural Casa de Hip Hop
3. Clube de Mães Santa Rosa de Lima
4. OSC - Associação de Mulheres Maria da Glória

Unidades de Saúde (2)

1. UBS Clínica da Família Tristeza
2. Unidade de Saúde Laranjeiras

II. Regiões

1. Lomba do Pinheiro (39%)

2. Santa Rosa de Lima (10%)
3. Centro (6%)
4. São José (6%)
5. Restinga, Menino Deus, São Geraldo, Sarandi, Glória, Ipanema e Passo das Pedras (3% cada)

III. Segmento

Educação e Assistência: **66%**

O segmento mais representado nas instituições participantes do Balcão é o educacional, com ênfase em escolas de educação infantil e ensino fundamental. Este grupo demonstra a importância das instituições de ensino no suporte e acolhimento das pessoas atípicas, além de destacar o papel essencial da educação na promoção de direitos e inclusão social.

Conselho Tutelar: **18%**

Outro segmento expressivo é o dos Conselhos Tutelares, com representantes de diferentes regiões. Esses órgãos são fundamentais na garantia e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

OSC (Organizações da Sociedade Civil): **11%**

Há uma relevante participação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), com foco em assistência social, cultura, mulheres, e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Estas organizações desempenham um papel crucial no complemento às políticas públicas, atuando diretamente no cuidado e na promoção da qualidade de vida das pessoas atípicas e de suas famílias.

Unidades de Saúde: **5%**

O setor de saúde também está presente, ressaltando a relevância de um olhar atento às demandas específicas relacionadas à saúde física e mental dos indivíduos atípicos.

Por fim, a presença de representantes da política de assistência social, bem como de servidores públicos e organizações de serviço familiar, evidencia a articulação entre os diferentes setores para garantir o acesso a direitos e serviços.

Essa diversidade de segmentos representados reforça a importância de um trabalho em rede, onde educação, saúde, assistência social e outras áreas atuem de maneira integrada para assegurar o pleno desenvolvimento e a inclusão das pessoas atípicas na sociedade.

IV. Número de famílias atípicas que as instituições atendem atualmente, com suspeita, com ou sem laudo:

A análise dos dados fornecidos revela uma variação significativa no número de famílias atendidas pelas instituições participantes do Balcão. Esse número pode variar dependendo da capacidade das mesmas em sistematizar esses dados e da diversidade de serviços oferecidos, além da presença de crianças e famílias com suspeita, com ou sem laudo.

1. Número Variável de Famílias Atendidas:

- O número de famílias atendidas pelas instituições varia consideravelmente. Algumas atendem um número muito pequeno, como 2 famílias com laudo ou suspeita de atipicidade, enquanto outras atendem mais de 100 famílias.
- A média de famílias atendidas pode ser estimada em torno de 10 a 40 famílias, com algumas instituições indicando números mais altos, o que sugere que algumas instituições têm maior capacidade de alcance e/ou estão localizadas em áreas com maior demanda de atendimento.
- Algumas instituições relatam uma dificuldade em sistematizar esses dados, o que influencia na precisão da contagem. Por exemplo, há menções de que os dados são coletados de maneira informal ou pela recordação das equipes, impactando a exatidão das informações.

2. Famílias com Laudo vs. Famílias com Suspeita:

- Em diversas respostas, há uma distinção entre famílias com laudo e famílias suspeitas de atipicidade. Por exemplo, algumas instituições indicam atender 2 famílias com laudo e 3 sem laudo, ou mencionam que uma parte das pessoas atendidas tem apenas a suspeita de atipicidade.
- Muitas instituições afirmam que não sabem quantificar exatamente o número de atendidos com laudo ou com suspeita de atipicidade. O que parece estar em constante processo de investigação e registro, o que mostra que há uma falta de estrutura de coleta de dados e monitoramento formal.
- A existência de educandos sem laudo indica a importância de um diagnóstico formal para a inclusão em programas de apoio. Há um número considerável de crianças e jovens mencionados como tendo alguma "particularidade", mas que não são necessariamente atípicos segundo os critérios formais.

3. Faixa Etária:

- A faixa etária dos atendidos varia de crianças de 2 a 6 anos a adolescentes de até 16 anos. O fato de algumas instituições atenderem crianças na educação infantil (com ou sem laudo) reflete a atenção

precoce às necessidades de inclusão dada pelas docentes, enquanto outras atendem adolescentes em programas como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

- Uma instituição informou que atende sete crianças da educação infantil com laudo e doze crianças da educação infantil em investigação, indicando um foco importante nas fases iniciais da vida escolar.
1. Variação de Atendimento: As instituições atendem uma ampla gama de famílias, desde um número pequeno (2 a 6 famílias) até um grande número (mais de 100 famílias), o que pode depender de sua capacidade de acolhimento, localização e tipo de serviço prestado.
 2. Necessidade de Dados Sistematizados: A falta de sistematização nos dados e a dificuldade em quantificar de forma precisa as famílias com laudo ou com suspeita de atipicidade é um ponto crítico que precisa ser melhorado para garantir que o atendimento seja adequado e eficaz.
 3. Desafios no Diagnóstico: A distinção entre famílias com laudo e famílias com suspeita acarreta desafios em classificar com precisão quem se enquadra nas categorias de atendimento, o que indica a necessidade de diagnósticos mais detalhados sobre as atipicidades por parte de algumas instituições, além de estratégias para envolver as famílias nesse processo.
 4. Atendimento Precoces: O foco no atendimento a crianças e adolescentes, especialmente aqueles em idade escolar e na educação infantil, é uma tendência importante, já que a intervenção precoce é crucial para garantir melhores resultados de inclusão social e educacional.

Esses dados refletem a distribuição de atendimento nas regiões participantes, além de apontar um esforço crescente em atender famílias e indivíduos com necessidades especiais. No entanto, uma maior sistematização e clareza nos registros poderiam melhorar a eficácia dos atendimentos e garantir que as políticas públicas sejam mais adequadas às necessidades da população.

V. Número de famílias atípicas (com laudo ou suspeita) que as instituições não conseguem atender atualmente

A análise destes dados revela várias questões sobre a capacidade de acolhimento, dificuldades de registro e qualidade de comunicação com as famílias.

1. Número de Famílias Não Atendidas

- Poucas instituições mencionam a quantidade exata de famílias que não conseguem atender. A maioria das instituições relata que atendem todas as famílias que procuram apoio, com raras exceções.

- Algumas instituições mencionam que não há demanda reprimida ou que todas as famílias recebem algum tipo de atendimento, ainda que nem sempre a solução do problema seja alcançada.
- Em algumas respostas, como "Não sabe" ou "Não tem ciência sobre este fato", há uma falta de clareza sobre as demandas não atendidas, o que pode indicar dificuldade na coleta e sistematização de dados relacionados ao atendimento de famílias atípicas.

2. Dificuldades no Atendimento

- **Desafios de Diagnóstico:** Algumas instituições relatam que, apesar de atenderem todas as famílias que chegam, há dificuldades em saber exatamente quantas famílias não são atendidas ou não estão formalmente diagnosticadas. Por exemplo, algumas famílias podem omitir informações sobre a atipicidade de seus filhos, dificultando o acompanhamento adequado.
- **Famílias sem Laudo:** Algumas instituições indicam que atendem crianças com suspeita de atipicidade, mas sem laudo formal, o que pode prejudicar a definição do tipo de apoio necessário. Isso pode gerar uma situação onde famílias com necessidades específicas não são atendidas de forma eficaz, já que a falta de diagnóstico formal pode impedir o acesso a recursos adequados.
- **Casos de Dificuldade em Atender:** Um exemplo relevante é o caso de uma instituição que afirma não conseguir atender 6 jovens, o que pode ser um indicativo de limitações nos serviços ou da falta de recursos específicos para certos tipos de atipicidade.

3. Dados Imprecisos e Falta de Informações

- **Imprecisão nos Dados:** Muitos dados indicam que a coleta de informações sobre a quantidade de famílias não atendidas é imprecisa. Há menções como "Dado impreciso" ou "Não sabe informar", sugerindo que as instituições não possuem informações claras sobre a demanda reprimida, ou que os registros não são sistematizados de forma adequada para fornecer esses dados de forma confiável.
- **Demandas Não Sinalizadas:** Outro ponto importante é que, em algumas situações, as famílias não informam que têm filhos ou dependentes com atipicidade, o que dificulta ainda mais o processo de atendimento adequado. Uma das instituições mencionou que, na lista de espera, havia 532 crianças, das quais apenas 4 tinham laudo — um exemplo claro de que muitas famílias não comunicam ou não têm acesso/informação formal sobre o diagnóstico de atipicidade.

4. Desafios no Acompanhamento e na Sistematização dos Dados

Necessidade de Sistematização: Para uma análise mais precisa e eficaz, as instituições precisam implementar métodos mais estruturados de coleta e análise de dados, de forma a garantir que todas as famílias com laudo ou com suspeita de atipicidade sejam devidamente atendidas.

Embora muitas instituições afirmem que estão atendendo a todas as famílias que chegam, as dificuldades relacionadas ao diagnóstico formal, à comunicação com as

famílias e à falta de registros estruturados apontam para a necessidade de melhorias no processo de atendimento e gestão das demandas dos atípicos.

VI. Momento em que os atendimentos às famílias atípicas iniciaram nas instituições

A análise dos dados fornecidos sobre o momento em que as instituições começaram a atender famílias atípicas revela uma ampla variedade de datas e contextos.

1. Diversidade nas Datas de Início

- As datas fornecidas indicam que as instituições começaram a atender famílias atípicas em diferentes períodos, o que reflete a diversidade de contextos e trajetórias dessas organizações.
- As instituições com inícios mais recentes incluem muitas que começaram em 2023 ou 2024 (como novembro de 2023, janeiro de 2024 e fevereiro de 2024). Isso pode indicar um movimento mais recente em direção ao atendimento formal e especializado de famílias atípicas.
- Algumas instituições, no entanto, iniciaram o atendimento de famílias atípicas há muitos anos, com datas que remontam há mais de 30 anos, como uma prática mais consolidada, embora nem sempre formalizada.
- O atendimento a famílias atípicas em algumas instituições começou de forma gradual e não necessariamente com a rotulagem explícita de "família atípica". Por exemplo, "desde os anos 2000" ou "desde sempre" (mas sem o reconhecimento legal explícito do status de família atípica). Essas famílias podem ter sido atendidas por outras demandas inicialmente e, ao longo do tempo, foram identificadas como atípicas.

2. Fatores Influentes no Início do Atendimento

- Algumas instituições começaram a atender formalmente as famílias atípicas após a pandemia de COVID-19. Esse pode ser um reflexo das novas demandas surgidas durante esse período, em que muitas famílias começaram a procurar mais ativamente por suporte.
- Algumas entidades relataram que começaram a atender as famílias após a formação de novos grupos ou mudanças de gestão, como exemplificado pelos casos em que a gestão mudou em 2024, com as novas coordenações assumindo o atendimento a essas famílias a partir de datas recentes.

3. Atendimentos ao Longo do Tempo

- Algumas instituições mencionam que começaram a atender "quando a entidade foi criada" ou "desde que a demanda surgiu", o que sugere que o atendimento a famílias atípicas pode ter se iniciado conforme as necessidades das famílias começaram a ser reconhecidas e identificadas.
- O atendimento de famílias atípicas também pode ter se dado de maneira intermitente ou em períodos variados ao longo do tempo. Isso pode indicar que, dependendo da situação da instituição ou da comunidade, as demandas foram atendidas de acordo com a capacidade de recursos e identificação das famílias.

4. Incertezas e Dificuldades em Identificar o Início

- Algumas instituições relatam que não sabem exatamente quando começaram a atender famílias atípicas, ou afirmam que não têm um dado preciso sobre o ano. Isso pode indicar a falta de registros históricos adequados ou uma dificuldade de definição clara sobre o que constitui uma família atípica.
- Também foi mencionado que algumas instituições atendem as famílias sem necessariamente fazer a distinção de "família atípica" de forma explícita, o que pode indicar um processo de atendimento mais orgânico, onde a identificação das necessidades específicas das famílias acontece de maneira gradual.

5. Atendimentos em Andamento

- Algumas instituições indicaram que o atendimento continua em curso, com demandas que estão sendo atendidas desde sempre ou que têm sido ampliadas ao longo do tempo.
- Muitas não indicam um número exato de famílias atendidas desde o início do atendimento, já que muitas dessas entidades indicam que o mesmo continua a ser realizado de forma flexível e adaptada à medida que as famílias entram e saem do serviço ao longo do tempo.
- As datas de início de atendimento variam bastante, refletindo diferentes trajetórias das instituições e diferentes contextos históricos e sociais.
- O reconhecimento das famílias atípicas como um grupo específico de atendimento tem se intensificado nas últimas décadas, com novos avanços e mudanças organizacionais ocorrendo, especialmente a partir de 2020, com a pandemia sendo um marco para muitas dessas mudanças.
- No entanto, a falta de dados precisos sobre o início formal do atendimento e a dificuldade em identificar um ponto exato de começo indicam a necessidade de sistematizar melhor as informações e o reconhecimento formal das famílias atípicas como um grupo específico a ser atendido pelas políticas públicas e sociais.

VII. Dados sobre os principais diagnósticos das pessoas atípicas, com ou sem laudo, atendidas pelas instituições

A análise dos principais diagnósticos mostra uma ampla gama de condições, com algumas mais prevalentes que outras.

1. Autismo

- O autismo é, de longe, o diagnóstico mais comum entre as pessoas atendidas pelas instituições. Várias mencionaram que o TEA é predominante.
- O autismo aparece isoladamente ou combinado com outros transtornos, em muitos casos, como TDAH, TOD e deficiência intelectual.

- Isso sugere que, como parte do espectro, o transtorno tem sido cada vez mais reconhecido e atendido nas instituições, mas também ocorre uma sobreposição com outras condições.

2. TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade)

- O TDAH é outro diagnóstico muito comum entre as pessoas atendidas. Ele aparece como um diagnóstico isolado ou como comorbidade com autismo, TOD e deficiência intelectual.
- Esse transtorno parece ser uma das principais suspeitas em muitas instituições, sendo mencionado por vezes como "a principal suspeita" de diagnóstico.

3. TOD (Transtorno Opositivo Desafiador)

- O TOD aparece repetidamente, geralmente em combinação com autismo, TDAH e outros transtornos.

4. Deficiência Intelectual

- Deficiência intelectual é outro diagnóstico frequentemente mencionado, com relatos de atendimento de pessoas com deficiência intelectual leve a moderada. Este diagnóstico também é comum em combinação com outros, como autismo e TDAH.

5. Deficiência Física

- Diagnósticos de deficiência física, como paralisia cerebral e deficiências de locomoção, também aparecem com certa frequência. Indicando que muitas pessoas com deficiências múltiplas também estão sendo atendidas.

6. Esquizofrenia e Transtornos de Personalidade

- Esquizofrenia é mencionada como diagnóstico em algumas instituições. A presença de transtornos de personalidade também foi notada em algumas respostas, o que pode indicar a presença de comorbidades psiquiátricas entre as pessoas atendidas.
- Algumas instituições lidam com casos de pessoas com transtornos mentais graves, que podem exigir um atendimento especializado.

7. Deficiências Sensoriais

- Há também menção de deficiência auditiva e deficiência visual (incluindo baixa visão, cegueira).

8. Transtornos de Humor e Ansiedade

- Transtornos de humor, como depressão, bipolaridade e ansiedade também são mencionados, embora de forma menos prevalente. Esses transtornos podem ser secundários às dificuldades enfrentadas pelas pessoas atípicas, ou podem coexistir com transtornos como autismo e TDAH.

9. Altas Habilidades e Trissomia 21

- A menção de altas habilidades é observada, embora seja um diagnóstico menos comum.

- A Trissomia 21 (ou Síndrome de Down) também aparece como diagnóstico relevante

As instituições estão atendendo uma ampla variedade de diagnósticos, com autismo sendo o mais prevalente (35,58%), seguido por TDAH (16,35%), TOD (13,46%) deficiência intelectual e deficiência física.

Existe uma grande comorbidade entre diagnósticos, o que pode dificultar a classificação e o atendimento preciso. Muitas vezes, os diagnósticos são combinados, como autismo com TDAH, ou autismo com outros transtornos.

A presença de transtornos psiquiátricos como esquizofrenia, transtornos de humor e transtornos de personalidade também deve ser considerada, visto que essas condições podem afetar significativamente as famílias e a necessidade de atendimento especializado.

A diversidade de diagnósticos e as dificuldades na obtenção de laudos oficiais mostram que a inclusão e o suporte às famílias atípicas exigem um esforço contínuo para garantir que todas as necessidades sejam atendidas adequadamente.

VIII. As maiores necessidades do público atípico das regiões em relação às políticas públicas de acordo com as instituições participantes:

A análise das maiores necessidades do público atípico revela uma série de lacunas significativas nas políticas públicas que afetam diretamente o acesso e a qualidade de vida.

1. Acesso a Atendimento Especializado

- Saúde: A falta de acesso a atendimentos médicos especializados é uma das necessidades mais urgentes, destacando-se a escassez de serviços especializados, como neurologistas, psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.
- O atendimento médico especializado é considerado demorado, burocrático e inacessível, dificultando o acesso ao diagnóstico e ao acompanhamento adequado para muitas famílias.
- Algumas instituições apontam a falta de centros especializados como o CAPSI em cada território e a dificuldade em obter laudos médicos devido à burocracia e falta de acesso a profissionais capacitados para realizá-los.

2. Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

- O acesso à educação é uma das necessidades mais mencionadas, especialmente em relação à inclusão escolar.
- Há uma demanda significativa por monitores em sala de aula para apoiar os alunos atípicos e garantir que recebam a atenção individualizada necessária.
- A qualificação da rede escolar também é uma preocupação central, com instituições mencionando a necessidade de formação contínua para professores e

profissionais da educação para lidar com a diversidade de necessidades educacionais.

- Vagas nas salas de recursos das escolas e a disponibilidade de escolas inclusivas também são pontos críticos, com muitas instituições destacando a escassez de vagas e a dificuldade em matricular crianças e adolescentes com necessidades especiais.

3. Apoio Familiar e Orientação

- Apoio à família também é uma prioridade, com muitas expressando a necessidade de mais suporte e orientação para que possam buscar seus direitos com mais segurança e clareza.
- As famílias sentem-se muitas vezes desamparadas ao tentar acessar as políticas públicas e enfrentam dificuldades em compreender e acessar os direitos que as pessoas atípicas têm, incluindo benefícios e serviços sociais.
- Aparece a sugestão de campanhas de conscientização e informações claras sobre os direitos das pessoas atípicas, para garantir que as famílias possam buscar ajuda e apoio adequados.

4. Acesso à Renda, Transporte e Benefícios

- A renda é uma necessidade importante para estas famílias, que enfrentam dificuldades financeiras para lidar com os custos de tratamentos e terapias, além de transporte para acessar os serviços de saúde e educação.
- A informação sobre benefícios e o acesso a programas sociais também são citados como pontos críticos. Muitas famílias não têm clareza sobre como acessar benefícios específicos para pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

5. Agilidade no Atendimento e Menos Burocracia

- A agilidade no atendimento é uma demanda constante, especialmente no que diz respeito ao atendimento médico e ao encaminhamento para especialistas. Muitos serviços são descritos como lentos e difíceis de acessar, o que impacta negativamente a qualidade de vida das pessoas atípicas e de suas famílias.
- A burocracia nas políticas públicas, como a obtenção de laudos médicos e o processo de encaminhamento para terapias, também foi citada como uma barreira significativa para o atendimento adequado.

6. Dificuldades em Acessar Terapias e Tratamentos Complementares

- A dificuldade em conseguir terapias complementares como fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia e psicoterapia, especialmente perto de suas residências, aparece, também, como ponto crítico.
- O encaminhamento para essas terapias é muitas vezes um processo moroso e nem sempre há profissionais disponíveis para dar suporte adequado.

7. Conscientização e Combate ao Preconceito

- A aceitação social e o combate ao preconceito também são áreas de grande necessidade. Há falta de sensibilização em relação às pessoas atípicas e

necessidade de campanhas de conscientização para reduzir o estigma e promover a inclusão social.

- A análise das necessidades aponta para lacunas críticas nas políticas públicas voltadas para o público atípico, com destaque para acesso à saúde especializada, educação inclusiva, apoio familiar, orientação e agilidade na resolução das demandas.
- A falta de recursos adequados e a burocracia são desafios recorrentes que impactam diretamente o atendimento de qualidade.

A maior parte das necessidades relatadas pelas instituições se refere ao acesso à saúde especializada **(35%)** e à educação inclusiva **(30%)**. A falta de acesso a terapias complementares, como fisioterapia e psicologia, também é um ponto crítico para muitas famílias, refletindo a carência de serviços especializados e a dificuldade de acessar tratamentos adequados. Além disso, a falta de apoio familiar e informações sobre direitos surge como uma questão importante, com **10%** das instituições apontando essa necessidade.

Em termos de renda e benefícios, **15%** das instituições destacam a falta de políticas públicas que garantam uma rede de apoio econômico e logístico para as famílias atípicas, o que afeta diretamente a qualidade de vida dessas pessoas.

IX. Capacitismos mais frequentemente percebidos contra os atípicos nas políticas públicas

Os capacitismos e preconceitos mais frequentemente percebidos pelas instituições participantes do Balcão revelam várias barreiras enfrentadas pelas pessoas atípicas nas políticas públicas.

1. Falta de Capacitação e Formação dos Profissionais:

- Falta de incentivo para formação de professores e profissionais da educação: O despreparo dos educadores contribui para um ambiente discriminatório.
- Falta de empatia e sensibilidade nos atendimentos: Muitos profissionais de saúde e educação não estão capacitados para lidar com as necessidades das pessoas atípicas, o que gera uma falta de acolhimento.

2. Barreiras de Acesso a Serviços e Direitos:

- Falta de acesso a terapias e atendimentos especializados: A falta de profissionais qualificados e a dificuldade de acesso a serviços especializados nas áreas de saúde e educação são problemas frequentemente mencionados.
- Falta de acesso à classe de recursos e serviços de saúde especializados sem laudo: O acesso é muitas vezes restrito a quem tem um laudo oficial, o que dificulta a inclusão e o atendimento de muitos.
- Falta de prioridade no atendimento educacional especializado: A educação inclusiva não é eficaz, pois falta monitoramento adequado nas escolas e um acompanhamento especializado.

- Dificuldade de inclusão na escola: Crianças atípicas enfrentam dificuldades de inclusão nas escolas, sendo muitas vezes excluídas ou não atendidas adequadamente.

3. Preconceito e Estigmatização:

- Estigma e invisibilidade da atipicidade: Há uma falta de compreensão sobre o que é ser atípico, e muitas vezes as pessoas atípicas são estigmatizadas como "doentes mentais" ou "problemáticas".
- A exclusão e a discriminação nos espaços educacionais e sociais: As famílias de pessoas atípicas, especialmente as de crianças, enfrentam discriminação tanto na escola quanto em outros espaços sociais.
- Bullying e preconceito contra autistas e pessoas com deficiência intelectual: Existe uma forte resistência e bullying, especialmente contra autistas e pessoas com dificuldades intelectuais.

4. Barreiras Físicas e Comunicacionais:

- Falta de acessibilidade em espaços públicos e transporte: Muitos espaços públicos, prédios e transporte não são adequadamente acessíveis para as pessoas com deficiência, o que dificulta a mobilidade e a participação social.
- Barreiras físicas e comunicacionais: A falta de acessibilidade arquitetônica e comunicacional é uma dificuldade recorrente, principalmente em serviços públicos e transportes.

5. Dificuldades Administrativas e Burocráticas:

- Burocracia para acesso a benefícios e serviços: Muitas pessoas atípicas enfrentam dificuldades para acessar serviços públicos como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), ou para obter laudos médicos, o que impede o acesso a benefícios e cuidados adequados.
- Recusa de atendimento e falta de serviços adequados: A recusa de atendimento, especialmente quando se justifica que a pessoa atípica não "vai se beneficiar" ou "vai causar risco" é um exemplo de como o capacitismo afeta diretamente o direito ao atendimento.

6. Falta de Acolhimento e Conscientização:

- Falta de acolhimento nas políticas públicas: A falta de acolhimento nas instituições de atendimento e a ausência de uma abordagem sensibilizada e adequada ao lidar com pessoas atípicas e suas famílias é um aspecto comum.
- Falta de ações de conscientização e palestras: Não há investimentos suficientes em campanhas de conscientização ou palestras que ajudem a educar e desmistificar a atipicidade, tanto para profissionais como para a sociedade em geral.

O capacitismo nas políticas públicas se manifesta principalmente por meio da falta de acesso a serviços e terapias, preconceito e estigmatização, barreiras físicas e comunicacionais, e falta de capacitação dos profissionais que lidam com o público

atípico. Além disso, as dificuldades burocráticas e a falta de acolhimento nas instituições reforçam a exclusão e a marginalização dessa população.

Esses desafios destacam a necessidade urgente de reformas nas políticas públicas para garantir a inclusão efetiva das pessoas atípicas, bem como a sensibilização e capacitação dos profissionais para combater a discriminação e promover um atendimento mais humanizado e especializado.

Resumo dos capacitismos mais citados e seus percentuais:

- Falta de acesso aos serviços (25,86%)
- Falta de formação e preparo dos profissionais (20,69%)
- Discriminação (15,52%)
- Falta de empatia e acolhimento (12,07%)
- Barreiras físicas e comunicacionais (10,34%)
- Falta de políticas públicas efetivas (8,62%)
- Racismo (6,90%)

X: Serviços presentes nas instituições para o público atípico

A análise dos serviços existentes nas instituições revela uma grande diversidade de abordagens e limitações quanto ao atendimento ao público atípico.

1. Serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Inclusão Escolar:

- Salas de Recursos (SIR): Muitas escolas mencionaram a existência de Salas de Integração e Recursos (SIR), que atendem as necessidades de estudantes atípicos, embora algumas tenham relatado que não receberam os monitores necessários para dar suporte adequado.
- Atendimento Educacional Especializado (AEE): Algumas escolas oferecem AEE no turno inverso, ou em outras escolas, mas a falta de profissionais especializados é frequentemente mencionada.
- Formação de Professores: Algumas instituições e escolas mencionam a formação específica para professores, mas há uma grande lacuna na oferta de recursos para implementação da inclusão.
- Psicopedagoga: Há escolas que contam com atendimento psicopedagógico, mas a frequência de atendimento é limitada, atendendo apenas uma vez por semana.
- Comitê de Educação e Projetos: foi mencionada a existência de um comitê de educação e projetos como Incluir+POA, mas também limitações de recursos e de alcance.

2. Serviços de Orientação e Encaminhamentos:

- Encaminhamentos a outras instituições: Diversas instituições mencionaram realizar encaminhamentos para outros serviços, como CAPS, CRAS, e centros de saúde especializados. Contudo, a percepção é de que nem sempre os encaminhamentos resultam em atendimento efetivo.
- Requisições e Cobranças ao Poder Público: Algumas instituições atuam como intermediárias, como é o caso dos Conselhos Tutelares, realizando requisições e

cobranças ao poder público para a implementação de políticas públicas, como a demanda por monitores em sala de aula e mais recursos especializados.

- Grupo de Apoio Familiar: O grupo de mães atípicas e grupos de apoio para familiares foram destacados como serviços essenciais.

3. Serviços Sociais e Comunitários:

- Distribuição de Alimentação e Doações: Foi mencionado doações de roupas e alimentos, mas esses serviços são voltados para suprir necessidades básicas, não atendendo diretamente às questões relacionadas à atipicidade.
- Atividades Culturais e Artísticas: Algumas instituições oferecem oficinas, como dança, hip hop, grafite. Esses serviços são focados no público em geral e também estão disponíveis aos atípicos.
- Projetos Comunitários e de Juventude: Serviços como o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), Centro da Juventude e PEI (Programa de Educação Integral) são mencionados como atividades que atendem a crianças e adolescentes, mas não possuem foco exclusivo no público atípico.

4. Deficiências nos Serviços e Limitações no Atendimento:

- Ausência de Serviços Especializados: Muitas instituições relatam não ter serviços especializados para atender diretamente ao público atípico. Isso se reflete na falta de monitores e profissionais capacitados, e na insuficiência de salas de recursos adequadas.
- Orientação e Capacitação para Educadores: Embora algumas instituições ofereçam capacitação e orientação para educadores, a falta de material e de apoio especializado ainda é uma grande limitação para o atendimento adequado.
- Atendimento Universal: A maioria das instituições atende o público atípico juntamente aos demais, mas não possuem um serviço dedicado exclusivamente a este público. Isso significa que, embora os atípicos recebam algum tipo de atendimento, ele não é especializado e muitas vezes não atende às suas necessidades específicas.

5. Preocupações e Demandas Não Atendidas:

- Cobrança pela Inclusão: As instituições frequentemente mencionam a necessidade de maior inclusão, com destaque para a falta de recursos e profissionais qualificados para garantir uma verdadeira inclusão escolar e social.
- Falta de Monitoria e Suporte Específico: A grande maioria das instituições aponta a falta de monitores e profissionais nas escolas como um obstáculo para a inclusão efetiva das pessoas atípicas em sala de aula.
- Reforço em Políticas Públicas: A carência de políticas públicas eficazes e a demanda por maior oferta de serviços especializados são demandas recorrentes.

Embora algumas instituições forneçam atendimento educacional especializado, encaminhamentos para outros serviços e apoio social e cultural, ainda há uma grande lacuna no atendimento voltado ao público atípico em todas as regiões. A falta de monitores nas escolas, recursos adequados e profissionais capacitados são as principais limitações apontadas. Além disso, as instituições buscam uma maior articulação com os

poderes públicos para garantir direitos e políticas públicas mais eficazes para esse público.

Percentual dos Serviços mais mencionados como oferecidos pelas instituições:

- Encaminhamentos e requisições (25%)
- Sala de Integração e Recursos e/ou AEE (20,8%)
- Projetos educativos e oficinas (14,5%)
- SCFV, Centro da Juventude (12,5%)
- Atendimento geral e adaptado (10,4%)
- Formação de professores e orientações gerais (8,3%)
- **Ausência de serviços especializados (8,3%)**

XI. Trabalhos (ações) realizados com o público atípico na região de acordo com as instituições entrevistadas

A análise dos trabalhos e ações realizados com o público atípico na região, conforme relatado pelas instituições participantes do Balcão, revela um cenário misto de esforços em algumas áreas, mas também uma falta significativa de atividades voltadas especificamente para este público.

1. Encaminhamentos e Ações Iniciais:

- Ocorrem encaminhamentos para profissionais da saúde e o fornecimento do parecer pedagógico, além de um esforço para envolver a família nos processos de acompanhamento. No entanto, esses encaminhamentos não são sempre acompanhados de ações concretas.
- A devolutiva desses encaminhamentos é registrada em atas por uma das escolas entrevistadas, com prazos definidos, mas a efetividade dessas ações parece ser limitada, com algumas instituições não tendo recursos ou informações suficientes sobre os resultados.

2. Falta de Ações Diretas e Infraestrutura:

- Muitas instituições **desconhecem** a existência de ações específicas voltadas para o público atípico na região.
- Algumas instituições mencionaram que não existem serviços especializados.
- Em alguns casos, não há ações estruturadas ou programas direcionados para atender diretamente o público atípico, como é o caso das instituições que relatam não ver trabalhos realizados ou que o tema só está sendo discutido nas reuniões da rede de proteção.

3. Ações de Apoio Social e Educacional:

- Alguns serviços mencionados incluem grupos de apoio, como o grupo de mães, que promovem troca de experiências e informações.
- Doações de alimentos e roupas também foram apontadas como ações realizadas por algumas instituições, mas esses serviços são voltados para necessidades básicas e não atendem diretamente ao aspecto educacional ou de inclusão social do público atípico.
- Algumas campanhas de conscientização sobre o público atípico, embora isoladas e esporádicas, foram mencionadas.

4. Atividades Culturais e de Convivência:

- Algumas instituições realizam oficinas de arte (como dança, hip hop, grafite) que são abertas ao público em geral, mas não são necessariamente adaptadas para as necessidades específicas do público atípico.
- Espaços de convivência e fortalecimento de vínculos como o SCFV e ACM (antigo SASI) são mencionados, mas também não há uma especialização para o atendimento ao público atípico nesses serviços, no máximo uma adaptação.

5. Saúde e Acompanhamento Psicopedagógico:

- O atendimento médico, incluindo vacinas, enfermagem e odontologia, é mencionado como um serviço existente, mas sem foco específico no atendimento ao público atípico.
- Há serviços como ecoterapia e acompanhamento psicopedagógico, mas, novamente, são atividades que podem não ser voltadas especificamente para o público atípico ou são realizadas de forma esporádica (apenas 1 instituição mencionou a ecoterapia).
- O encaminhamento à rede pública de saúde (como o Capes, Cras, e Centro de Saúde Modelo) também é citado, mas a percepção geral é de que os serviços de saúde especializados são limitados ou não atendem adequadamente as necessidades desse público.

6. Falta de Conhecimento e Conscientização:

- A falta de conhecimento sobre ações voltadas para o público atípico é recorrente entre as instituições, com várias mencionando que não têm informações sobre serviços ou não percebem ações diretas acontecendo.
- A rede de proteção à infância está começando a discutir o tema, mas as ações ainda são incipientes, sem grande cobertura ou implementação eficaz.

As respostas apresentaram diversidade de abordagens e esforços, mas também grandes lacunas e limitações em termos de ações e serviços especializados para o público atípico. A maioria das instituições realiza encaminhamentos e apoio básico, mas não há uma estrutura consolidada ou ações específicas direcionadas diretamente aos atípicos. Há uma necessidade clara de maior articulação entre serviços, com foco na capacitação de profissionais, oferecimento de recursos especializados, expansão de programas de inclusão e conscientização.

Percentuais das respostas:

- Encaminhamento para serviços/profissionais (20%)
- Atendimentos gerais (12,5%)
- Grupos de apoio e suporte familiar (7,5%)
- Campanhas e palestras (5%)
- Atividades artísticas e/ou educativas (5%)
- Ações relacionadas a doações (2,5%)
- Nenhum trabalho realizado (30%)
- Desconhece se existem serviços/ações (17,5%)

XII. Desafios da inclusão escolar na região

A análise dos desafios da inclusão escolar revela uma série de dificuldades estruturais, logísticas e pedagógicas que comprometem a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

1. Falta de Recursos e Estrutura Adequada:

- Falta de material pedagógico adequado, como computadores, tecnologia assistiva e material ludopedagógico, são uma dificuldade significativa, impactando diretamente a inclusão dos alunos atípicos.
- Ausência de salas de recursos, como mencionado no caso da Escola Olegário Mariano, compromete a oferta de um atendimento especializado e adequado.
- As escolas enfrentam a falta de estrutura física para garantir a acessibilidade, como a falta de rampas, acessos e ambientes adequados, especialmente para alunos com mobilidade reduzida ou outras necessidades específicas.

2. Falta de Profissionais Capacitados:

- Carência de monitores e profissionais especializados, como monitores escolares, psicopedagogos, fonoaudiólogos, neuropediatras, entre outros, é uma das maiores dificuldades apontadas. Muitas escolas não possuem profissionais suficientes ou capacitados para atender adequadamente os alunos atípicos.
- A falta de formação contínua para professores e demais profissionais da educação é outro desafio. O preparo para lidar com pessoas atípicas é frequentemente insuficiente e não ocorre de forma sistemática.
- A falta de apoio da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e o despreparo das equipes pedagógicas são fatores que dificultam a criação de um ambiente escolar inclusivo. Além disso, a resistência de direções e docentes em acolher esses alunos é um obstáculo significativo.

3. Dificuldades de Inclusão e Acesso à Educação:

- Mesmo com a garantia de vaga nas escolas, há dificuldades na implementação de uma educação inclusiva de qualidade, devido à falta de aceitação dos alunos e a falta de apoio adequado para esses estudantes dentro das salas de aula.

- A exclusão social e educacional é exacerbada pela falta de acompanhamento especializado. Por exemplo, em casos em que o atípico não possui o laudo médico adequado, não se consegue garantir o atendimento especializado.
- A falta de integração com as políticas públicas e a ausência de discussões interinstitucionais dificultam a criação de uma rede de apoio efetiva para esse público, tornando o processo de inclusão mais difícil.

4. Desafios Socioeconômicos e Logísticos:

- A falta de recursos financeiros impacta negativamente a mobilidade, especialmente em áreas como a Lomba do Pinheiro, onde a dificuldade de acesso ao ensino médio devido à escassez de escolas e ao alto custo de transporte levam à evasão escolar. Isso é particularmente problemático para jovens entre 14 e 24 anos, que enfrentam dificuldades para se deslocar para outras regiões em busca de ensino.
- A falta de recursos financeiros e humanos para o atendimento especializado nas escolas e nas unidades de saúde também contribui para a exclusão.

5. Problemas de Integração Social e Familiar:

- A falta de apoio às famílias, especialmente às mães atípicas, é um desafio. Muitas vezes, as famílias precisam de rede de apoio para lidar com a situação, mas essa rede é escassa ou inexistente, o que compromete o processo de inclusão amplamente.
- A falta de suporte também se estende à dificuldade de acesso a serviços médicos e terapêuticos, o que impacta diretamente o desenvolvimento e a permanência dos atípicos na escola.

6. Bullying e Discriminação:

- A discriminação dentro das escolas, tanto de alunos quanto de professores, continua sendo um obstáculo significativo. A prática de bullying contra os atípicos é comum e contribui para o isolamento e a marginalização dessas crianças e adolescentes dentro e fora do ambiente escolar.
- A resistência à inclusão é exacerbada pela falta de conscientização e a precarização da educação, com muitos profissionais não preparados para lidar com a diversidade.

7. Desconhecimento das Necessidades Específicas:

- A falta de conhecimento sobre as necessidades dos atípicos é um problema socialmente recorrente. Muitas escolas e equipes ainda não têm uma compreensão clara sobre como adaptar suas práticas pedagógicas para garantir uma verdadeira educação inclusiva.
- A inadequação das equipes de recursos humanos e a falta de formação específica para lidar com as singularidades de cada atípico geram ambientes que não favorecem a inclusão.

Resumo dos Principais Desafios:

1. Falta de recursos humanos (32,6%)
2. Falta de infraestrutura e acessibilidade (18,6%)
3. Falta de formação e capacitação (16,3%)
4. Ausência de políticas públicas ou suporte (14,0%)
5. Falta de material pedagógico e tecnologias (7,0%)
6. Falta de integração e diálogo entre redes (4,7%)
7. Problemas relacionados ao acesso escolar (2,3%)

XIII. Atendimentos em saúde, assistência e segurança pública para o público na região e na cidade

A análise revela um cenário de acesso limitado, carência de serviços especializados e dificuldades logísticas para garantir um atendimento de qualidade.

Saúde:

1. Acesso Limitado a Serviços de Saúde Especializados:

- CAPSi (Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil) e outros serviços de saúde mental especializados, como o CERTA, são mencionados como importantes, mas enfrentam grandes filas de espera e restrições de vagas, o que dificulta o atendimento contínuo e adequado para o público atípico.
- Há insuficiência de vagas em serviços essenciais de saúde mental, o que compromete a qualidade do atendimento para crianças e adolescentes atípicos, com longas esperas por consultas e tratamentos.
- O atendimento de saúde na região depende fortemente das UBS (Unidades Básicas de Saúde), mas, em muitos casos, esses serviços não têm estrutura ou preparação suficiente para atender às demandas do público atípico.
- A falta de parcerias efetivas entre saúde e educação é destacada, como no caso de uma mãe que relatou dificuldades no atendimento ao ser encaminhada pela escola ao posto de saúde, devido à falta de comunicação entre os setores.

2. Desafios de Acesso à Saúde Fora da Região:

- Diversas instituições mencionam que os serviços especializados estão localizados fora da região, como APAEs e o CERTA, o que dificulta o acesso devido à distância e à carência de transporte público ou recursos financeiros para os deslocamentos.
- A demanda maior que a oferta nos serviços especializados resulta em **longas** listas de espera.

3. Apoio de Serviços Complementares:

- Assistência psicossocial é fornecida por serviços como CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), mas estes serviços também enfrentam limitações de recursos, falta de acessibilidade e pouca integração com outras políticas públicas de saúde e educação.

Assistência Social:

1. Falta de Acessibilidade e Integração:

- A assistência social é fornecida por CRAS, CREAS, Ação Rua e SAFs (Serviços de Acolhimento Familiar), mas essas unidades muitas vezes enfrentam limitações de infraestrutura e falta de serviços especializados para o público atípico, como indicado pelas falhas no atendimento individualizado.
- A acessibilidade física e funcional dos serviços públicos de assistência é um problema, e a ausência de capacitação das equipes para lidar com as necessidades específicas dos atípicos compromete o atendimento.

2. Redundância e Ineficiência:

- Há um foco excessivo no assistencialismo e em um modelo de apoio que não é institucionalizado, nem comprometido o suficiente para garantir atendimento contínuo e efetivo, como destacado em relação ao serviço de saúde da assistência.

3. Rede de Apoio Limitada:

- A rede de apoio (incluindo Conselho Tutelar, Saúde, CRAS e outros serviços) é mencionada, mas há uma falta de articulação entre os serviços, o que dificulta o processo de encaminhamentos e a efetividade do atendimento.
- A demanda por inclusão também não é atendida de forma plena pela assistência social, com a ausência de apoio especializado para o público atípico.

Segurança Pública:

1. Falta de Integração com a Segurança Pública:

- A segurança pública é um tema silenciado, e os serviços especializados para o público atípico, como delegacias ou instituições de segurança, ou são insuficientes ou inexistentes de forma dedicada.

2. Problemas de Inclusão nas Instituições de Segurança:

- A segurança pública não é mencionada como um facilitador no acesso a direitos para o público atípico, e o relato de dificuldades no encaminhamento de crianças para serviços de saúde e a falta de parceria entre saúde, educação e segurança destaca a fragilidade da rede de proteção.

Desafios Gerais:

- Falta de Especialização e Formação:
 - Uma constante queixa é a falta de especialistas, como psicólogos, neuropediatras, fonoaudiólogos e profissionais qualificados para o atendimento integral e especializado de crianças e jovens atípicos.
- Acesso Desigual e Disperso:
 - Os serviços especializados estão frequentemente distantes da região ou com longas filas de espera, tornando o acesso desigual. Além disso, a rede de apoio muitas vezes não se conecta de maneira eficiente, comprometendo o suporte contínuo às famílias.
- Problemas de Articulação e Interinstitucionalidade:
 - Há uma falta de articulação eficaz entre saúde, educação e assistência social, o que resulta em dificuldades no acompanhamento de casos e implementação das políticas públicas voltadas para o público atípico.

Embora existam serviços públicos para o público atípico, há um acesso limitado, ineficiência na articulação entre os serviços, deficiência em especialização e estrutura e alta demanda sem resposta suficiente. A construção de uma rede integrada de apoio, com capacitação das equipes, infraestrutura acessível e parcerias eficazes entre saúde, assistência social e segurança pública é essencial para garantir uma atenção plena e de qualidade para o público atípico.

Percentuais das entidades mais citadas quando se fala em saúde, assistência e segurança para os atípicos:

- CRAS: 37,1%
 - Certa: 25,7%
 - Postos de Saúde / UBS: 25,7%
 - CAPSi: 17,1%
 - CREAS: 14,2%
-

PESQUISA DE PERFIL E DEMANDA DAS FAMÍLIAS DO BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS - 2024

400 famílias – 1252 pessoas

Questionário online e no papel - autopreenchido e com apoio de pesquisadora/equipe

RESUMO

Perfil Demográfico das Pessoas Atípicas

- Identidade de gênero: 59,25% homens cis, 23,75% mulheres cis, 1,75% homens trans, 1,50% não-binários, 0,25% mulheres trans, e 13,50% preferiram não informar.
- Faixa etária: Predominância de crianças pequenas, com moda de 5 anos, mediana de 8 anos e média de 9,1 anos.
- Nacionalidade e etnia: 99,25% brasileiros, 0,75% venezuelanos. 65,3% se identificam como brancos, 18,3% pardos, 15,8% pretos e 0,8% indígenas.

Residência e Escolaridade das Pessoas Atípicas

- 95,75% dos respondentes são de Porto Alegre. Além de moradores de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Capão da Canoa, Esteio, Gravataí e Sapucaia do Sul.
- Bairros com maior concentração em Porto Alegre: Lomba do Pinheiro (31%), Santa Rosa de Lima (20,2%), Restinga (19%).
- Escolaridade: 87,25% frequentam a escola, com maior concentração no Ensino Fundamental I (41,85%) e Educação Infantil (32,08%).
- Frequência escolar: 90,41% frequentam a escola todos os dias.

Saúde e Necessidades Específicas das Respondentes

- Diagnósticos predominantes: Autismo (73,25%), TDAH (32,50%), Deficiência Intelectual (21,25%).
- Necessidades de acessibilidade dos respondentes (via de regra, mães): 74,75% não precisam de adaptações; principais demandas incluem protetores auriculares (8,00%) e material ampliado (6,00%).

Perfil Familiar e Condições de Moradia

- Responsáveis pelos participantes: 86,75% são mães, 3,50% pais e 3,25% avós.

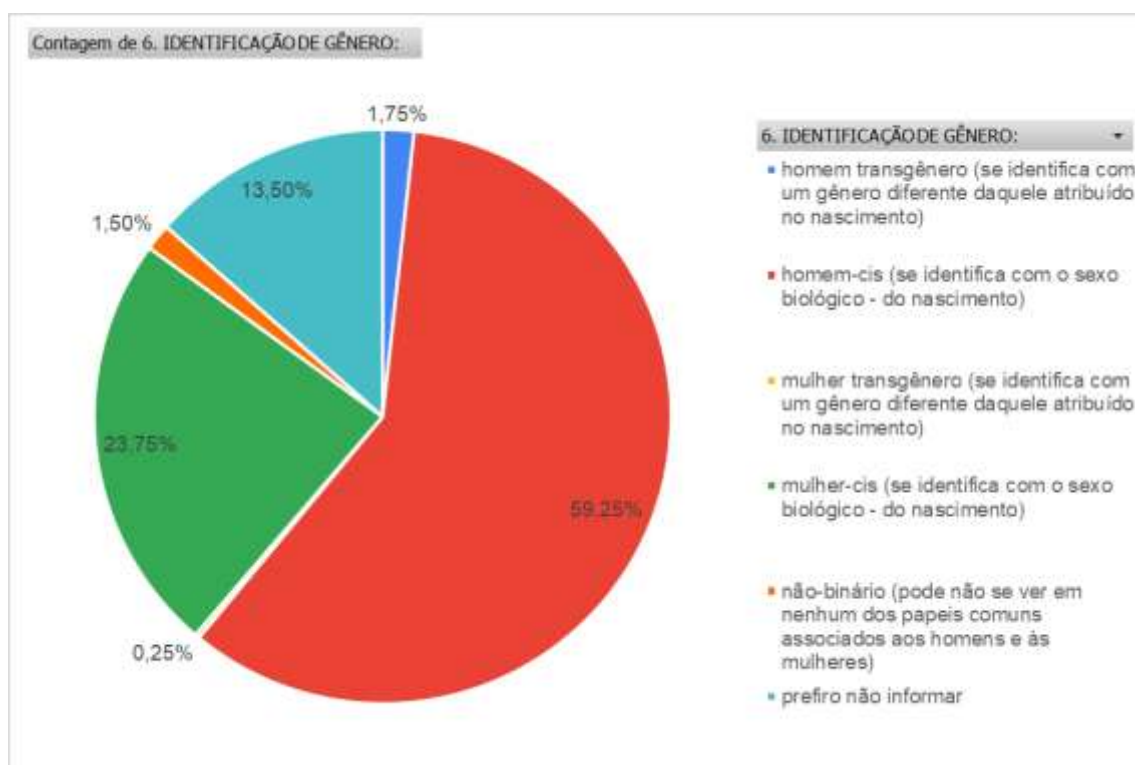
- Tipo de moradia: 46,75% residem em casa própria, 25,75% em aluguel e 18,25% em moradias cedidas.
- Composição familiar: Média de 3,6 moradores por residência, geralmente com 1,7 crianças/adolescentes e 1,2 pessoas neurodivergentes.
- Renda e benefícios: Renda média de R\$ 2.413,19, com metade das famílias recebendo até R\$ 1.700,00. 63,76% possuem um membro que recebe benefícios governamentais, sendo Bolsa Família (29,00%) e BPC (27,75%) os mais comuns.

Demandas e Atendimento no Balcão

- Tempo médio de espera por laudo: 2 anos, podendo superar 5 anos.
- Dias e turnos preferidos para grupos de apoio: Segunda-feira (33,53%) e tarde (52,52%).
- Serviços mais requisitados: Psicologia (80,50%), assistência social (42,25%) e advocacia (42,00%).

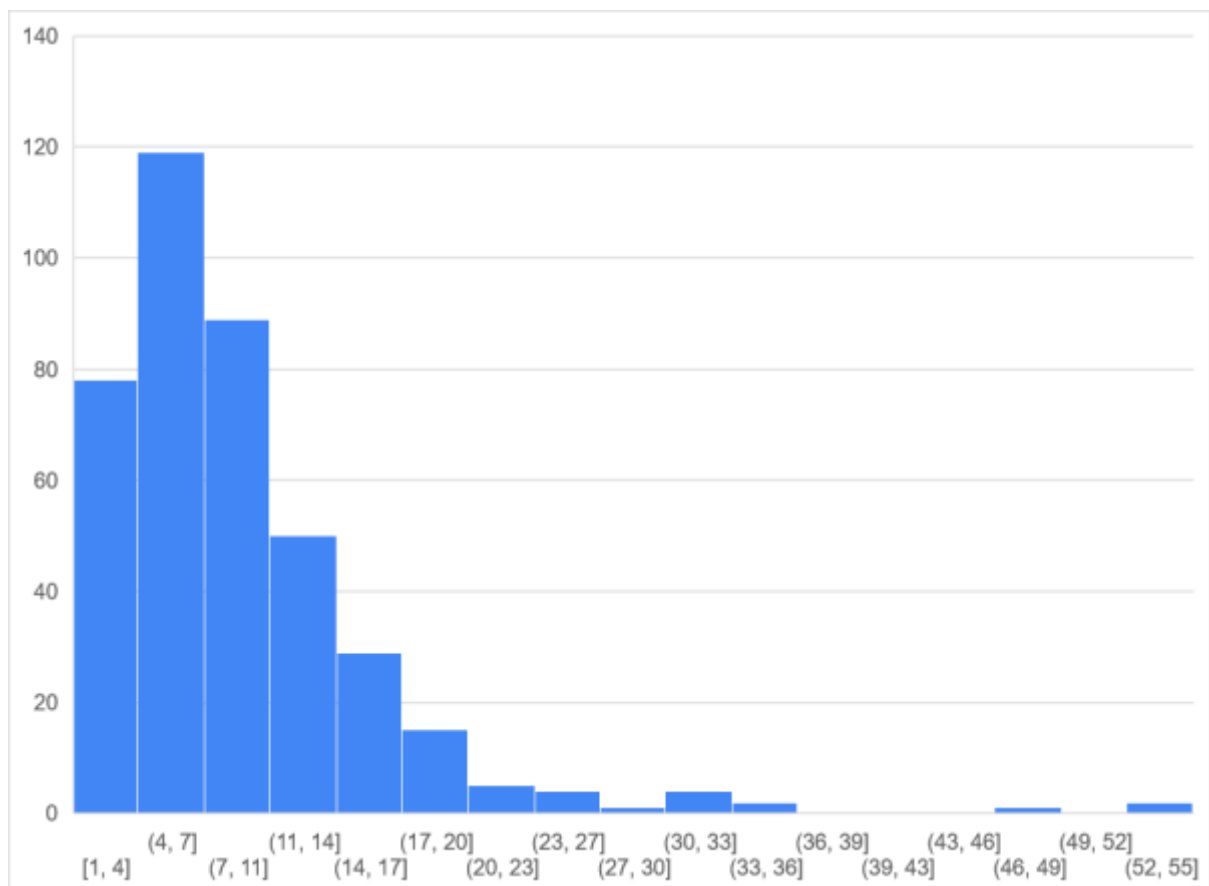
RESULTADOS

Identificação de Gênero



A maioria dos participantes, 59,25%, se identificou como **homem cis**. Seguindo, 23,75% declararam-se **mulher cis**, enquanto 1,75% identificaram-se como **homem transgênero**, e 1,50% como **não-binário**. **Mulheres trans** representaram 0,25% das respostas, e 13,50% optaram por "prefiro não informar".

Idade



Média: 9,1 anos

Moda: 5 anos

Mediana: 8 anos

Desvio Padrão: 6,7 anos

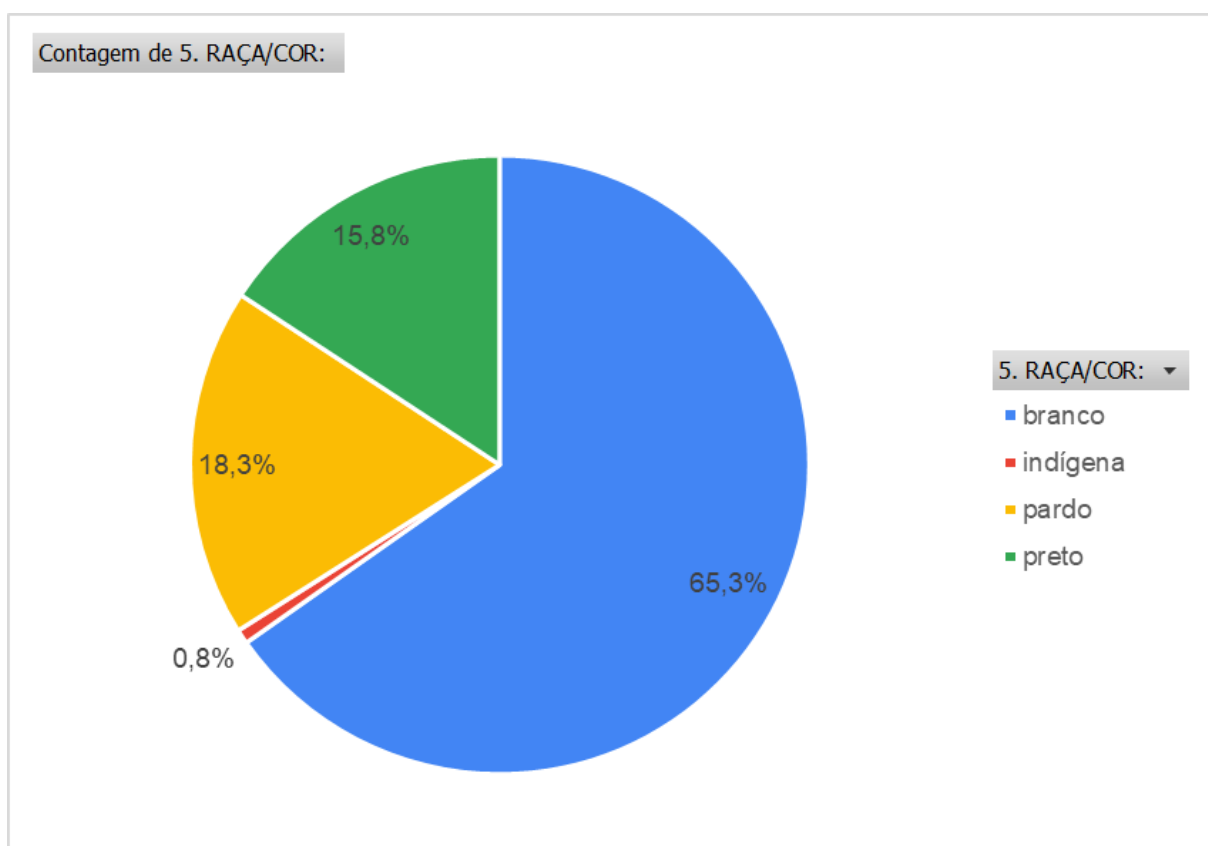
Com base no **Gráfico 1**, observa-se que a distribuição das idades apresenta um pico concentrado no intervalo de 4 a 7 anos, o que confirma a moda de 5 anos e evidencia a predominância de crianças pequenas na amostra. A partir dos 8 anos, a frequência de participantes diminui gradativamente, com uma quantidade ainda menor de adolescentes e adultos presentes. Isso é consistente com a mediana de 8 anos e a média de 9,1 anos,

reforçando que a maioria da amostra está na faixa etária infantil. O desvio padrão de 6,7 anos indica que há alguma dispersão, mas a concentração está visivelmente mais forte nas idades mais baixas.

Nacionalidade

A quase totalidade da amostra é composta por brasileiros (397, ou 99,25%), enquanto há apenas 3 estrangeiros, todos venezuelanos (0,75%).

Cor ou raça



A maioria dos participantes se identificou como **brancos**, representando 65,3% da amostra. Em seguida, 18,3% se declararam **pardos**, enquanto 15,8% se identificaram como **pretos**. A menor parcela corresponde aos **indígenas**, com apenas 0,8%.

Residência

A lista de bairros foi recodificada e os bairros com maior quantidade de residentes foram os seguintes:

Lomba do Pinheiro: 31%

Santa Rosa de Lima: 20,2%

Restinga: 19%

Rubem Berta: 9%

Agronomia: 4,3%

Centro Histórico: 3%

Farrapos: 2,5%

Vila Ipiranga: 2,3%

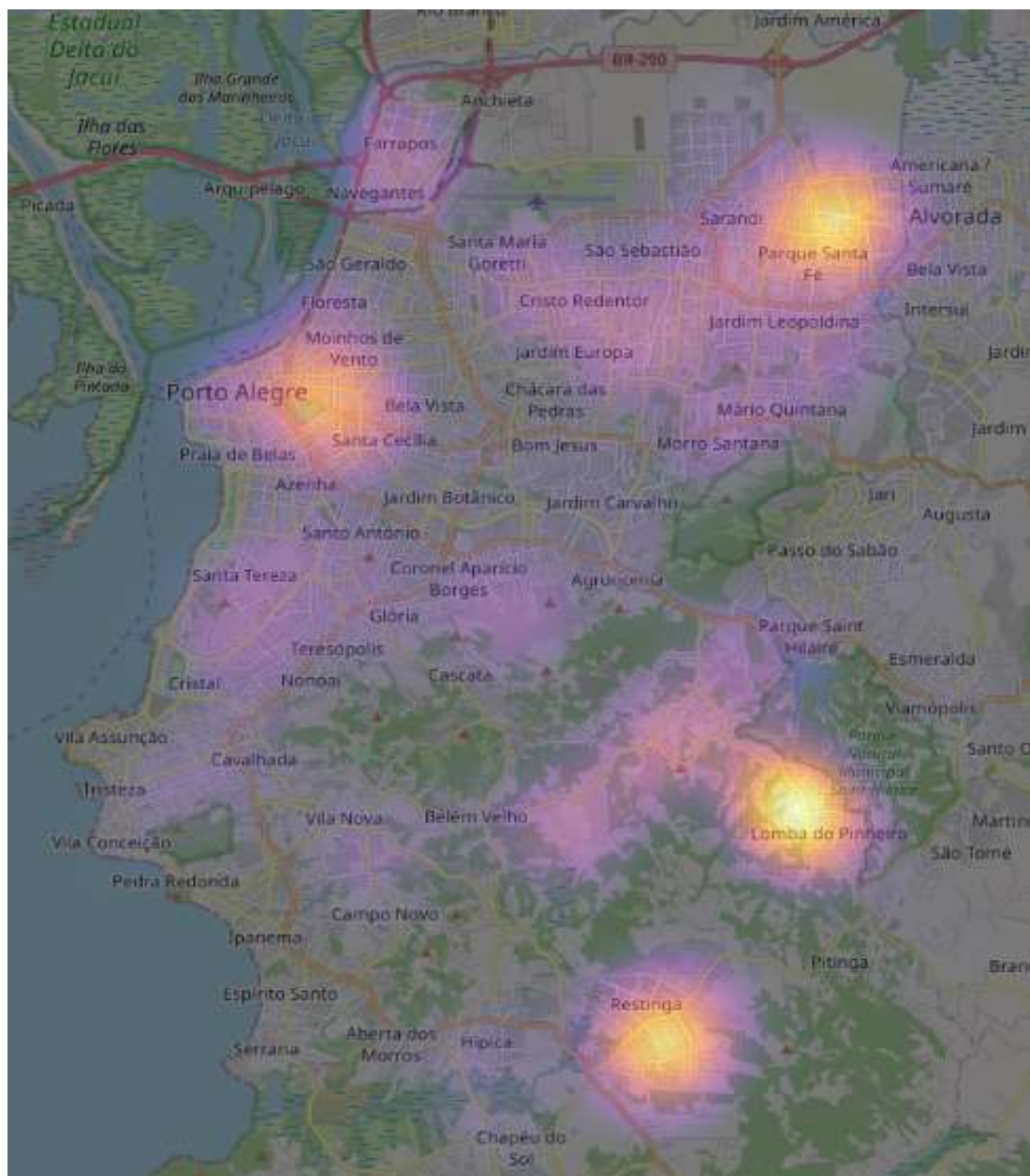
Sarandi: 2%

Belém Velho: 1,8%

Georreferenciamento

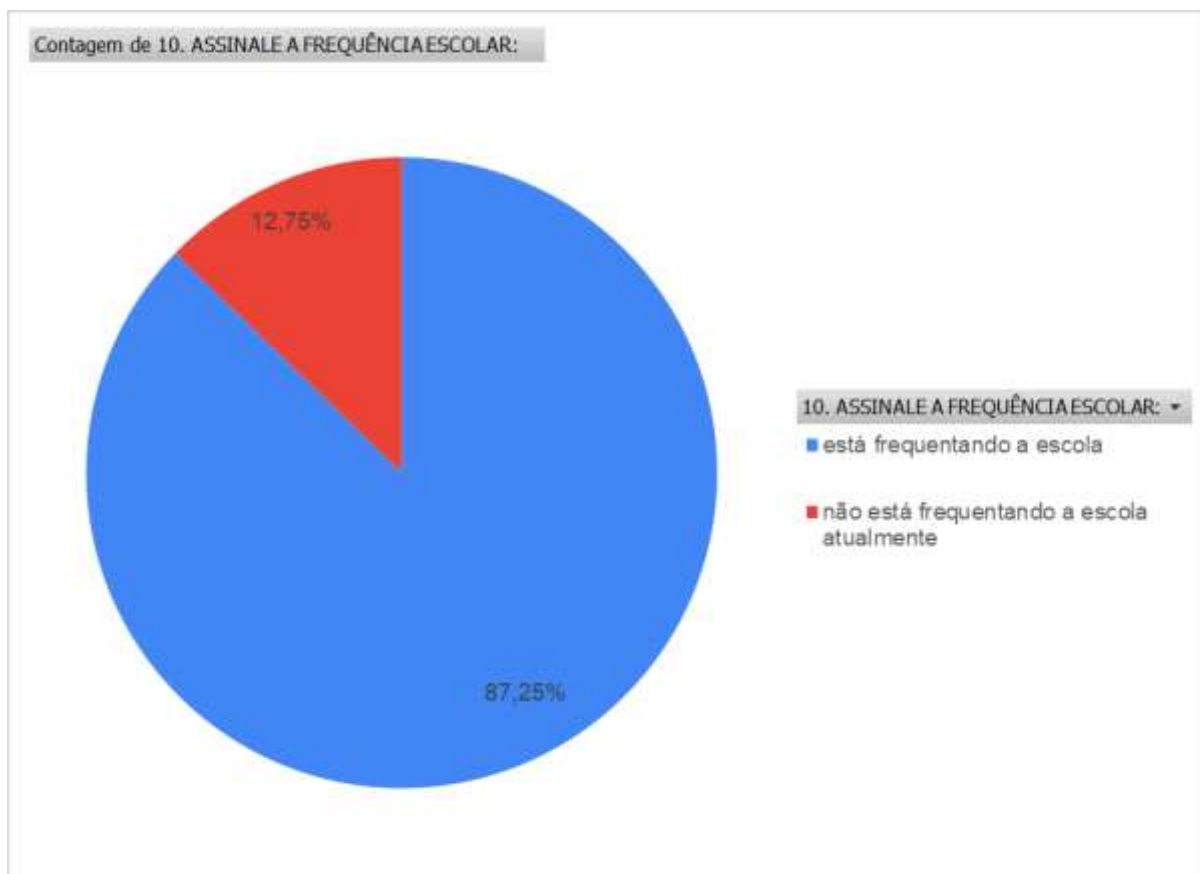
Os mapas de geolocalização dos endereços dos respondentes evidenciam uma forte concentração de participantes em áreas específicas de Porto Alegre, como Lomba do Pinheiro, Restinga e bairros próximos. Essas regiões apresentam maior densidade de pontos e maior intensidade no mapa de calor, sugerindo uma predominância de respondentes dessas áreas. A concentração também reflete características socioespaciais da cidade, com uma maior representação de moradores de bairros periféricos, possivelmente vinculados a condições socioeconômicas que justificam sua participação na pesquisa e no Balcão. A distribuição dispersa de outros pontos indica a presença de respondentes em regiões mais centrais, embora em menor quantidade.

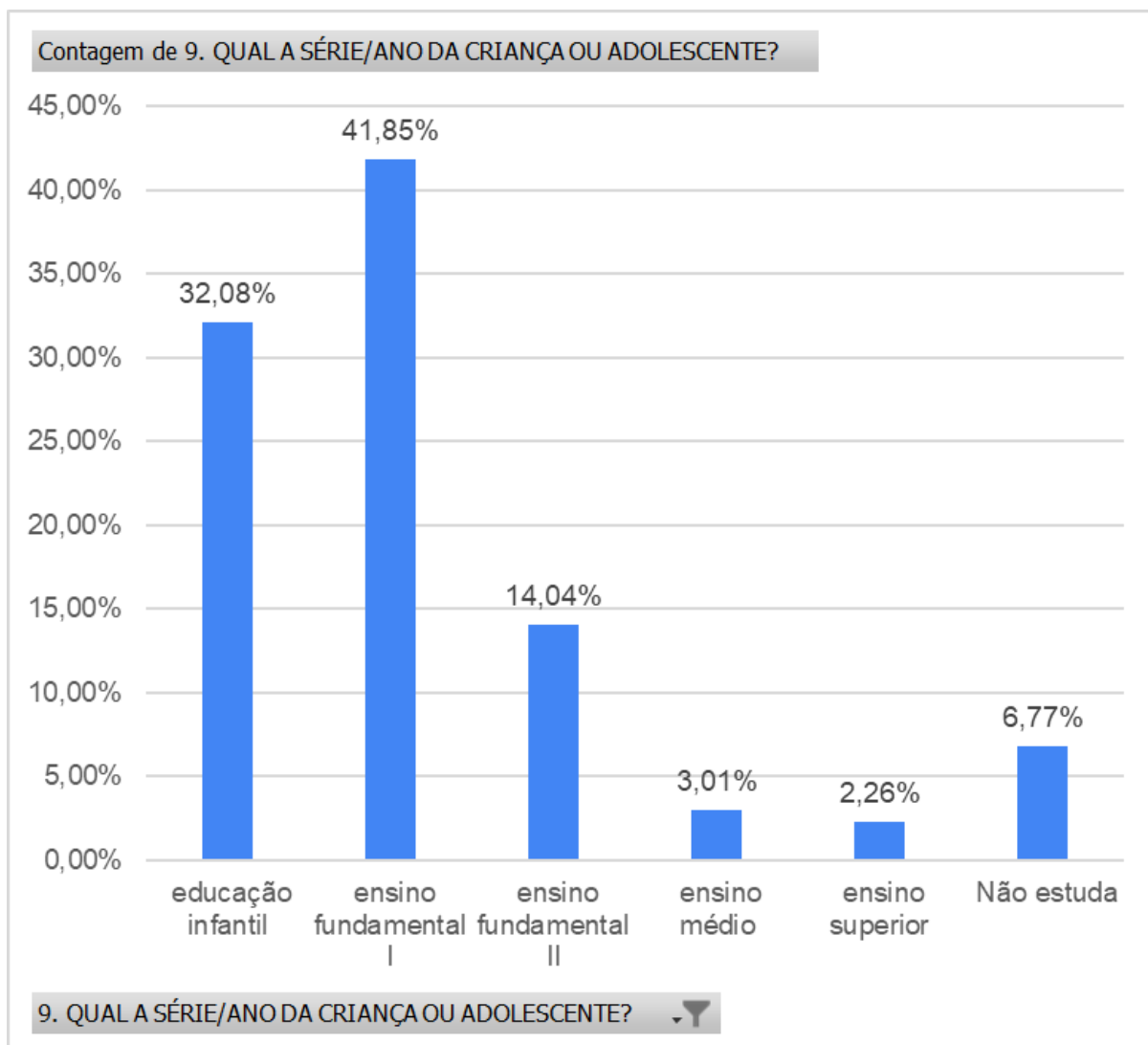




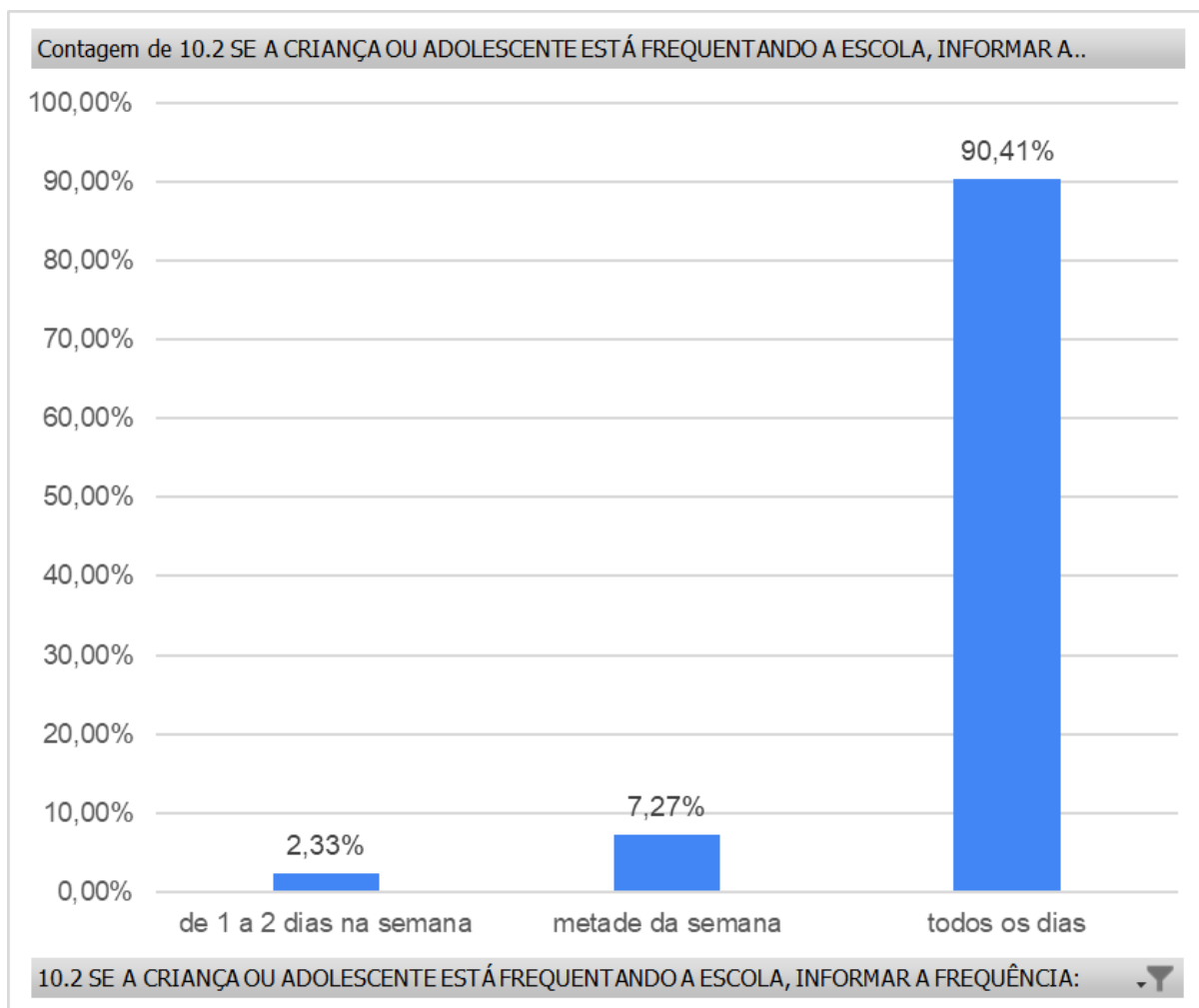
Escolaridade

O gráfico demonstra que a grande maioria do público da pesquisa (87,25%) está atualmente frequentando a escola, enquanto 12,75% não estão matriculados ou não frequentam o ambiente escolar.



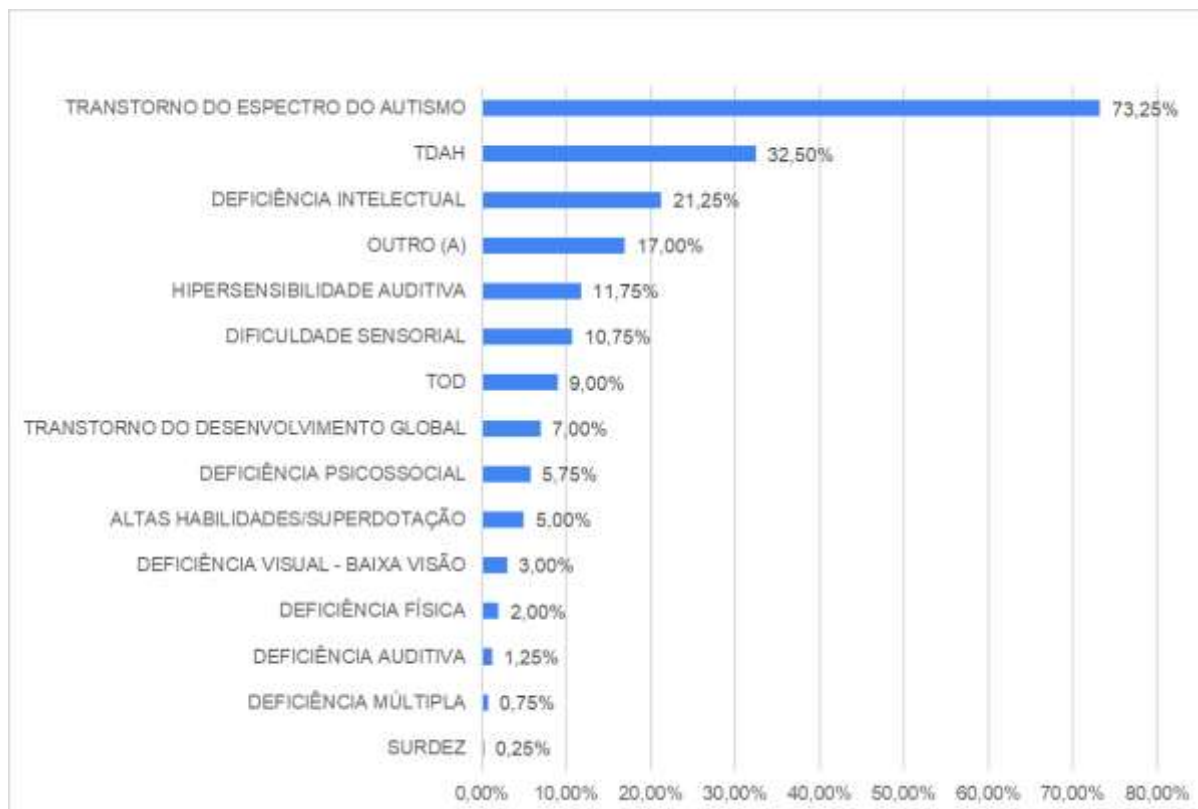


A maior parte está no Ensino Fundamental I (41,85%), seguida pela Educação Infantil (32,08%) e pelo Ensino Fundamental II (14,04%). Níveis mais avançados, como Ensino Médio (3,01%) e Ensino Superior (2,26%), têm representatividade significativamente menor. Além disso, 6,77% dos respondentes indicaram que não estudam atualmente. Essa distribuição reflete uma predominância de indivíduos em etapas iniciais da educação, demonstrando o público-alvo da pesquisa e do projeto.



O gráfico demonstra que a grande maioria dos estudantes (90,41%) frequenta a escola todos os dias, indicando uma alta regularidade na presença escolar, embora não reflita o tempo de permanência na escola que, via de regra, é reduzido e prejudicado. Apenas 7,27% frequentam a escola metade da semana, enquanto 2,33% comparecem entre 1 a 2 dias na semana. Isso porque o Balcão esteve mais próximo de escolas e associações comunitárias, focado na inclusão escolar.

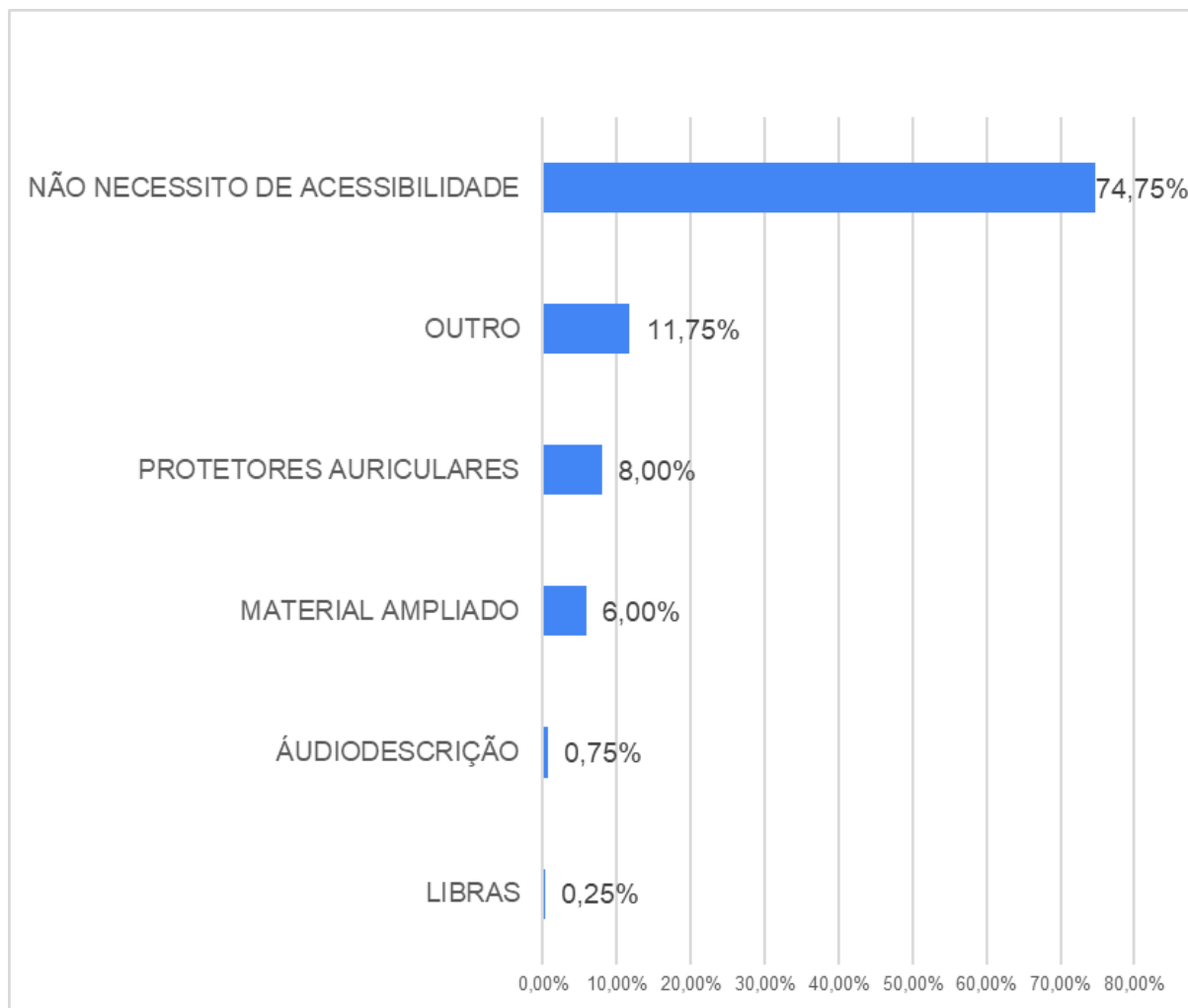
Deficiências/Neurodivergências da Criança/Adolescente:



*resposta múltipla

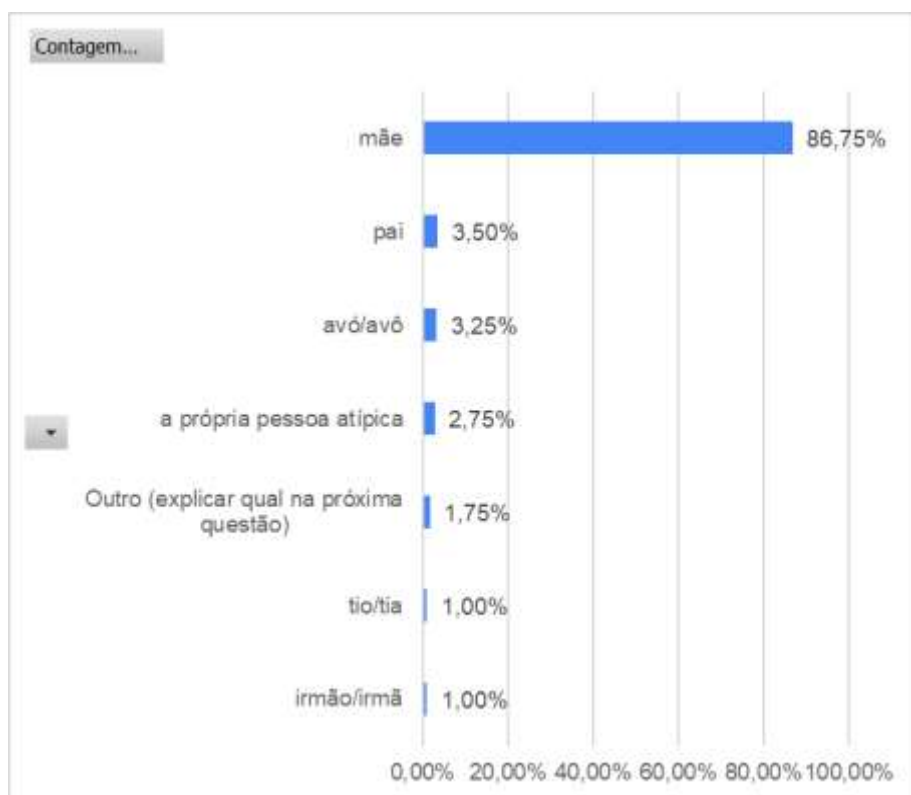
O gráfico revela a predominância de diagnósticos de Transtorno do Espectro do Autismo (73,25%) entre os respondentes, seguido por TDAH (32,50%) e Deficiência Intelectual (21,25%). Outras condições, como Hipersensibilidade Auditiva (11,75%) e Dificuldade Sensorial (10,75%), também aparecem com frequência considerável. Categorias menos prevalentes incluem Deficiência Física (2,00%) e Surdez (0,25%).

Necessidade de adaptações da pessoa respondente (via de regra, mãe)



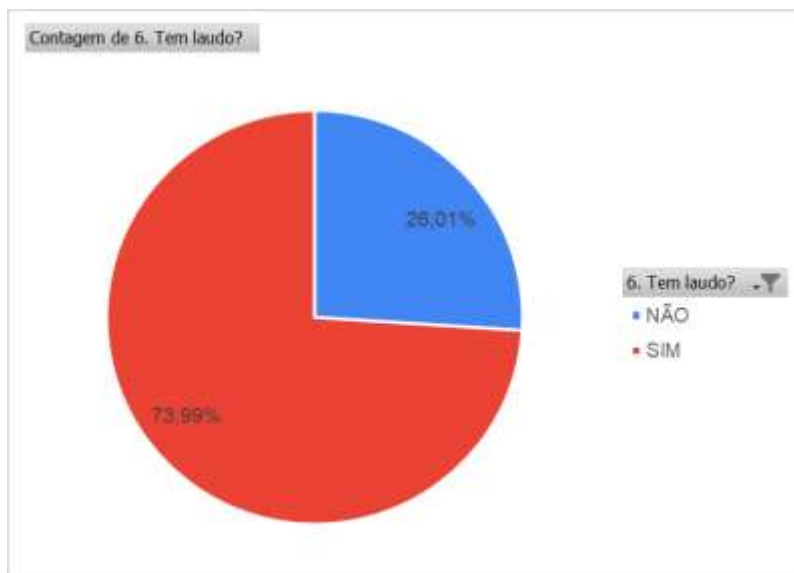
O gráfico indica que a grande maioria dos respondentes (74,75%) declarou não necessitar de acessibilidade para participar dos grupos de apoio do Balcão. Entre aqueles que precisam de algum tipo de adaptação, os itens mais mencionados foram "Protetores Auriculares" (8,00%) e "Material Ampliado" (6,00%). Itens como "Audiodescrição" (0,75%) e "Libras" (0,25%) aparecem com frequência menor, indicando demandas específicas de acessibilidade em uma parcela menor da população avaliada.

Relação/graude parentesco com a(s) pessoa(s) atípica (s):



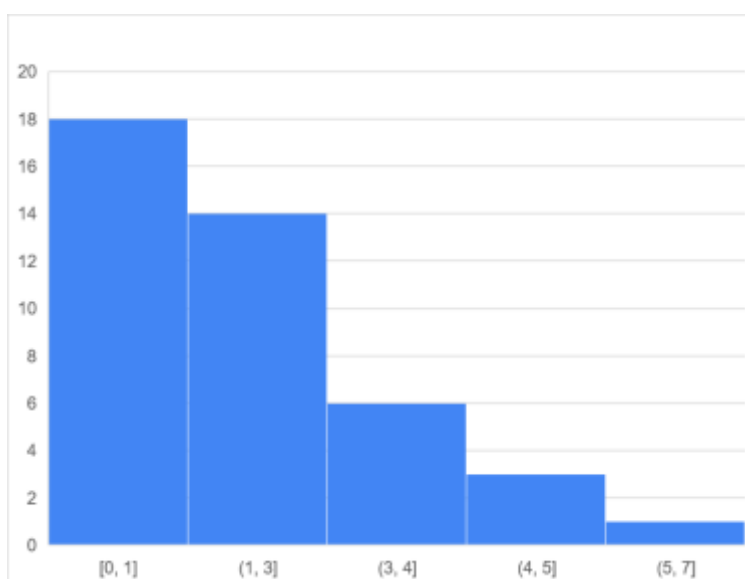
A maior parte dos respondentes, 86,75%, são mães, evidenciando o papel central das mulheres no cuidado e acompanhamento de pessoas atípicas. Outros vínculos aparecem em percentuais menores, como pais (3,50%), avós (3,25%) e os próprios indivíduos atípicos (2,75%), além de categorias como tios/tias (1,00%) e irmãos/irmãs (1,00%).

Laudo

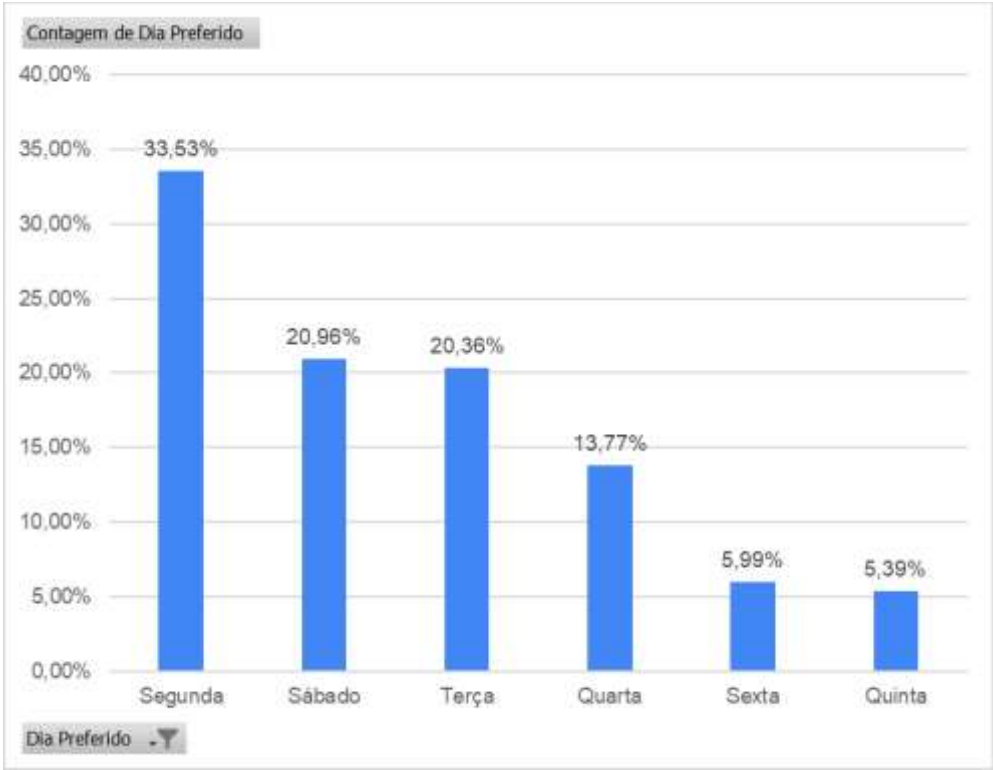


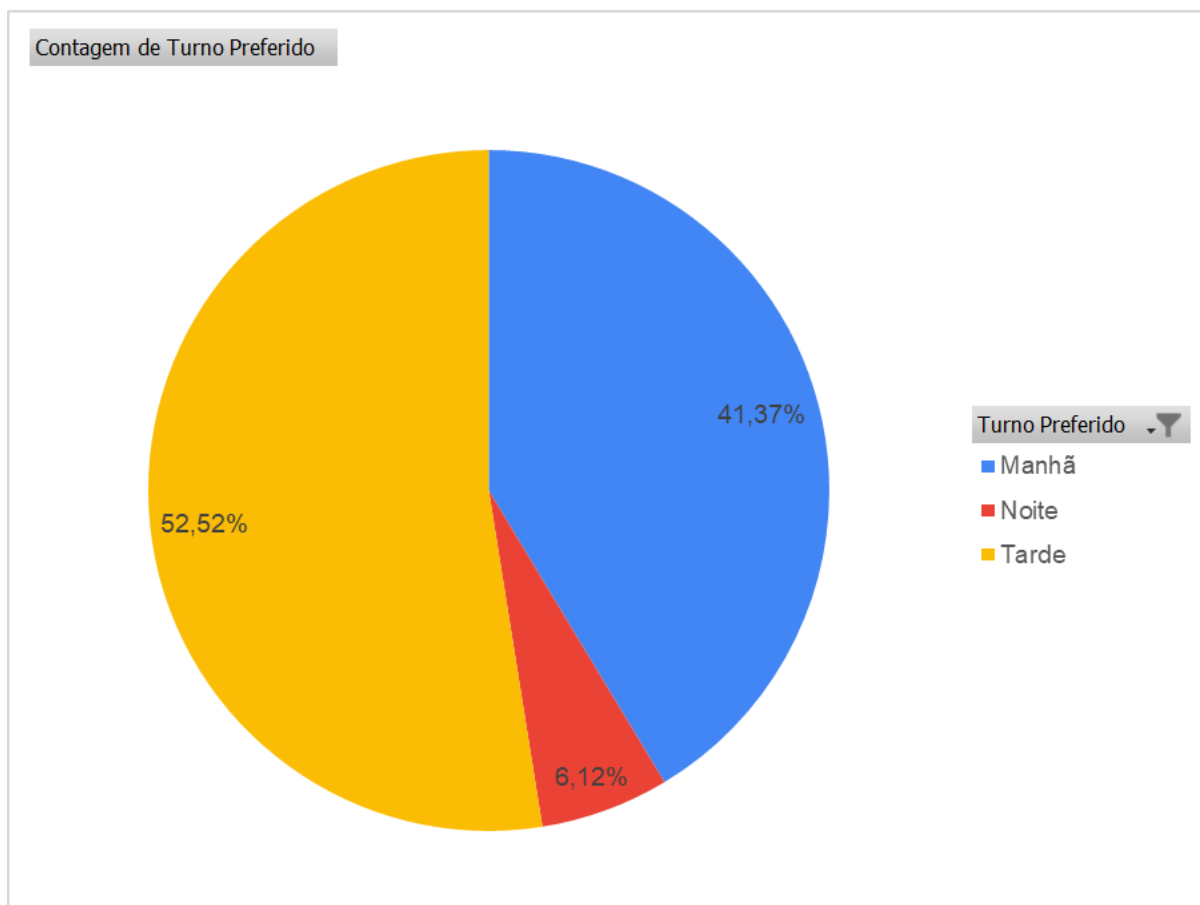
O gráfico demonstra que 73,99% dos participantes possuem laudo, enquanto 26,01% não possuem. O tempo médio de espera pelo laudo, para os que estão esperando, é de 2 anos, embora haja casos de espera superiores a 5 anos.

Tempo de espera do laudo



Dias e turnos melhores para participar do Grupo de Apoio e para atendimentos individuais:



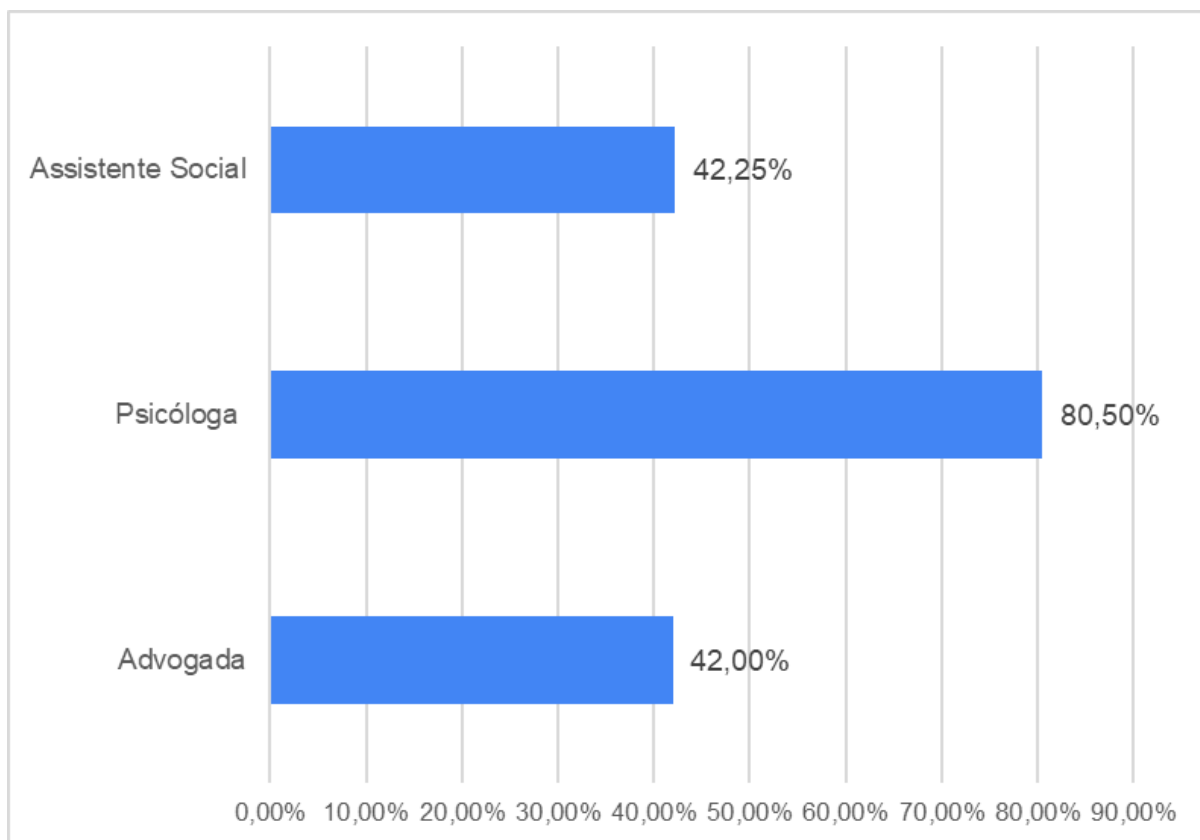


Quanto aos dias da semana para participação dos grupos de apoio, a segunda-feira lidera como o dia mais escolhido (33,53%), com sábado e terça-feira em segundo e terceiro lugares, respectivamente, com cerca de 21% cada. Quarta-feira aparece em seguida com 13,77%, enquanto quinta e sexta-feira apresentam menor preferência, com valores abaixo de 6%.

Em relação ao turno, a tarde é o mais preferido, com 52,52% das respostas, seguido pela manhã, com 41,37%. Apenas 6,12% dos respondentes preferem o período da noite.

Esses resultados se baseiam nos casos onde foi possível identificar uma preferência.

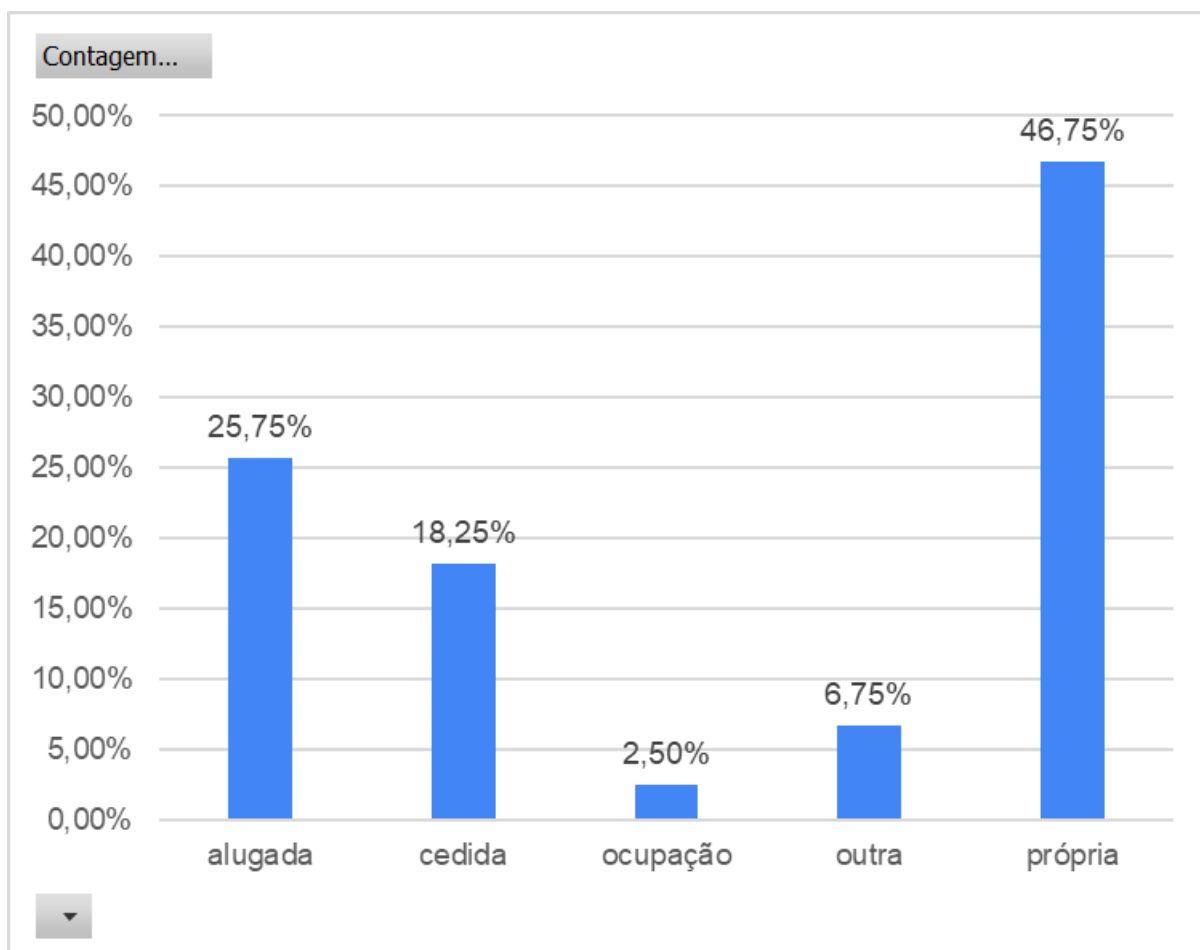
Tipo de atendimento individual que precisa e demanda



A psicologia é a mais requisitada, com 80,50% das menções. Em seguida, os serviços de assistente social e advocacia apresentam demandas semelhantes, com 42,25% e 42,00%, respectivamente.

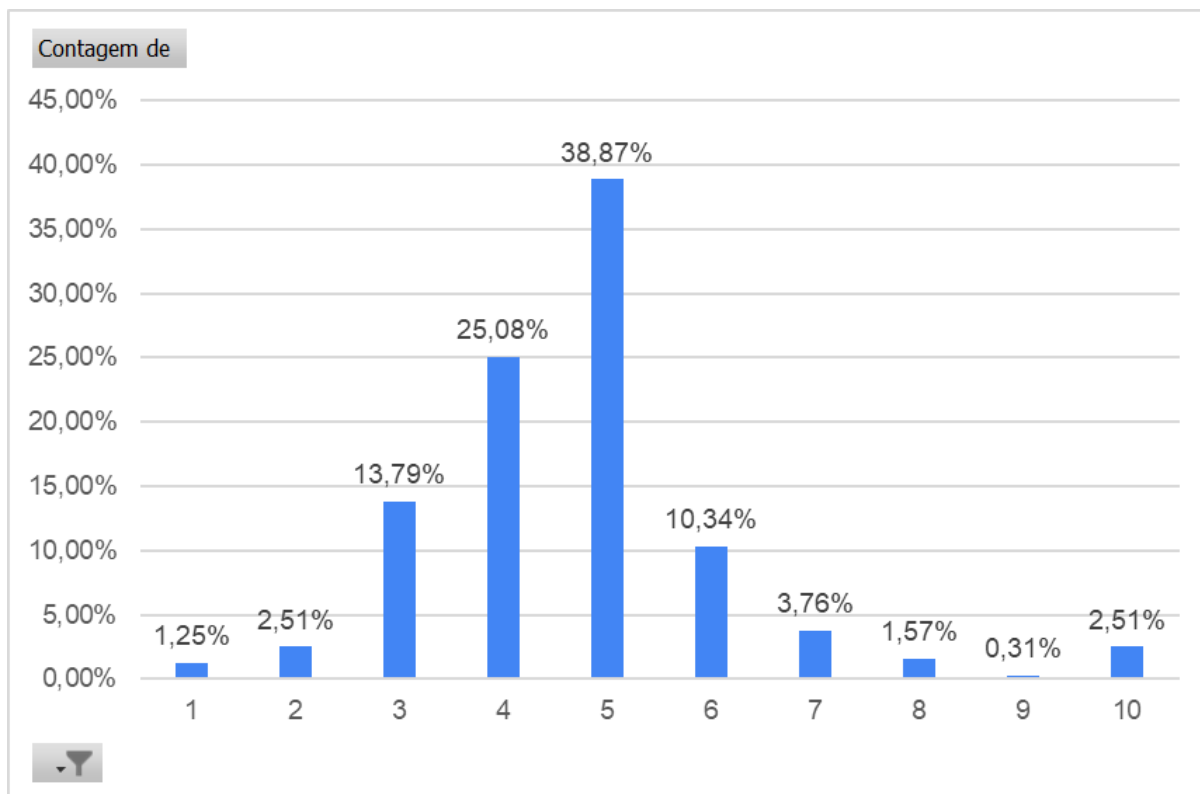
CLASSIFICAÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS

MORADIA



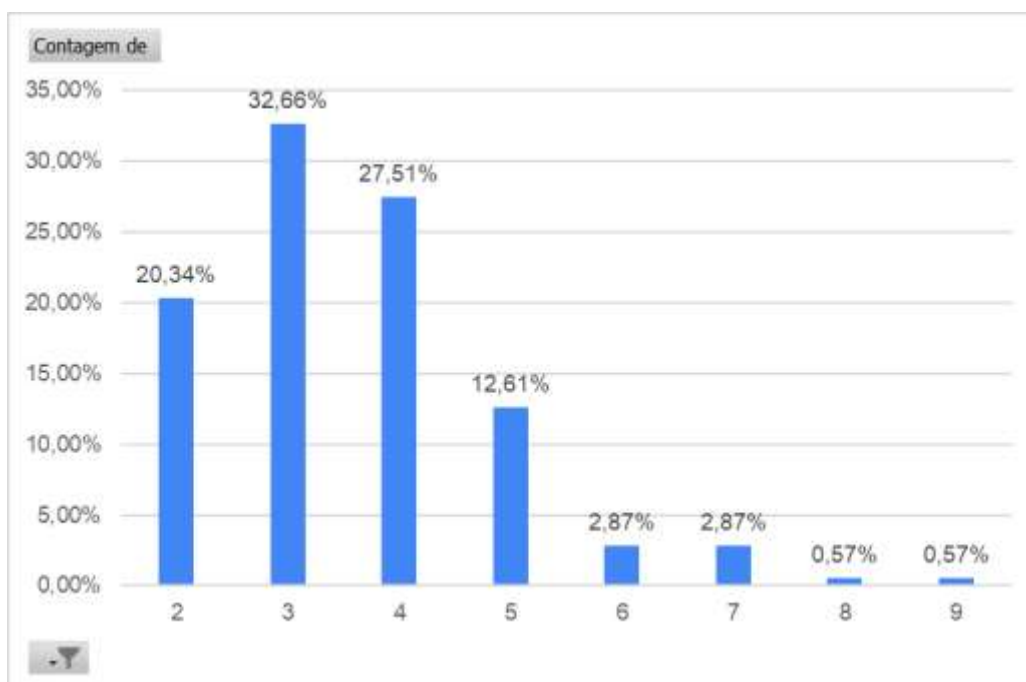
A maior parte, 46,75%, reside em moradia própria. Em seguida, 25,75%, vivem em imóveis alugados, enquanto 18,25% têm suas moradias cedidas. Um percentual menor, 6,75%, indicou outros tipos de moradia, e 2,50% vivem em ocupações.

Número de peças na casa de moradia



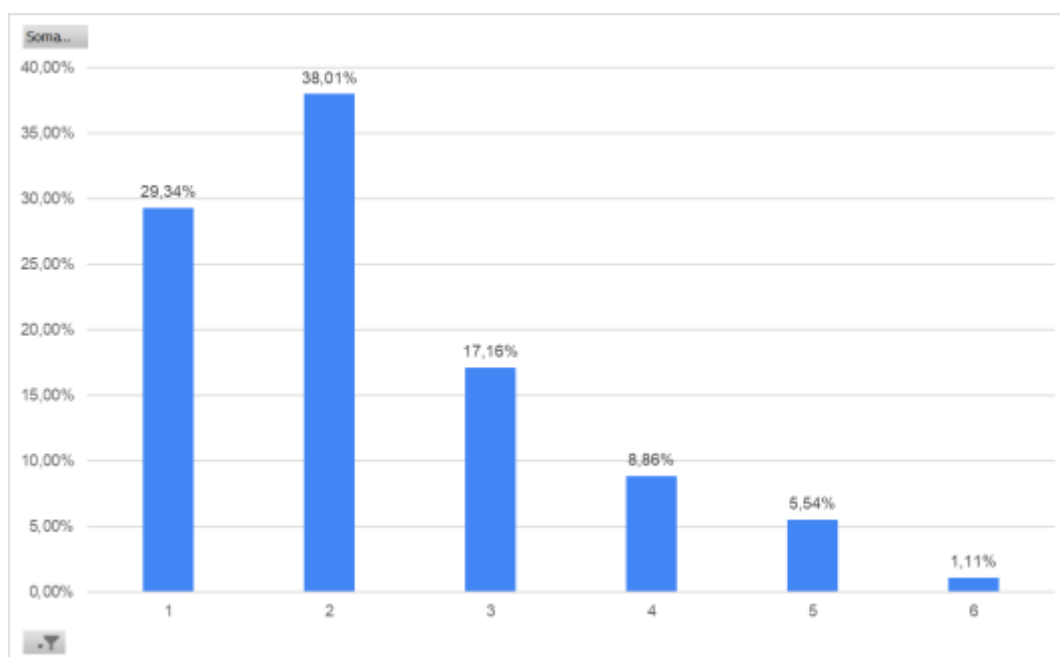
O gráfico apresenta a distribuição do número de peças nas moradias, com uma média de 4,7 peças por residência. Observa-se que a maior parte dos respondentes (38,87%) reside em casas com 5 peças, seguida por 25,08% em residências com 4 peças. Moradias com 3 peças também são frequentes, representando 13,79% das respostas. Casos com 6 ou mais peças tornam-se menos comuns, indicando que a maioria das residências tem uma configuração pequena e média de tamanho, indicando residências de classes populares.

Número de moradores da casa



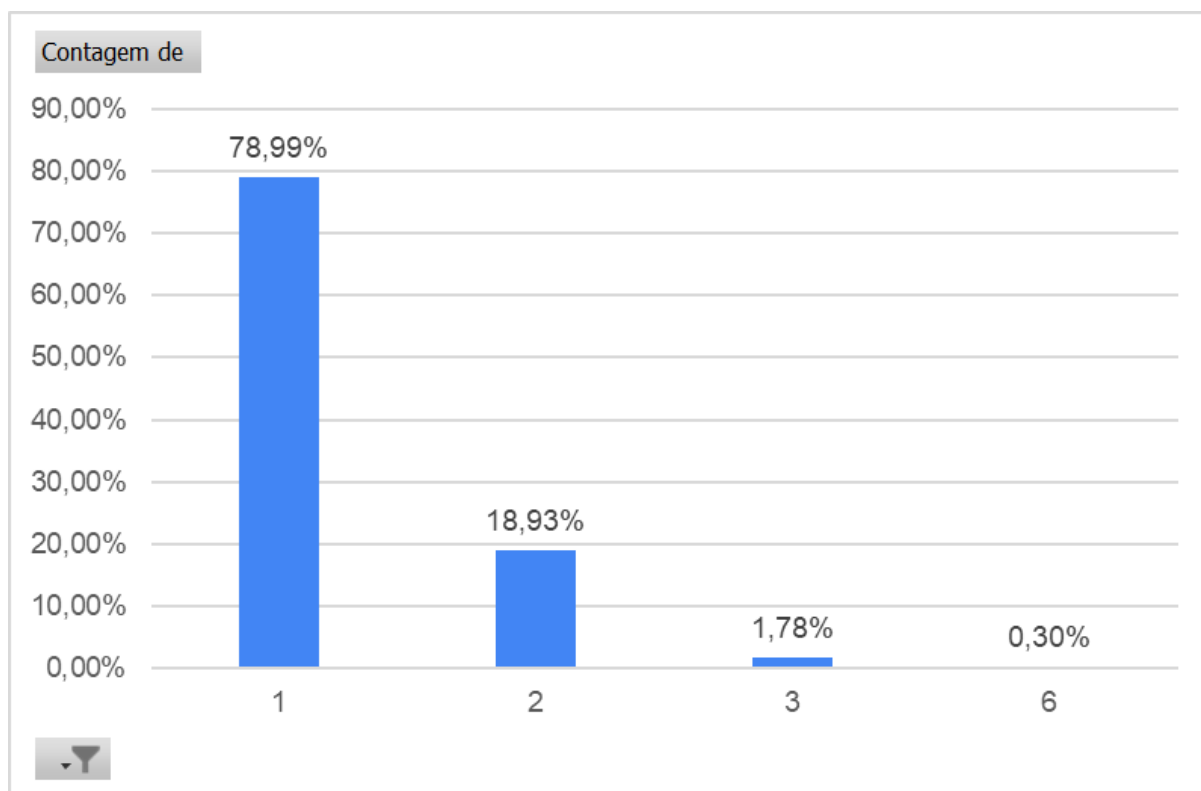
O gráfico demonstra a distribuição do número de moradores por residência, com uma média de 3,6 moradores. A maior proporção de residências possui 3 moradores (32,66%), seguida por aquelas com 4 moradores (27,51%) e 2 moradores (20,34%). Residências com 5 ou mais moradores são menos frequentes, com percentuais gradativamente menores, enquanto moradias com 8 ou 9 moradores representam uma fração ínfima dos casos.

Número de crianças e adolescentes da casa



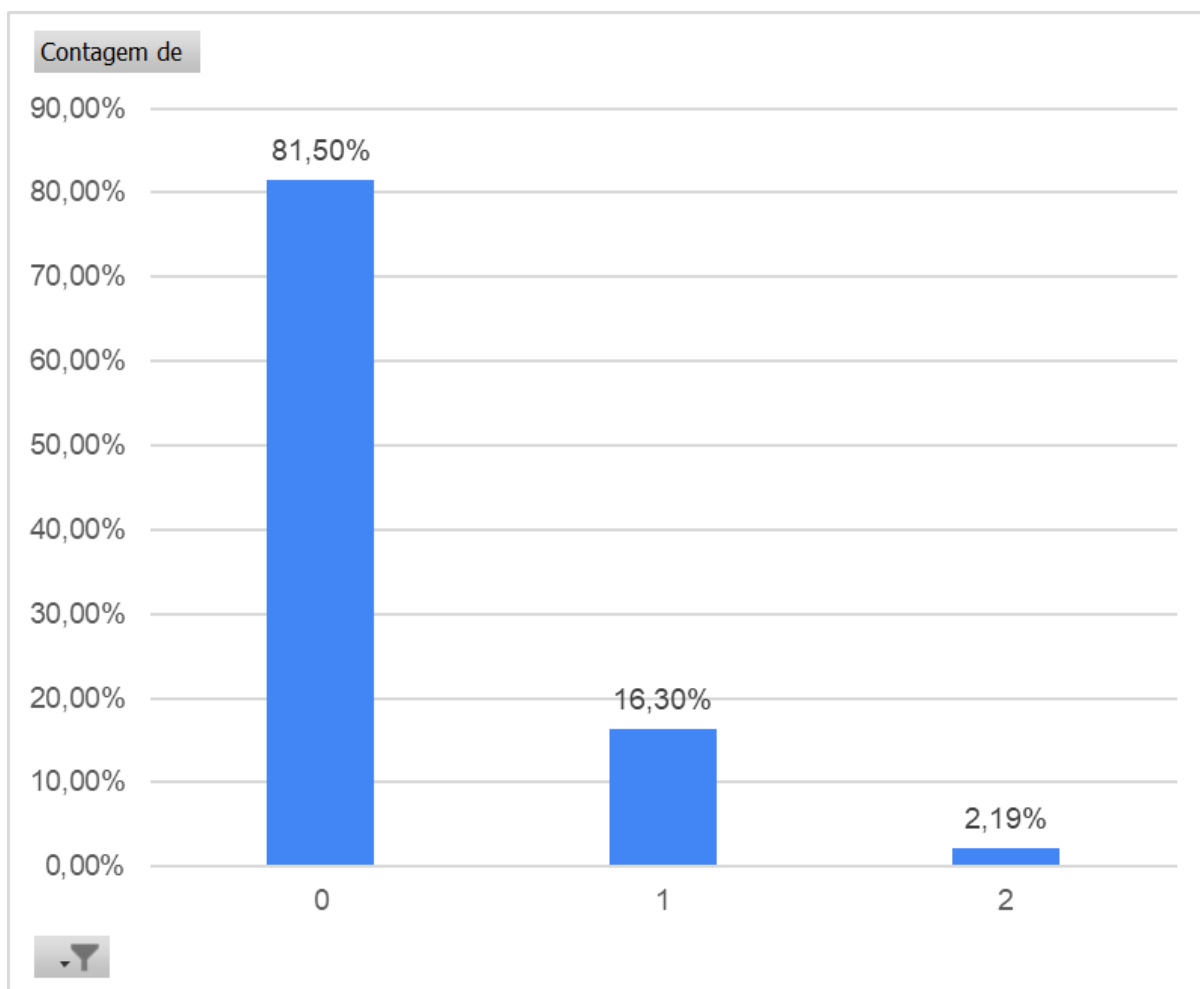
O gráfico apresenta a distribuição do número de crianças e adolescentes por residência, com uma média de 1,7. A maior parcela dos domicílios possui 2 crianças ou adolescentes (38,01%), seguida por residências com apenas 1 (29,34%). Moradias com 3 crianças ou adolescentes representam 17,16% dos casos, enquanto aquelas com 4 ou mais apresentam percentuais progressivamente menores, sendo raros os domicílios com 6 crianças ou adolescentes (1,11%).

N de pessoas com deficiência e/ou neurodivergência



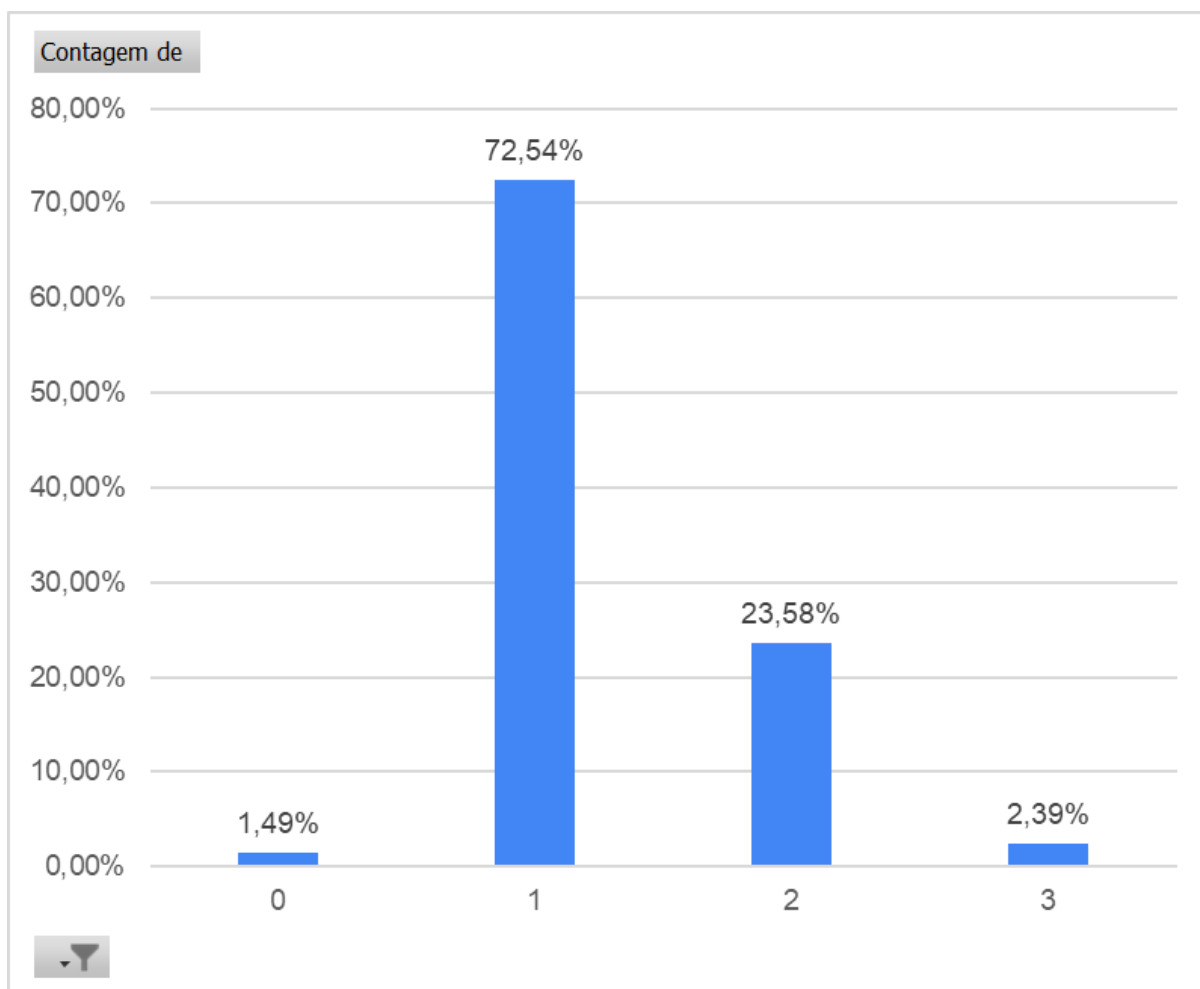
O gráfico demonstra que a maioria das residências possui apenas uma pessoa com deficiência ou neurodivergência, representando 79% dos casos. Cerca de 19% das casas têm duas pessoas nessa condição, enquanto porcentagens muito pequenas incluem três (1,78%) ou seis pessoas (0,30%). A média é de 1,2 por residência, indicando que a predominância é de famílias com apenas um integrante com deficiência ou neurodivergência reconhecido.

Número de idosos



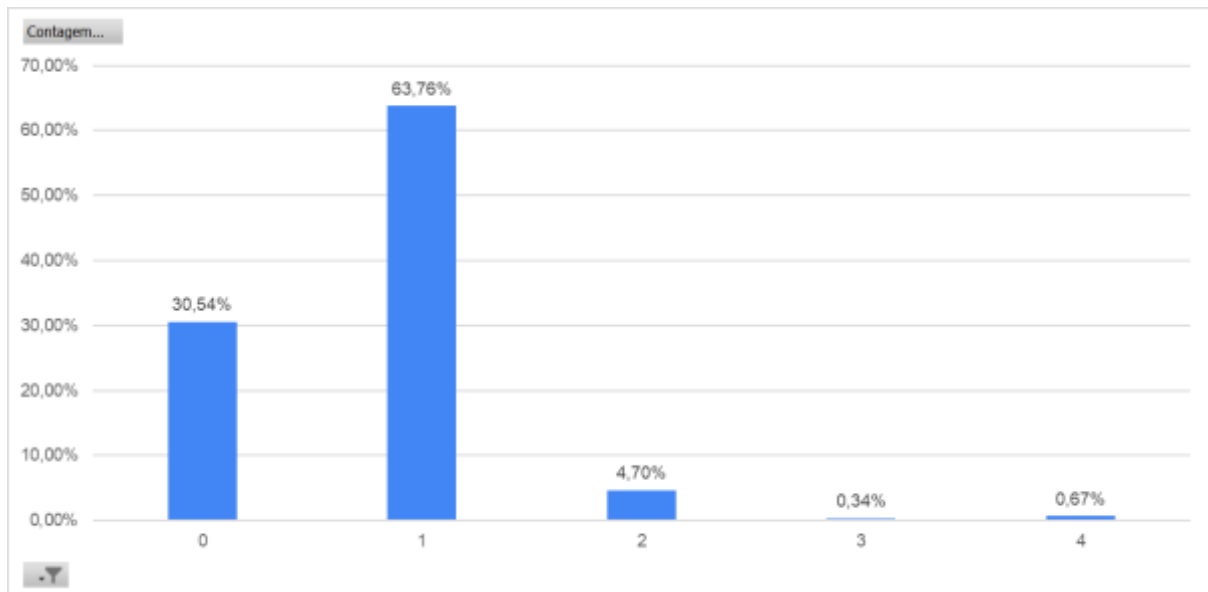
O gráfico indica que 81,5% das famílias não possuem idosos em casa, enquanto 16,3% possuem um idoso e apenas 2,19% têm dois idosos. A média é de 0,2 idosos por residência, demonstrando que a presença de pessoas idosas é pouco comum nos lares analisados.

Número de pessoas responsáveis pela renda familiar

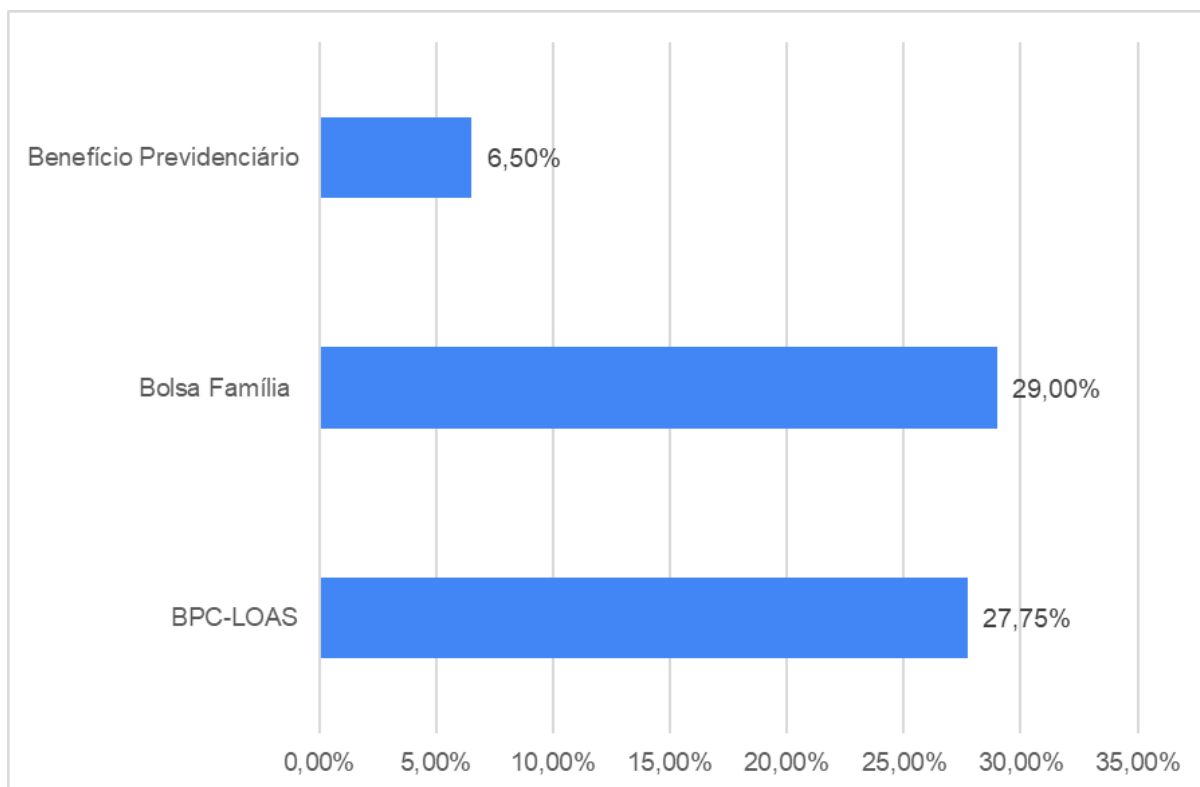


O gráfico mostra que 72,54% das famílias possuem apenas uma pessoa responsável pela renda familiar, enquanto 23,58% têm duas e 2,39% contam com três pessoas. Apenas 1,49% não possuem nenhum responsável pela renda. A média de 1,3 pessoas responsáveis indica que, em sua maioria, os lares têm um único provedor financeiro, refletindo um padrão de dependência econômica concentrada em virtude dos cuidados das pessoas com deficiência.

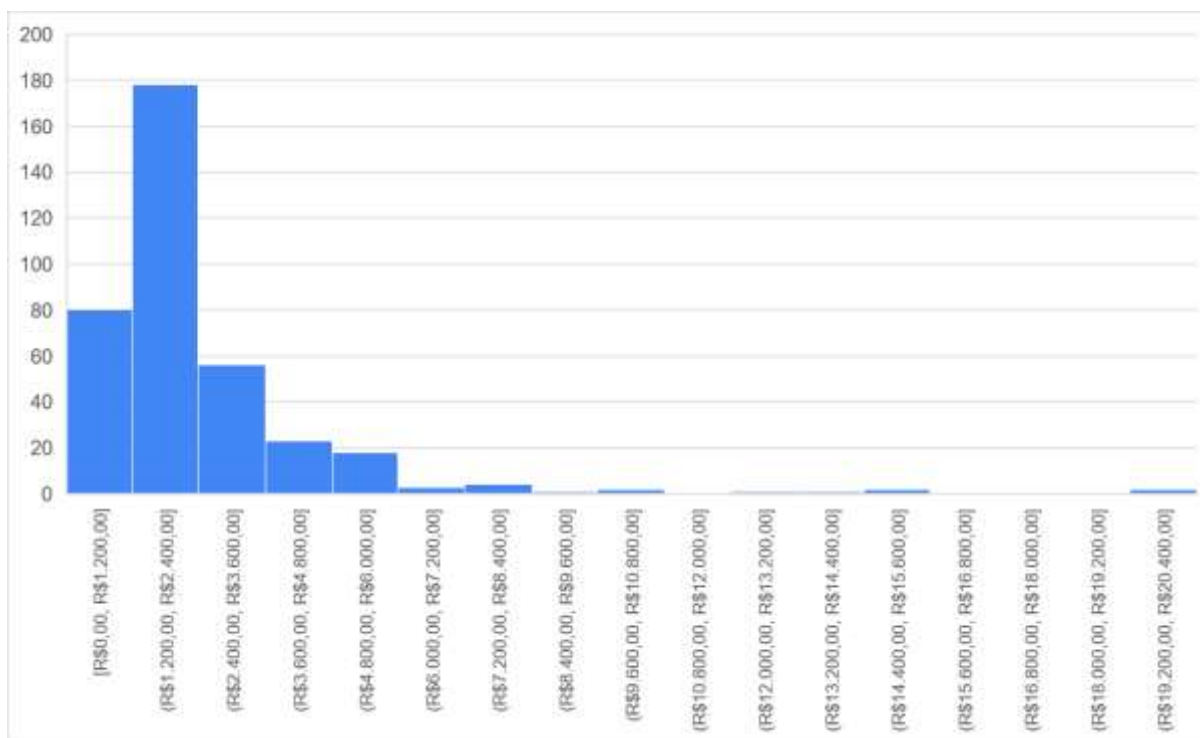
Quantos recebem benefícios sociais/do governo



O gráfico indica que a maioria das famílias (63,76%) possui apenas um membro que recebe benefícios do governo. Cerca de 30,54% das famílias não recebem nenhum benefício, enquanto 4,70% contam com dois beneficiários, e percentuais menores têm três ou mais. A média de 0,8 beneficiários por família sugere que os programas de assistência governamental alcançam uma parcela considerável das famílias, sobretudo Bolsa Família (29,00%) e BPC (27,75%), demonstrando que elas são vulneráveis economicamente.



Renda familiar



A renda familiar dos respondentes apresenta uma média de R\$ 2.413,19, enquanto a mediana é de R\$ 1.700,00, indicando que metade das famílias possui renda igual ou inferior a este valor. A moda, R\$ 1.412,00, reflete o valor mais frequentemente relatado. Observa-se que a maior concentração de famílias está nos intervalos de renda mais baixos, especialmente abaixo de R\$ 2.400,00. Isso sugere uma predominância de famílias de baixa renda entre os respondentes, com uma distribuição desigual que inclui algumas famílias com rendas significativamente mais altas.

RELATÓRIO DA SATISFAÇÃO DO PÚBLICO 2024

Análise dos Dados da Pesquisa de Opinião sobre Satisfação do Público com o Projeto Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas

Público entrevistado: participantes dos Grupos de Apoio e Mutirões do Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas, depois do término do projeto, entre novembro e dezembro 2024

Instrumento: questionário estruturado (fechado) online

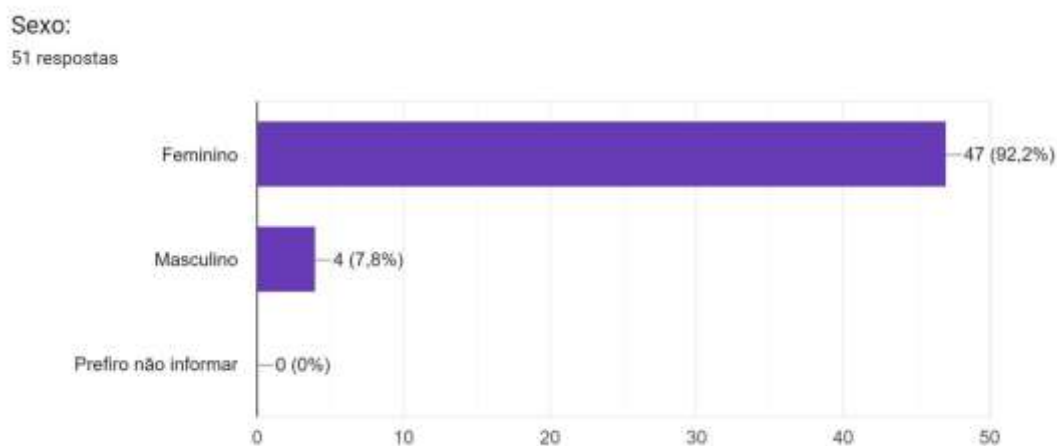
Coleta: via telefone

Amostra: selecionada por sorteio com representatividade dos Grupos de Apoio/Mutirões

Período de realização: 11/2024 a 01/2025

PERFIL

I. Distribuição de Gênero



Com base nos dados coletados na pesquisa, é possível identificar a predominância de participantes do sexo feminino no projeto realizado ao longo do ano de 2024 e que se reflete nos Grupos de Apoio e Mutirões. Dos registros fornecidos, a esmagadora

maioria dos participantes é composta por mulheres, com poucas participações masculinas, entre os sorteados da amostra, o que condiz com os dados de participação paterna do relatório dos atendimentos individuais.

Essa distribuição indica que aproximadamente 92,2% dos participantes são mulheres, enquanto 7,8% são homens.

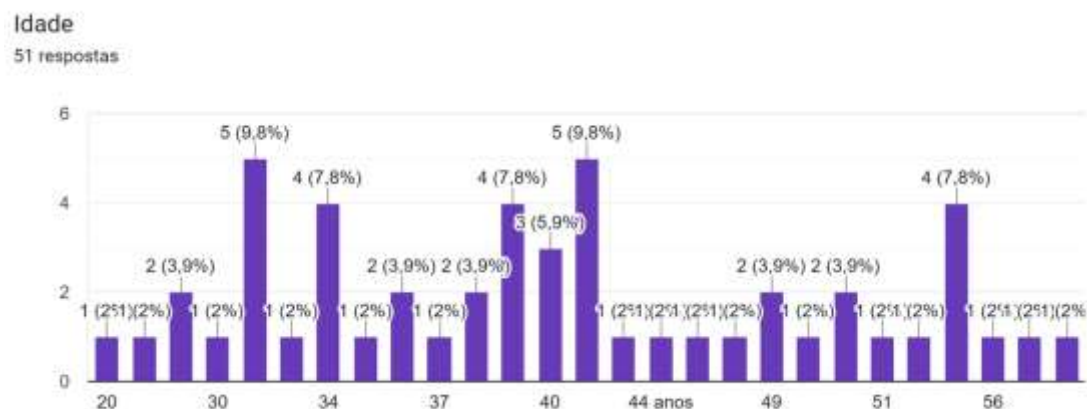
Reflexões sobre os Dados

A significativa participação feminina levanta alguns pontos importantes:

Engajamento Feminino: Mulheres estão mais interessadas e necessitadas dos serviços oferecidos pelo projeto, devido à sobrecarga social e responsabilidades relacionadas aos cuidados familiares, atribuídas às mulheres como cuidadoras culturalmente determinadas por nossa sociedade.

O projeto Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas demonstra uma importante adesão feminina, o que reflete sua relevância e acolhimento para este público, composto por muitas mães solo. Trabalhar pela ampliação da diversidade entre os participantes potencializará ainda mais seu alcance e impacto na redução das desigualdades de gênero e raça.

II. Faixa Etária



A análise das idades dos participantes revela uma ampla diversidade etária, variando de 20 a 76 anos. Abaixo, as principais observações:

Estatísticas Gerais

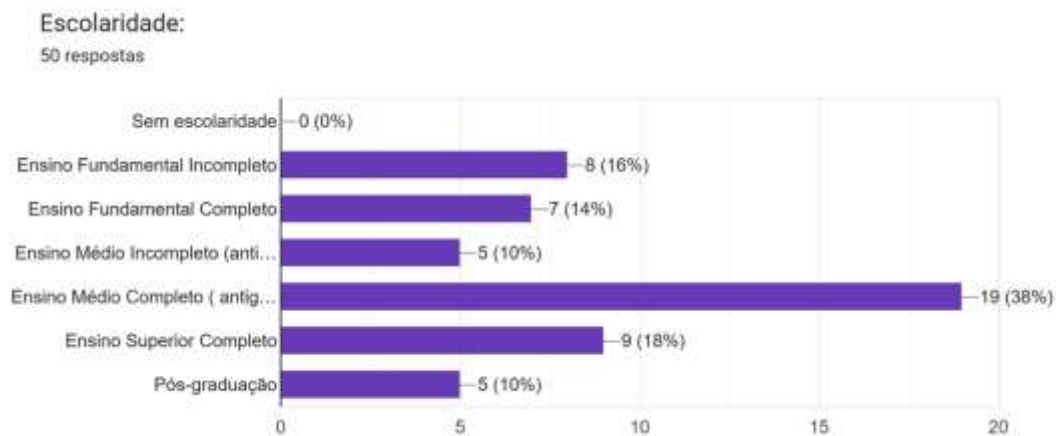
- Idade mínima: 20 anos

- Idade máxima: 76 anos
- Idade média: Aproximadamente 40 anos
- Faixa etária mais comum: 31 a 41 anos

Reflexões sobre os Dados

1. Concentração na Faixa Ativa: A maior parte dos participantes está na faixa etária economicamente ativa, entre 31 e 50 anos. Isso reflete um público que busca apoio para equilibrar responsabilidades profissionais e familiares, especialmente no cuidado de pessoas atípicas.

III. Escolaridade



Os dados de escolaridade indicam atração de participantes com níveis educacionais variados, abrangendo desde o Ensino Fundamental Incompleto até a Pós-Graduação, isso porque também pesquisamos profissionais que participaram dos Grupos de Apoio como do CPCA.

Reflexões sobre os Dados

1. Predominância do Ensino Médio: A maior parte dos participantes possui o Ensino Médio Completo, com 40% do total, indicando que o projeto é especialmente relevante para pessoas com essa formação educacional.
2. Baixa Escolaridade: Um número significativo de participantes possui escolaridade até o Ensino Fundamental, representando um público que enfrenta desafios adicionais no acesso à informação e aos direitos e que precisa do conjunto das políticas públicas com total prioridade.

IV. Análise dos Dados de Renda Per Capita



A análise da renda per capita revela a condição socioeconômica predominante de renda muito baixa entre os participantes.

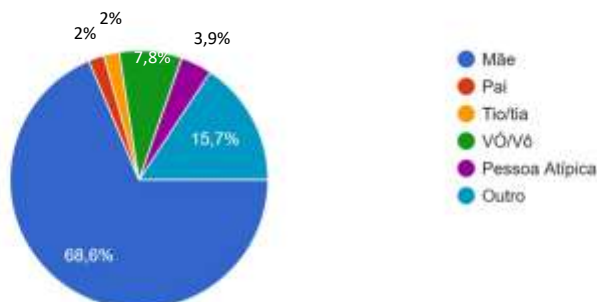
Reflexões sobre os Dados

1. Predominância de Baixa Renda: 46% dos participantes possuem renda per capita de até meio salário mínimo, caracterizando-se como população de baixíssima renda. Isso reforça a importância do projeto em fornecer apoio a comunidades economicamente vulneráveis e periféricas.
2. Diversidade Socioeconômica: Apesar da predominância de baixa renda, o projeto também inclui participantes de faixas de renda média e alta, o que demonstra a abrangência do público atendido como profissionais da educação, da assistência, da saúde e conselheiros tutelares.

O perfil de renda dos participantes reforça o papel do Balcão como uma iniciativa de apoio crucial para pessoas atípicas em situação de vulnerabilidade econômica. Ao mesmo tempo, o alcance do projeto para públicos de diferentes faixas de renda mostra sua relevância ampla e potencial para promover formação, redes, visibilidade, equidade social e acesso aos direitos.

V. Análise dos Dados de Grau de Parentesco

Grau de parentesco com a pessoa atípica (mãe, pai, própria pessoa atípica). PODE SER RESPOSTA MÚLTIPLA, MAIS DE UMA PESSOA ATÍPICA NA FAMÍLIA
51 respostas



Os dados referentes ao grau de parentesco com as pessoas atípicas mostram que o projeto atende a uma diversidade de vínculos familiares e inclui tanto as próprias pessoas atípicas quanto seus familiares próximos como as mães.

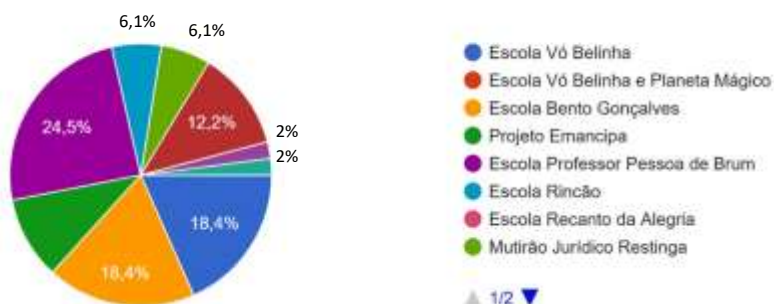
Reflexões sobre os Dados

1. Predominância Materna: A maior parte dos participantes é composta por mães de pessoas atípicas, representando 62% do total. Isso reflete o papel das mulheres como principais cuidadoras em contextos familiares, especialmente em situações que envolvem cuidado constante e demandas específicas de pessoas com deficiência.
2. Sobrecarga Materna: A alta representação de mães sugere que elas estão, muito provavelmente, sobrecarregadas com as responsabilidades de cuidado. O que aponta para novos desafios de se incluir mais acolhimento, orientação parental, apoio emocional, psicológico e de trabalho e renda no projeto.

SATISFAÇÃO

VI. Análise dos Grupos de Apoio/Mutirões

Qual(is) foi/foram o/s Grupo/s de Orientação e Acolhimento no qual você participou?
49 respostas



Os dados com os participantes dos Grupos de Apoio e Mutirões mostram uma diversidade de locais e iniciativas que colaboraram com o projeto, aqui representados nesta amostra pesquisa. A seguir, apresentam-se os destaques e a análise da amostra entrevistada:

Frequência de Participação por Grupo

- Escola de Educação Infantil Vó Belinha (Lomba do Pinheiro – Zona Leste - POA): 9 participações
- Escola Estadual Bento Gonçalves (Santa Rosa de Lima – Zona Norte – POA): 9 participações
- Escola Municipal De Ensino Fundamental Ver. Carlos Pessoa de Brum (Belém Velho – Zona Sul - POA): 14 participações
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Rincão (Restinga – Zona Sul - POA): 3 participações
- Projeto Emancipa (Santa Rosa de Lima – Zona Norte – POA): 6 participações
- Mutirão Jurídico Restinga: 3 participações
- Mutirão Jurídico (DPE - Sapucaia do Sul): 6 participações
- Encontro parceria TeAbrigo (Cachoeirinha): 1 participação
- CPCA Profissionais: 1 participação

Reflexões sobre os Dados

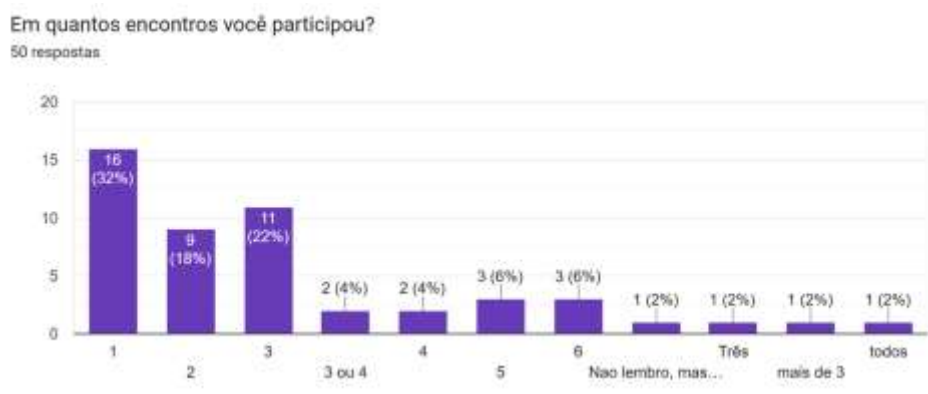
1. Alta Frequência em Escolas: As escolas, em especial a Escola Professor Pessoa de Brum (Belém Velho em Porto Alegre), Escola Vó Belinha (Lomba do Pinheiro) e Escola Bento Gonçalves (Santa Rosa de Lima), foram os locais que mais acolheram os Grupos e estão aqui representados na amostra com relevância, indicando que esses espaços desempenharam um papel central no projeto.
2. Relevância de Parcerias Jurídicas: Os Mutirões Jurídicos, tanto na Restinga quanto em parceria com a Defensoria Pública do Estado em Sapucaia, também se destacaram, evidenciando a importância do suporte jurídico para o público-alvo.
3. Presença de Projetos Comunitários: Iniciativas como o Projeto Emancipa e a parceria TeAbrigo indicam que o projeto está integrado com ações comunitárias, sociais e ambientais (em razão da enchente).

Os dados com o público selecionado indicam que o projeto conseguiu integrar-se em diversas comunidades e alcançar um público significativo por meio de parcerias com escolas, projetos comunitários e serviços jurídicos neste primeiro ano.

VII. Análise do Número de Participações em Encontros

Os dados sobre o número

o de participações nos encontros refletem o engajamento do público atendido pelo projeto através dos Grupos de Apoio e Mutirões. A seguir, são apresentadas as observações e conclusões com base nas respostas fornecidas sobre o número de encontros no projeto.



Reflexões sobre os Dados

1. Os Grupos de Apoio aconteciam em 3 (três) encontros, mas em alguns casos tivemos que aumentar o número de encontros pela necessidade do público.
2. Os Mutirões aconteciam em 1 (um) encontro e para atender demandas jurídicas específicas com urgência.
3. Frequência Regular: A maior parte dos participantes esteve presente em um ou dois encontros (52% das respostas), apontando uma boa frequência.
4. Engajamento Acima da Média: Uma parcela significativa (25%) participou de três ou mais encontros e demonstrou bastante engajamento, com algumas respostas indicando alta frequência, como "todos os encontros", 4, 5, 6 encontros, "mais de 3 encontros" ou "fui a várias".

VIII. Análise da Avaliação da Experiência no Balcão – SATISFAÇÃO EXPERIÊNCIA



Os dados de avaliação da experiência fornecem uma visão sobre a satisfação dos participantes com o projeto. A seguir, são destacadas as principais conclusões com base nas respostas coletadas.

85,4% DE MUITO SATISFEITO + SATISFEITO COM A EXPERIÊNCIA NO BALCÃO

Reflexões sobre os Dados

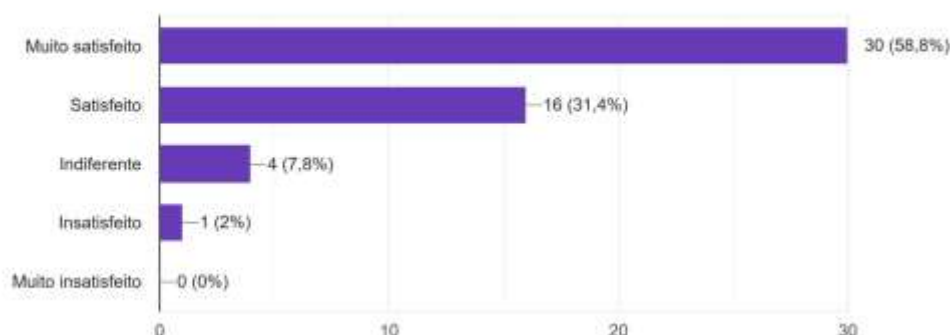
1. Alta Satisfação Geral: A maioria dos participantes avaliou sua experiência como "muito satisfeito" ou "satisfeito", representando aproximadamente **85,4% das respostas**. Isso indica que o projeto atendeu, em grande parte, às expectativas e necessidades dos participantes.
2. Neutralidade ou Indiferença: Quatro respostas indicaram "indiferente", o que pode sugerir que, para alguns, o impacto do projeto foi menos significativo ou que não atenderam plenamente às suas expectativas ou não havia demanda.
3. Insatisfação Pontual: Apenas uma resposta indicou "muito insatisfeito", sugerindo que casos de descontentamento foram raros, mas devem ser analisados para melhoria contínua.
4. Falta de Atendimento: Duas respostas indicam que os participantes não receberam atendimento, o que pode apontar falhas de comunicação ou limitações na cobertura.

Os dados revelam uma avaliação predominantemente positiva, com a maioria dos participantes se sentindo satisfeita ou muito satisfeita com o projeto. Entretanto, os casos de neutralidade, insatisfação e falta de atendimento apontam para oportunidades de melhoria que podem fortalecer ainda mais o impacto do Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas.

IX. Análise da Satisfação com os Assuntos Tratados nos Grupos de Apoio/Mutirões

Você ficou satisfeito (a) com os assuntos tratados nos grupos de apoios?

51 respostas



As respostas sobre a satisfação com os assuntos tratados nos grupos de apoio fornecem uma boa indicação da relevância, atualidade, assertividade, boa comunicação e eficácia das discussões para os participantes.

90,2% DE MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

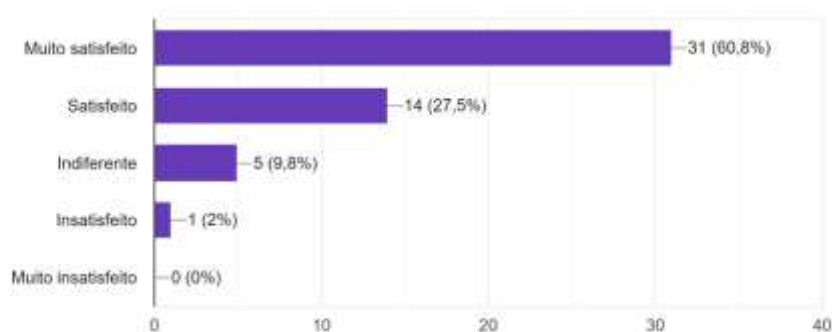
Reflexões sobre os Dados

1. Alta Satisfação com os Assuntos Tratados: A maioria dos participantes se mostrou muito satisfeita ou satisfeita com os temas abordados nos grupos de apoio, representando aproximadamente 90,2% das respostas. Isso indica que os conteúdos foram considerados relevantes e úteis pelos participantes.
2. Neutralidade ou Indiferença: Quatro respostas indicaram "indiferente", o que pode sugerir que, para alguns, os assuntos tratados não foram completamente impactantes ou não corresponderam às suas expectativas e demandas.
3. Casos de Insatisfação: Apenas uma resposta indicou "insatisfeito", o que é um bom indicador de que os grupos de apoio, em geral, cumpriram seus objetivos, com possibilidade de se avaliar e aprimorar suas práticas.

X. Análise da Satisfação com o Acolhimento e Empatia da Equipe

Você ficou satisfeito (a) com o acolhimento e empatia da equipe do projeto?

51 respostas



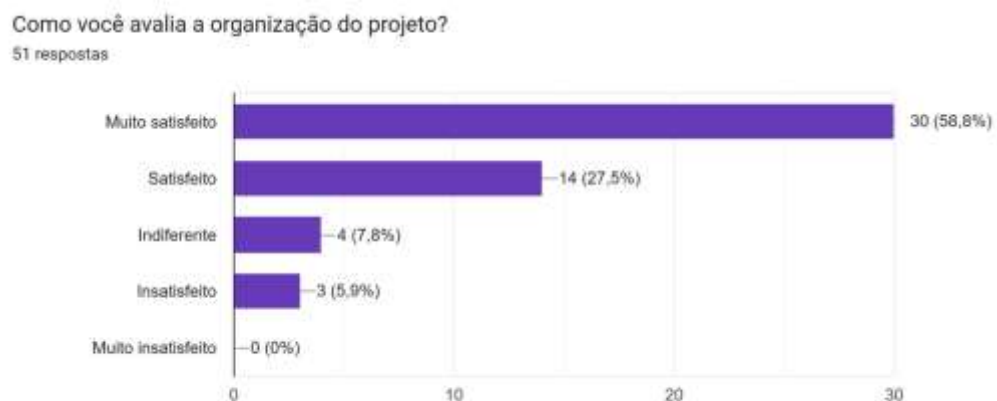
As respostas sobre o acolhimento e empatia da equipe refletem a qualidade do atendimento e a capacidade da equipe de se conectar com os participantes de maneira acolhedora e empática. A seguir, são apresentadas as conclusões a partir das respostas fornecidas.

88,3% DE MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

Reflexões sobre os Dados

1. Alta Satisfação com o Atendimento: A maioria esmagadora dos participantes está muito satisfeita ou satisfeita com o acolhimento e empatia da equipe, representando 88,3% das respostas. Isso sugere que a equipe conseguiu estabelecer uma relação de confiança e cuidado com os participantes.
2. Neutralidade ou Indiferença: Cinco respostas indicaram "indiferente", o que pode sugerir que, em alguns casos, o acolhimento não foi suficientemente impactante ou não atendeu totalmente às expectativas dos participantes.
3. Casos de Insatisfação: Uma resposta indicou "insatisfeito", sinalizando a necessidade de investigar mais a fundo as causas desse descontentamento e buscar ajustes.

XI. Análise da Satisfação sobre a Organização



As respostas relacionadas à organização do projeto revelam a percepção dos participantes sobre a eficácia da estrutura e gestão do Balcão de Direitos a partir da organização. A seguir, são apresentadas as conclusões baseadas nas respostas coletadas.

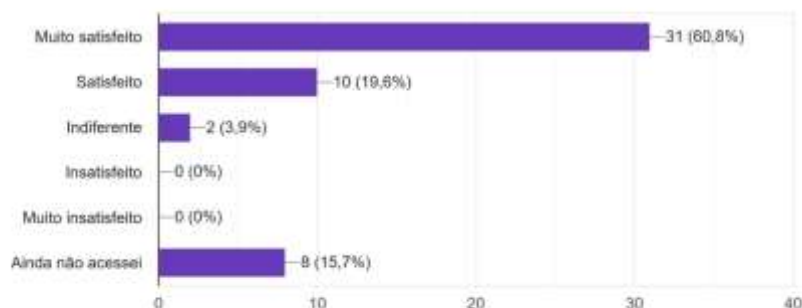
86,3% DE MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

Reflexões sobre os Dados

1. Alta Satisfação com a Organização: A grande maioria dos participantes se mostrou "muito satisfeita" ou "satisfeita" com a organização do projeto, representando 86,3% das respostas. Isso indica que os aspectos logísticos e administrativos do Balcão de Direitos foram, em grande parte, bem executados.
2. Neutralidade ou Indiferença: Quatro respostas indicaram "indiferente", sugerindo que, para alguns, a organização do projeto pode não ter sido uma preocupação central ou não teve um impacto significativo sobre a experiência deles.
3. Casos de Insatisfação: Três respostas indicaram "insatisfeito", um número relativamente baixo, mas que ainda assim sinaliza a necessidade de investigação para identificar pontos de melhoria na organização.

XII. Análise da Satisfação sobre os Conteúdos Publicados no Instagram do Balcão

Em relação aos conteúdos publicados no Instagram do Balcão de Direitos, você ficou satisfeito (a) com os conteúdos as produções em relação aos dir...educação, assistência, mobilidade, entre outros?
51 respostas



As respostas dos participantes sobre os conteúdos publicados no perfil do Instagram do Balcão do projeto revelam a percepção deles sobre a qualidade e relevância das informações divulgadas.

80,4% DE MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

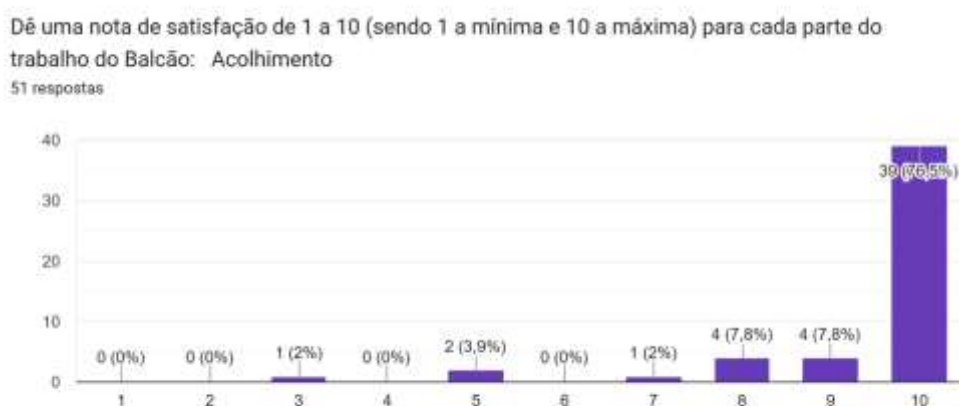
Reflexões sobre os Dados

1. Alta Satisfação com os Conteúdos: A grande maioria dos participantes (80,4%) está muito satisfeita ou satisfeita com os conteúdos publicados, o que indica que o projeto tem cumprido seu papel de informar e conscientizar sobre os direitos das pessoas atípicas de maneira eficaz e multiplicar conteúdos em rede social.
2. Indiferença ou Desconhecimento: Dois participantes se mostraram indiferentes, o que pode indicar uma falta de conexão com os conteúdos ou que o assunto não foi relevante para eles ou até mesmo baixa inclusão tecnológica. Além disso, 8

participantes mencionaram que ainda não acessaram o Instagram, o que pode sugerir uma falta de envolvimento ou acesso a esse canal de comunicação.

3. Área de Oportunidade: As respostas "ainda não acessei" sugerem que uma parcela dos participantes ainda não foi alcançada ou não se engajou com a plataforma, o que pode ser uma área de oportunidade para ampliar o alcance e garantir maior inclusão.

XIII. Análise das Notas de Satisfação para o Acolhimento do Balcão



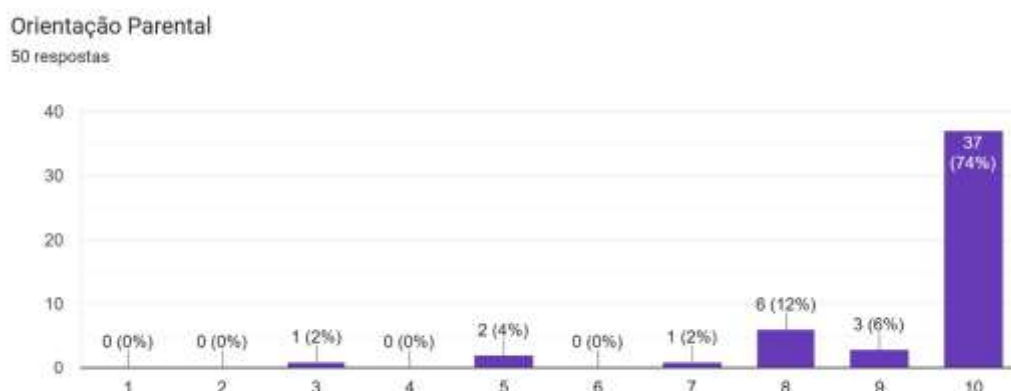
As notas atribuídas pelos participantes refletem sua percepção sobre o acolhimento oferecido pelo projeto. A avaliação foi feita com notas de 1 a 10, sendo 1 a menor e 10 a maior.

84,3% DE NOTA 9 E 10

Reflexões sobre os Dados

1. Satisfação Geral com o Acolhimento: A grande maioria dos participantes atribuiu a nota 10 e 7,8% deram nota 9, totalizando 84,3% entre nota 9 e 10, o que sugere que o acolhimento foi amplamente considerado excelente. Isso indica que os participantes se sentiram bem recebidos e apoiados no projeto.
2. Notas Baixas (5 e 3): Apesar da alta satisfação geral, existem algumas notas mais baixas (1 nota 3 e 3 notas 5). Essas respostas representam uma parcela muito pequena, mas merecem atenção, pois podem indicar problemas isolados no acolhimento de certos participantes que precisam ser investigados para ajustes e melhorias.
3. Notas 7 e 8: As notas 7 e 8 representam 5 respostas e também sugerem que, embora a maioria tenha ficado muito satisfeita, existem áreas que podem ser melhoradas para que todos os participantes se sintam igualmente bem acolhidos.

XIV. Análise das Notas de Satisfação para Orientação Parental



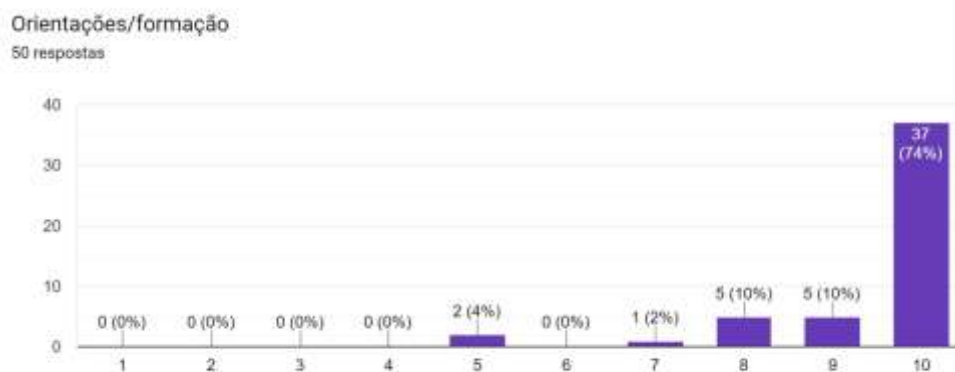
As notas atribuídas pelos participantes sobre a orientação parental seguem a mesma escala de 1 a 10, com 1 sendo a menor nota e 10 a maior.

80% DE NOTA 9 E 10

Reflexões sobre os Dados

1. Satisfação Geral com a Orientação Parental: A maioria dos participantes avaliou a orientação parental positivamente, com 74% pessoas atribuindo a nota máxima (10) e 6% nota 9, totalizando 80% de excelência. Isso demonstra que a grande maioria dos envolvidos se sentiu bem orientada e satisfeita com os conteúdos abordados durante o processo de orientação parental.
2. Notas Baixas (5 e 3): Houve uma pequena quantidade de notas baixas, sendo uma nota 3 e duas notas 5. Isso sugere que, embora a grande maioria tenha se sentido satisfeita, há um pequeno grupo que pode não ter encontrado o que precisava ou desejava nas orientações. Estes casos podem exigir um aprofundamento para entender as necessidades não atendidas.
3. Notas 7 e 8: As notas 7 e 8 representam uma parte significativa (7 respostas), o que indica que, apesar de boas avaliações gerais, ainda há aspectos da orientação parental que podem ser melhorados para alcançar uma experiência ainda mais satisfatória para todos.

XV. Análise das Notas de Satisfação para Orientações/Formação



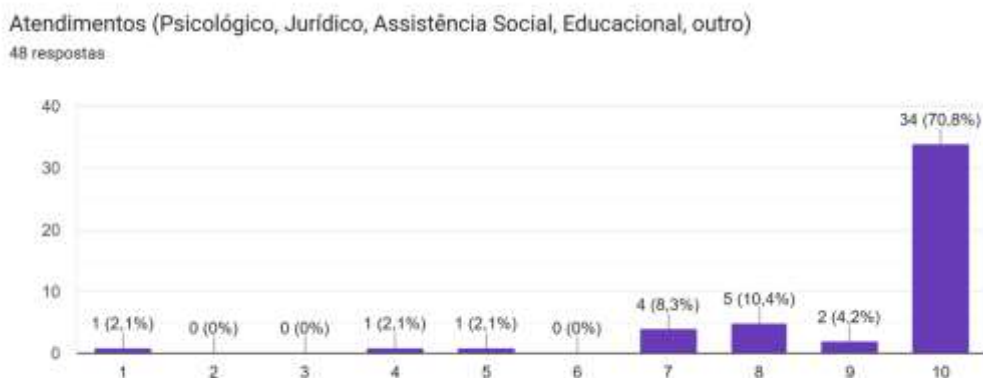
Assim como na avaliação da orientação parental, as notas atribuídas para as orientações/formações seguem a escala de 1 a 10, com 10 sendo a nota máxima e 1 a mínima.

84% DE NOTA 9 E 10

Reflexões sobre os Dados

1. Satisfação Geral com as Orientações/Formações: A grande maioria dos participantes avaliou as orientações/formações positivamente, com 74% participantes atribuindo a nota máxima (10) e 10% atribuindo a nota 9, totalizando 84% de excelência. Isso demonstra um alto nível de satisfação com o conteúdo oferecido e a abordagem adotada durante os encontros formativos.
2. Notas Baixas (5 e 7): Assim como na avaliação da orientação parental, houve algumas notas mais baixas, com 2 respostas atribuindo nota 5 e 1 resposta atribuindo nota 7. Essas respostas indicam que, apesar da satisfação geral, há alguns pontos de insatisfação que devem ser explorados para melhorar a experiência.
3. Notas Intermediárias (8 e 9): As notas 8 e 9 representam 12 respostas, o que sugere que, embora a maioria esteja satisfeita, ainda há algumas áreas que podem ser melhoradas, possivelmente relacionadas a aspectos específicos das formações oferecidas que podem ser ampliados para outras deficiências para além do autismo.

XVI. Análise das Notas de Satisfação para Atendimentos (Psicológico, Jurídico, Assistência Social, Educacional, Outro)



As notas de satisfação atribuídas pelos participantes para os atendimentos realizados nas áreas de saúde, jurídica, assistência social, educacional e outros seguem a mesma escala de 1 a 10, com 10 sendo a nota máxima e 1 a mínima.

75% DE NOTA 9 E 10

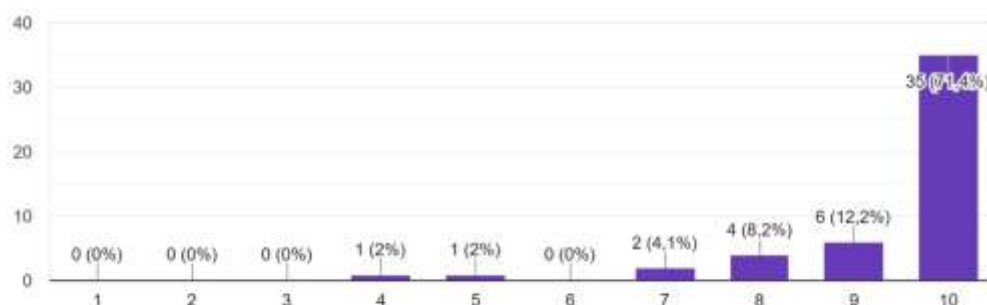
Reflexões sobre os Dados

1. Satisfação Geral com os Atendimentos: A maioria dos participantes avaliou os atendimentos de forma altamente positiva, com 34 participantes atribuindo a nota máxima (10), 70,8%, e 4,2% para a nota 9, totalizando 75% de excelência. Isso reflete um nível geral de satisfação com a qualidade dos serviços prestados nas diferentes áreas de atendimento do Balcão de Direitos.
2. Notas Baixas (1, 4, 5): As respostas com notas muito baixas (1, 4 e 5) indicam que, embora a maioria tenha ficado satisfeita, houve alguns atendimentos que não atenderam às expectativas de determinados participantes. Isso pode estar relacionado a casos específicos em que a qualidade do atendimento ou a capacidade de resolução de demandas foi insuficiente ou dependia da justiça.
3. Notas Intermediárias (7 e 8): As respostas intermediárias, especialmente as notas 7 e 8, somam 13 respostas, indicando que houve uma experiência geral positiva, mas com margens para melhorias. Esses atendimentos podem ter falhado em aspectos menores, como o tempo de espera, a comunicação ou a profundidade do atendimento devido ao prazo do projeto.

XVII. Análise das Notas de Satisfação para os Grupos de Apoio/Mutirões

Grupos de Apoio/Oficinas

49 respostas

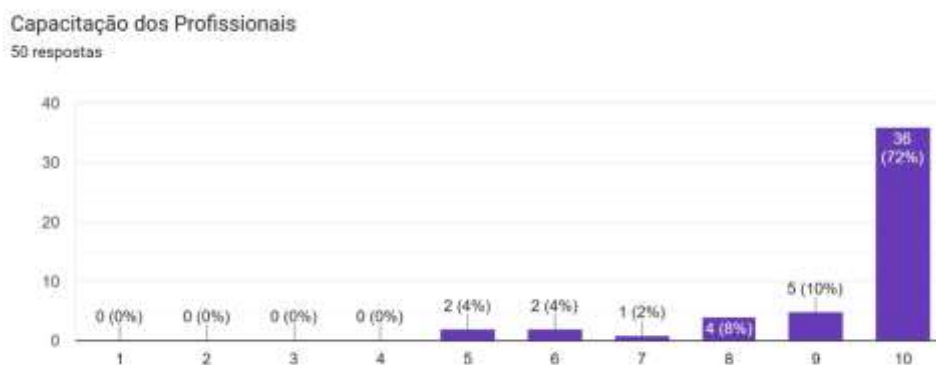


83,6% DE NOTA 9 E 10

Reflexões sobre os Dados

1. Satisfação Geral: A grande maioria dos participantes atribuiu nota máxima (35 respostas com nota 10), 83,6% entre nota 9 e 10, expressou um alto nível de satisfação com os grupos de apoio e oficinas, indicando que esses serviços atendem de maneira efetiva às necessidades e expectativas das pessoas envolvidas.
2. Notas Intermediárias (7 e 8): Embora a maioria das respostas sejam positivas, as notas intermediárias (7 e 8) somam 8 respostas, sugerindo que houve algumas áreas para melhoria. Esses pontos podem se referir a aspectos como a dinâmica do grupo, a cobertura de temas, o tempo de duração das oficinas ou a forma de abordagem de algumas questões.
3. Notas Baixas (4 e 5): A presença de notas 4 e 5 é um indicativo de insatisfação com o atendimento, o que sugere que esses participantes tiveram uma experiência abaixo do esperado. Pode ser necessário investigar as causas dessas respostas para que os organizadores possam ajustar as abordagens e garantir que todos os participantes se sintam valorizados e bem atendidos.
4. Envolvimento e Engajamento: A alta pontuação geral sugere que os participantes se sentiram engajados nas atividades propostas, o que é um indicativo positivo do impacto que essas oficinas têm no desenvolvimento e no bem-estar dos participantes.

XVIII. Análise das Notas de Satisfação com a Capacitação dos Profissionais



82% DE NOTA 9 E 10

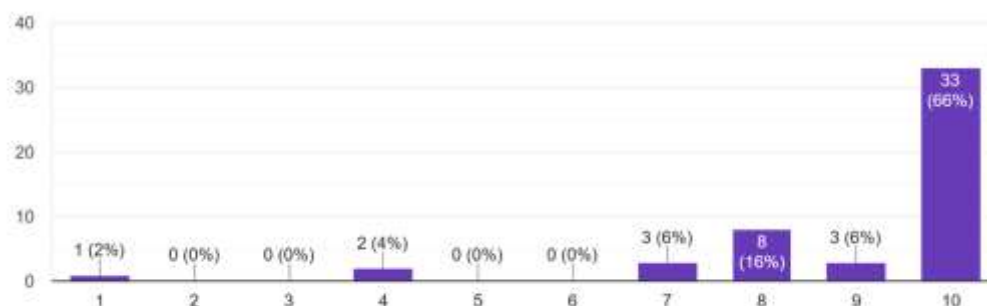
Reflexões sobre os Dados

1. Satisfação Geral: A maioria dos participantes atribuiu nota máxima à capacitação dos profissionais (36 respostas com nota 10), totalizando 82% entre nota 9 e 10, demonstrando excelência e alta satisfação com a capacitação oferecida aos profissionais envolvidos. Isso indica que o conteúdo, a qualidade do treinamento e a preparação dos profissionais atendem bem às necessidades e expectativas dos participantes.
2. Notas Intermediárias (7, 8, 9): As notas 7, 8 e 9 representam uma quantidade menor de respostas, mas ainda assim indicam que houve aspectos que podem ser melhorados. Esses participantes podem ter identificado áreas em que a capacitação poderia ser mais aprofundada ou outras questões logísticas que impactaram sua experiência.
3. Notas Baixas (5 e 6): Embora em menor número, as notas 5 e 6 indicam que alguns participantes não ficaram completamente satisfeitos com a capacitação. Isso pode estar relacionado à qualidade do conteúdo, à forma como a capacitação foi conduzida ou à adequação do treinamento às necessidades dos profissionais. Espera-se que com a Cartilha sejam mitigadas algumas insatisfações.
4. Engajamento e Relevância: A quantidade de notas altas reflete um engajamento positivo dos participantes com os conteúdos, sugerindo que os temas abordados são relevantes e úteis para o trabalho diário dos profissionais.

XIX. Análise do Impacto do Projeto no Bem-Estar da Família Atípica

Como você avalia o impacto do projeto no bem estar da sua família atípica de 1 a 10 (sendo 1 o mínimo impacto positivo e 10 o máximo impacto positivo)?

50 respostas



72% DE NOTA 9 E 10

Reflexões sobre os Dados

1. Impacto Positivo Geral: A grande maioria dos participantes atribuiu nota máxima (33 respostas com nota 10), 72% nota 9 ou 10, considerando que o projeto tem um impacto altamente positivo no bem-estar de suas famílias atípicas. Isso sugere que os serviços e apoio fornecidos têm um efeito transformador significativo na vida das pessoas que participaram do projeto, contribuindo para melhorias notáveis na qualidade de vida e no bem-estar familiar.
2. Notas Intermediárias (7, 8, 9): As notas 7, 8 e 9 indicam que uma parcela menor de participantes percebe um impacto positivo, mas não tão intenso. Esses participantes podem ter identificado áreas em que o projeto pode ser mais eficaz ou aspectos que ainda precisam de mais atenção.
3. Nota Baixa (1): A única resposta com nota 1 destaca um participante que não percebeu impacto positivo ou que encontrou dificuldades significativas em relação aos benefícios do projeto. Isso sugere a necessidade de explorar melhor o que pode estar impedindo essa pessoa de sentir um impacto positivo, talvez relacionado a questões individuais, falta de acesso ou outras barreiras.

O projeto teve um impacto amplamente positivo no bem-estar das famílias atípicas, com a maioria, 72% dos participantes considerando que ele tem sido benéfico em um grau significativo.

Meta 15



Cartilha

- 40 páginas coloridas, publicação e-book, impressão a ser feita pela ALRS em março de 2025 (previamente aprovada)
- Conteúdo produzido pela equipe: informações sobre o Balcão, políticas públicas, serviços e direitos
- Diagramação por consultoria técnica
- ISBN: 978-65-984121-2-8
- Publicada em:
<https://drive.google.com/file/d/1eVPnnJwcXEXDVZO26ROrxnZytz6W0Ezc/view?usp=sharing>

Apoio institucional:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ADOÇÃO, CIDADANIA
E PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS



Assembleia
Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul

**Luciana
Genro** PSOL
Deputada Estadual

BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS



CARTILHA 2024

Copyright© 2024 - Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas

Todos os direitos reservados.

Imagens: Canva Pro e arquivos particulares

Primeira edição - 2024

Porto Alegre - RS

ISBN: 978-65-984121-2-8

Equipe Multidisciplinar do Balcão

Aline Kerber - Socióloga, Coordenadora

Gabriela Garibaldi - Advogada

Leonardo Verna - Psicólogo

Estácio Louzada - Assistente Social

Karen Perez - Mãe atípica bolsista

Camila Veiga - Edição da Cartilha

ZAP Multimídia- Comunicação

Dra. Fabiana Mugnol - Neuropediatra/consultora

Dra. Karla Wunder - Doutora em Educação/consultora

Juliana Zatt - Advogada/consultora

Flávia de Sá, Fabiana Lourenço, Fátima Cardoso e Juliana Prestes -
Pesquisadoras

Presidente da AMPD: Júlio César de Azeredo Sá

Vice-Presidente da AMPD: Letícia Garcez

BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS



Um projeto da
Associação Mães e
Pais pela Democracia
(AMPD).

INSTAGRAM:

@balcaodedireitos

TELEFONE:

(51) 93637965

EMAIL:

balcaodedireitos2024@gmail.com

Apoio Institucional: Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (SJCDH).

Emenda parlamentar: R\$ 97 mil reais da Deputada Estadual Luciana Genro.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	04
O QUE É O BALCÃO?	06
QUEM SÃO AS PESSOAS ATÍPICAS?	09
ATIVIDADES DO BALCÃO EM 2024	11
MEMÓRIAS ATÍPICAS	13
DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	15
CADASTRO ÚNICO	15
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	16
ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DOS AUTISTAS	19
CIPTEA	20
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR	24
PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO	25
AEE E SIR	25
SAÚDE	27
GARANTIA DE DIREITOS	29
MINI DICIONÁRIO ATÍPICO	34
LEGISLAÇÃO	35
CONTATOS ÚTEIS	37
REFERÊNCIAS	38

APRESENTAÇÃO



“É com grande alegria e orgulho que apresento a cartilha do Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas”.

Deputada Luciana Genro

A luta das famílias atípicas, especialmente das mulheres/mães/profissionais, que são a ampla maioria, vem ganhando cada vez mais força, e esse mérito é todo de vocês, famílias e profissionais que lidam no dia a dia com os problemas e as belezas de viver atipicamente.

Quero agradecer muito à Aline Kerber, que me trouxe a proposta de fazer a emenda parlamentar que viabilizou esse trabalho tão especial que foi realizado em 2024 e que vai continuar com ainda mais força em 2025, agora também com o apoio da deputada federal Fernanda Melchionna.

Nas escolas, nos locais de trabalho, no dia a dia da vida, as demandas são gigantescas e ainda estão muito longe de serem compreendidas, respeitadas e atendidas. Isso inclui desde o cumprimento da lei de minha autoria que proibiu fogos de estampido, passando por monitores qualificados e salas de recursos nas escolas, até a possibilidade de acessar direitos que já existem, além de garantir outros que ainda não estão na lei.

O caminho é longo, árduo e dolorido para muita gente, principalmente para as mães que enfrentam a solidão da maternidade atípica, mas estamos avançando. Esta cartilha retrata um pouco destes avanços e tem a pretensão de colaborar na luta para dar visibilidade a todas essas demandas.

Conto com vocês para que possamos seguir avançando e pautando na Assembleia Legislativa as necessidades das famílias atípicas e para que possamos cada vez mais fazer a sociedade compreender que TODAS AS PESSOAS têm o direito a uma vida digna, com respeito, solidariedade e acolhimento às suas necessidades, por mais atípicas que elas sejam.

Vamos em frente, enfrentando obstáculos e transformando vidas!

Um beijo, Luciana.

O QUE É O BALCÃO DE DIREITOS?

O **Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas** é um projeto que acontece em diferentes lugares e conta com a participação de profissionais de várias áreas, com o objetivo de:

- Apoiar e acolher pessoas atípicas e suas famílias, especialmente mães atípicas, que vivem nas periferias de Porto Alegre e Região Metropolitana.
- Oferecer orientação e formação para que essas pessoas se sintam mais preparadas para enfrentar o **capacitismo**.
- Criar um ambiente de fortalecimento e aprendizados.



VOCÊ SABE O QUE É CAPACITISMO?

Capacitismo é o preconceito e a opressão contra pessoas com deficiência.

O BALCÃO ATUA DE TRÊS FORMAS PRINCIPAIS:

ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS:

ajuda personalizada para cada família ou pessoa.



GRUPOS DE APOIO:

encontros para troca de experiências e apoio emocional.



FORMAÇÕES

curso e treinamentos para enfrentar desafios do dia a dia.



QUEM SÃO AS PESSOAS ATÍPICAS?

São aquelas pessoas que são diferentes do que é considerado comum, ou típico. **São atípicas:**

- Pessoas que têm algum tipo de deficiência (PCDS);
- Pessoas Neurodivergentes;
- Pessoas que vivem com Síndromes ou Doenças Raras.

NEURODIVERGÊNCIAS:

São condições e características que acontecem quando o cérebro da pessoa funciona de um jeito diferente do que é considerado comum ou típico.

NEURODIVERGENTES:

São pessoas que se comportam, pensam, sentem e aprendem de um jeito diferente dos demais. São exemplos de neurodivergentes pessoas **autistas**, com **TDAH** ou **superdotação**. Essas **diferenças** são **naturais** e fazem parte da **diversidade** humana.

AUTISMO:

É uma condição do neurodesenvolvimento que se caracteriza por **diferenças** em relação à **comunicação** e **Interação social**; presença de padrões de **comportamento** considerados **repetitivos**, **rigidez cognitiva**, **disfunção executiva** e **hiperfocos**.



A **Lei Berenice Piana** (Lei 12.764/2012) equipara legalmente o **autista** à **pessoa com deficiência** e garante **acesso** a uma série de **direitos**, como cotas em concursos públicos e atendimento preferencial.

ATIVIDADES DO BALCÃO

ANO 1: 2024

PESQUISA DE OPINIÃO E CADASTRO



- 50 instituições entrevistadas.
- 400 famílias entrevistadas/cadastradas ao longo do ano de 2024.
- 1000 pessoas identificadas nas entrevistas/cadastros das famílias.

12%

dos menores de 12 anos não estão frequentando a escola: faltam vagas e suporte adequado.

45%

dos ouvidos pela equipe do Balcão relataram precisar de apoio jurídico para poder buscar direitos como vaga na escola, terapias e benefícios como BPC.

45%

das famílias ouvidas pelos pesquisadores do Balcão buscam por auxílio da Assistência Social.

80%

das famílias ouvidas pelos pesquisadores afirmam estar em busca de tratamentos e apoio psicológico.

84%

das famílias ouvidas pelo Balcão têm integrantes já diagnosticados, ou sob suspeita de autismo.

ATENDIMENTOS EM GRUPOS - 14

200 mães, familiares e profissionais foram atendidos nos Grupos de Apoio e Mutirões, distribuídos assim:

- 64 pessoas na Restinga (4)
- 51 pessoas na Lomba do Pinheiro (4)
- 32 pessoas no Santa Rosa de Lima (2)
- 20 pessoas no Museu do Hip Hop RS – Vila Ipiranga (1)
- 18 pessoas no Belém Velho (1)
- 16 pessoas em Cachoeirinha (1)
- 14 pessoas em Sapucaia (1)

ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS

21,2% de atendimentos psicológicos.

(com foco em adolescentes autistas em situação de risco de automutilação/suicídio)

31,2% de atendimentos jurídicos.

47,9% de orientações parentais e diversas.

221 pessoas atendidas.



EM 2024, O BALCÃO TAMBÉM CONTOU COM:

- Doação de 200 abafadores de ruídos.
- Arrecadação e distribuição de agasalhos, remédios e alimentos durante a enchente de 2024.
- Atendimentos em 20 bairros de POA.
- Atendimentos em 08 Cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre.



*Resultados parciais até 11/2024.

MEMÓRIAS ATÍPICAS

Registros de Encontros e Eventos realizados pelo Balcão em 2024, como o Lançamento do Balcão, o II Congresso da Educação Inclusiva do RS e encontros com as Comunidades atendidas ao longo do ano.





14

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AUTISTAS SÃO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

A **Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012)** equipara, ou seja, considera legalmente, **autistas** como **peessoas com deficiência**. Isso garante acesso a uma série de direitos, como cotas em concursos públicos e atendimento preferencial em diversas situações.

CADASTRO ÚNICO - CadÚnico

É um cadastro do Governo Federal utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda. A partir desse cadastro, as famílias podem ser incluídas em programas como **Bolsa Família**, **Minha Casa Minha Vida**, **Auxílio Brasil** entre outros e, também, requisitar o **BPC**.

O Número de Identificação Social (NIS) é gerado quando a pessoa se cadastra no CadÚnico.

O cadastro deve ser feito nos postos de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou em outros pontos de atendimento do governo.

Em **Porto Alegre**, o **CadÚnico** pode ser feito no **Tudo Fácil**.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

O **BPC** é um benefício assistencial previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (**LOAS**) concedido a pessoas com deficiência, que atendam aos critérios estabelecidos pela legislação.

BPC PARA AUTISTAS:

Para ter direito ao benefício, a família (ou o beneficiário) precisa comprovar o autismo e a situação de vulnerabilidade socioeconômica.

É preciso apresentar documentação (laudo médico) que comprove a deficiência e que indique a limitação para realização das atividades cotidianas.



IMPORTANTE LEMBRAR:

Autistas são considerados pessoas com deficiência - seja qual for o nível de suporte. O Autismo pode ser comprovado por meio de laudos médicos e avaliação social e psicológica.

Qual a renda familiar necessária para ter direito ao BPC?

Para receber o BPC, a renda por pessoa da família deve ser de até 1/4 do salário-mínimo.

SAIBA COMO CALCULAR A RENDA DA FAMÍLIA:

- **Some** os salários de todos que tem renda: por exemplo, se o pai ganha R\$ 1.200, e a mãe R\$ 800, a renda total familiar será R\$ 2.000.
- **Conte** quantas pessoas moram na casa.
- **Divida** a renda total pelo número de pessoas.
- **Compare** com 1/4 do salário mínimo.

O salário mínimo em 2025 é de R\$ 1.518,00. 1/4 desse valor equivale a **R\$ 379,50**.

Ou seja: para que a família atenda ao critério do BPC, a renda total dividida pelo número de moradores da casa deve ser MENOR ou igual a R\$379,50 por pessoa.



Passos para Solicitar o BPC

- **Verifique se você tem direito** - Tem direito ao BPC pessoas com mais de 65 anos e pessoas com deficiência, que tenham renda familiar menor que 1/4 do salário mínimo.
- **Inscriva-se no CadÚnico**
- **Agende o pedido do BPC no aplicativo Meu INSS ou pelo telefone 135.**
- **Separe documentos necessários** - RG, CPF, comprovantes de endereço e renda, e laudo médico para comprovar deficiências e autismo
- **Compareça à perícia médica, se for solicitado.**
- **Acompanhe o pedido pelo Meu INSS ou telefone.**

A solicitação do BPC pode ser feita também no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde as pessoas interessadas passarão por uma avaliação social e médica.

O processo inclui análise da condição de deficiência, da renda familiar e de outros fatores. É importante reunir todos os documentos, como comprovantes de renda, certidões de nascimento, e documentos médicos que comprovem o autismo.

Passos para Solicitar o BPC

- **Verifique se você tem direito** - Tem direito ao BPC pessoas com mais de 65 anos e pessoas com deficiência, que tenham renda familiar menor que 1/4 do salário mínimo.
- **Inscriva-se no CadÚnico**
- **Agende o pedido do BPC no aplicativo Meu INSS ou pelo telefone 135.**
- **Separe documentos necessários** - RG, CPF, comprovantes de endereço e renda, e laudo médico para comprovar deficiências e autismo
- **Compareça à perícia médica, se for solicitado.**
- **Acompanhe o pedido pelo Meu INSS ou telefone.**

A solicitação do BPC pode ser feita também no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde as pessoas interessadas passarão por uma avaliação social e médica.

O processo inclui análise da condição de deficiência, da renda familiar e de outros fatores. É importante reunir todos os documentos, como comprovantes de renda, certidões de nascimento, e documentos médicos que comprovem o autismo.

LEI DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DOS AUTISTAS

A Lei **14.626/2023** garante **atendimento prioritário** para pessoas autistas em estabelecimentos como:

- Bancos
- Hospitais
- Órgãos públicos
- Rodoviárias
- Agências dos Correios
- Lotéricas
- Instituições financeiras
- Unidades de saúde



A lei também prevê reserva de assentos em veículos de transporte coletivo e de empresas públicas de transporte e de concessionárias de transporte coletivo para pessoas autistas ou pessoas com mobilidade reduzida.

LAUDO DE AUTISMO E SÍNDROME DE DOWN POR TEMPO INDETERMINADO: PORTO ALEGRE/RS

A **Lei nº 13.401**, de 03/2023, estabelece que o Município de Porto Alegre não poderá recusar laudo médico pericial que ateste o Autismo ou a Síndrome de Down em razão da data do exame ou de emissão.



CIPTEA

A Carteira de Identificação da Pessoa Autista é um documento oficial que ajuda a garantir direitos e acesso a benefícios e serviços, como:

- Atendimento prioritário em lugares públicos e privados (como filas de banco, hospitais etc.)
- Isenções fiscais em situações específicas.



CIPTEA - Imagem de Faders.com.br

A utilização da CIPTEA é uma forma **prática** e rápida de atestar a condição de pessoa **autista** e garantir acesso aos **direitos** garantidos por lei.

CIPTEA: SOLICITAÇÃO

Para solicitar a CIPTEA, você precisará de:

- Documento de identidade da pessoa autista
- Documento de identidade dos responsáveis legais
- Laudo médico com indicação do CID para TEA
- Fotografia formato 3x4 da pessoa autista

Em POA e na Região Metropolitana, você pode solicitar a **CIPTEA** nos seguintes locais:

FADERS: faders.rs.gov.br

TUDO FÁCIL: www.rs.gov.br/tudofacil

A CIPTEA é gratuita e tem validade de cinco anos, devendo ser renovada após esse período.



DICA: A CIPTEA pode ser utilizada em conjunto com o cordão de girassol, que é utilizado como identificação de pessoas com deficiências invisíveis, como o TEA. (Lei 13.146/2015)

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA RESPONSÁVEIS POR AUTISTAS

Pais de crianças autistas têm direito à redução da carga horária de trabalho?

Setor Público: Sim, servidores públicos federais, estaduais e municipais podem reduzir a jornada em 20% a 50%, sem redução salarial, com base na Lei nº 13.370/2016 e na Lei nº 8.112/1990.

Setor Privado: Não há garantia automática, mas é possível negociar com o empregador ou solicitar judicialmente.

Essa redução é válida para todos os casos? No setor público, sim. No setor privado, depende de negociação ou decisão judicial.



GRATUIDADE NO TRANSPORTE MUNICIPAL

Quem tem direito à gratuidade no transporte público municipal? Todas as pessoas com deficiência (PCDs) e seus acompanhantes.

Como solicitar? Preencher o formulário no site da EPTC ou ir à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), em POA

ISENÇÃO TRANSPORTE PÚBLICO INTERESTADUAL

Quem tem direito? Pessoas com deficiência de baixa renda.

Como solicitar? Preencher a documentação no CRAS mais próximo ou no site da FADERS.

ISENÇÃO DE ICMS

O que é Isento?

Medicamentos e produtos essenciais à saúde de pessoas com deficiência.

Como funciona?

A deficiência deve ser comprovada com laudo médico.



ISENÇÃO DE ESTACIONAMENTO

Quem pode solicitar? PCDs, incluindo autistas, ou responsáveis.

Como funciona? Através de credencial e adesivo solicitados na EPTC em Porto Alegre. A credencial é válida em todo o Brasil e isenta do pagamento de áreas azuis.

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Quem tem direito? Famílias de pessoas com deficiência de baixa renda, inscritas no CadÚnico.

Como solicitar? Entrar em contato com a concessionária de energia local e apresentar a inscrição no CadÚnico.

23



Direito à Matrícula Escolar para PCDS

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão, Pessoas com Deficiência, incluindo Autistas (Lei Berenice Piana), têm direito à matrícula em escolas regulares.

Negar matrícula para PCDS e Autistas é CRIME.

Legislação no RS: A Lei Estadual nº 15.322/2019 garante o direito de autistas de estudarem no mesmo ambiente escolar que os demais estudantes, em todos os níveis: de ensino: básico, superior e profissionalizante.

ONDE DENUNCIAR VIOLAÇÕES?

- Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância (DPCI), em Porto Alegre.
- Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e Conselho Tutelar.
- Secretaria de Educação (Municipal ou Estadual).

24

PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI)

O PEI é um documento usado na educação inclusiva para garantir que estudantes com necessidades específicas recebam suporte adequado.

- **Objetivo:** Auxiliar na inclusão de estudantes com deficiência, autismo ou altas habilidades.
- **Quem usa?** Professores, família, terapeutas e outros profissionais que acompanham o estudante.
- **Como é feito?** Cada PEI é único, e deve ser feito para atender às necessidades específicas de um aluno.
- **Qual o conteúdo?** Inclui metas, estratégias de ensino, adaptações curriculares e recursos necessários, e deve ser avaliado e ajustado regularmente, conforme o progresso do aluno.

O **PEI** é como um **mapa** elaborado por pessoas que conhecem o aluno e deve ser usado para indicar **caminhos para a aprendizagem**.



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

É um serviço oferecido por profissionais habilitados para apoiar alunos com deficiência, TEA ou altas habilidades; deve ser realizado no contraturno, e na Sala de Recursos e Inclusão (SIR), com materiais adaptados e apoio individual ou em pequenos grupos.

No RS, é a Lei Estadual nº 15.322/2019 que assegura AEE para alunos Autistas no ensino regular.

SALAS DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS (SIRS)

As Salas de Integração e Recursos (SIRs) são espaços de apoio educacional especializado, integrados às escolas municipais de Ensino Fundamental de Porto Alegre.

Profissionais que atuam nas SIRs têm como objetivo investigar as necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e oferecer atendimento pedagógico específico e contínuo.





SAÚDE

DIAGNÓSTICO E TERAPIAS PELO SUS

A Unidade Básica de Saúde (UBS) é o primeiro lugar que você deve procurar para conseguir diagnóstico de condições de saúde, incluindo deficiência e neurodivergências como o autismo, TDAH, TOD, etc.

Na UBS, você pode fazer exames e consultas de rotina com equipes formadas por vários profissionais, como médicos e especialistas em saúde da família.

GERENCIAMENTO DE CONSULTAS EM PORTO ALEGRE (Gercon)

O sistema Gercon organiza as consultas com especialistas pelo SUS, e prioriza o agendamento de acordo com a necessidade indicada pelo médico da família ou pediatra.

Você pode acompanhar o andamento do seu pedido pelo aplicativo 156+Poa, disponível em Porto Alegre.



27

QUEM FAZ O DIAGNÓSTICO DE NEURODIVERGÊNCIAS?

Os diagnósticos de autismo e outras condições neurodivergentes geralmente são feitos por **neurologistas**, **neuropediatras** ou **psiquiatras**, mas outros profissionais, como **médicos da família** ou **pediatras**, também podem fazer o diagnóstico e fornecer o laudo médico.

Investigação tardia: Quando o diagnóstico é feito na adolescência ou na vida adulta, é necessário analisar o histórico da pessoa e realizar testes psicológicos, geralmente conduzidos por **neuropsicólogos**.



O infinito colorido é um dos símbolos das neurodivergências, e representa a diversidade infinita de mentes e formas de pensar.

As cores simbolizam as diferentes condições neurodivergentes, como Autismo, TDAH, Dislexia, entre outras.



GARANTIA DE DIREITOS



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS (DPE/RS)

A DPE/RS oferece orientação e assistência jurídica para pessoas e organizações que enfrentam dificuldades financeiras. São consideradas **financeiramente vulneráveis** as pessoas que comprovarem uma **renda familiar mensal igual ou menor a três salários mínimos** nacionais. Essa análise leva em conta a soma total da renda bruta da família e a **inexistência** de bens móveis, imóveis, créditos, **recursos** financeiros em aplicações, investimentos ou outros direitos econômicos que, juntos, ultrapassem o valor de **300 salários mínimos** nacionais.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

A Defensoria Pública da União (DPU) oferece atendimento jurídico para famílias com renda mensal de **até R\$ 2 mil**. Para quem tem uma renda acima desse valor, é necessário apresentar comprovação de despesas excepcionais, como gastos com medicamentos, alimentação especial ou outras condições que gerem vulnerabilidade.

A DPU está disponível para apoiar e garantir os direitos de quem precisa.

CENTRO DE REFERÊNCIA DO TRANSTORNO AUTISTA (CERTA)

O CERTA oferece atendimento multiprofissional para crianças autistas de até 12 anos, em Porto Alegre. O **encaminhamento** é feito pela Unidade Básica de Saúde (UBS) por meio do sistema Gercon, utilizado pelo município. Atualmente, o CERTA possui capacidade limitada a cerca de 270 usuários, o que restringe o acesso de novos atendimentos.

CAPS E CAPS I

Os Centros de Atenção Psicossocial (**CAPS**) e os Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Juventude (**CAPS I**) acolhem neurodivergentes que apresentam dificuldades graves. Essas unidades contam com equipes multiprofissionais próprias e o acesso aos serviços ocorre por meio de encaminhamentos realizados pela UBS, internações hospitalares, ou outros serviços especializados.



TEACOLHE

O TEAcolhe é um programa gaúcho que promove atendimento a autistas, suas famílias e trabalha em parceria com prefeituras e associações. Realiza atividades de pesquisa e suporte técnico a profissionais de saúde, por meio do serviço TeleSaúde.



FADERS

FADERS oferece serviços para pessoas neurodivergentes, incluindo autistas, com ou sem altas habilidades, e superdotação, além de pessoas com Síndrome de Down.

Os interessados devem realizar um registro de interesse no serviço de acolhimento. A FADERS também emite a CIPTEA e o Passe Livre Intermunicipal.

APAE

As APAES atendem pessoas com deficiência intelectual, múltipla e autismo. Para ser atendido é necessário passar por uma triagem na própria instituição, que avalia as necessidades de forma individualizada.

CEREPAL

O Cerepal trabalha nas áreas de assistência social, saúde e educação para pessoas com paralisia cerebral e outras síndromes neurológicas motoras. Também atende casos de neurodivergências associadas a essas condições.

CASA DOS RAROS

O Centro de Atendimento Integral e Treinamento em Doenças Raras atende pessoas com doenças raras ou de difícil diagnóstico, especialmente aquelas que dependem do SUS. O centro realiza diagnósticos genéticos, pesquisa e atendimento multiprofissional. O acesso é feito por encaminhamento de UBS ou registro de interesse no site da instituição.

AACD

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) atende pessoas de todas as idades por meio do SUS, planos de saúde ou particular. A instituição oferece reabilitação ortopédica, inclusão social, programas esportivos, consultas médicas, exames, cirurgias, terapias e produção de produtos ortopédicos sob medida.

Sua equipe multidisciplinar inclui ortopedistas, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.



KINDER

O Centro da Criança Especial (Kinder) oferece escola, assistência social e atendimento multiprofissional para crianças e adolescentes com neurodivergências combinadas com deficiências múltiplas.

MINI DICIONÁRIO ATÍPICO



ACESSIBILIDADE

Qualidade do que é acessível, especialmente para pessoas com deficiência.

ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS

Ajustes para garantir equidade e acessibilidade para PCDs ou neurodivergentes.

BARREIRAS ATITUDINAIS

Comportamentos e atitudes que dificultam ou impedem a inclusão plena.



CAA - COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA

Métodos de comunicação para pessoas com dificuldades na fala ou escrita, como apps, pranchas ou cards.



DUA - DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Abordagem educacional que busca criar ambientes e práticas de ensino acessíveis a todos, oferecendo múltiplas formas de engajamento, representação e expressão.

ECOLALIA

Repetição involuntária de palavras ou frases ditas por outra pessoa.



HIPERFOCO

Intensa concentração ou interesse, associado a pessoas neurodivergentes, como autistas e indivíduos com TDAH.

DIREITOS ASSEGURADOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRAS E DEMAIS NORMAS



- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** Assegura o direito à educação, saúde, assistência social e proteção às pessoas com deficiência.
- **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS): Lei nº 8.742/1993:** Regulamenta a assistência social, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996:** Estabelece as bases para a educação, incluindo o direito à educação especial.
- **Lei Federal da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - Lei nº 10.436/2002:** Reconhece a LIBRAS como meio de comunicação e expressão.
- **Lei Federal sobre o PEI - Resolução CNE/CEB nº 4/2009:** Determina o desenvolvimento do PEI como parte das práticas inclusivas no Brasil.
- **Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão - LBI) - Lei nº 13.146/2015:** Garante os direitos da pessoa com deficiência, incluindo acesso à educação, saúde e trabalho.

- **Lel Federal Berenice Plana - Lel nº 12.764/2012:**
Equipara autistas a pessoas com deficiência para fins legais.
- **Resolução CME/POA nº 013/2013:** Dispõe sobre as diretrizes para a educação especial no sistema municipal de Porto Alegre, na perspectiva inclusiva.
- **Lel Federal Romeu Mion - Lel nº 13.977/2020:** Cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Autismo (CIPTEA).
- **Lel Federal nº 14.191/2021-** Inclui na LDB a Educação Bilíngue para Surdos.
- **Lel Federal nº 14.626/2023:** Garante atendimento prioritário para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
- **Lel Municipal de Porto Alegre nº 13.401/2023:**
Estabelece laudos por tempo indeterminado para autistas e pessoas com síndrome de Down (T21).
- **Lel Gaúcha Pró-Autismo: Lel nº 15.951/2023 -**
Regulamenta ações para melhorar a qualidade de vida de pessoas com autismo no Rio Grande do Sul.
- **Lel Gaúcha nº 16.164/2024:** Garante o fornecimento de protetores auriculares para estudantes com TEA.
- **Lel Federal nº 14.992/2024:** Promove a inclusão de pessoas com TEA no mercado de trabalho.

CONTATOS ÚTEIS

AFAD - Federação Brasileira das Associações da Síndrome de Down - Porto Alegre

Telefone: (51) 9999-1103 / (51) 9901-1419
E-mail: afadpoa@afadportoalegre.org.br
Site: www.afadportoalegre.org.br
Instagram: <https://www.instagram.com/afadpoa/>

Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD)

Telefone: (51) 99363-7965
Instagram: <https://www.instagram.com/maesepaispelademocracia/>
E-mail: maesepaispelademocracia@gmail.com

CAPS e Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Juventude

Telefone: 156
Instagram: [@saudepoa](https://www.instagram.com/@saudepoa)

Casa dos Raros

Telefone: (51) 3455-0000
Instagram: <https://www.instagram.com/casadosraros>

Defensoria Pública do Estado (DPE) e Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NUDECA)

Telefone: (51) 3211-2233 / ALÔ DEFENSORIA 129
Instagram: <https://www.instagram.com/defensoriapublicars/>

Delegacia de Combate à Intolerância

Telefone: (51) 3288-2570
Instagram: <https://www.instagram.com/policiacivilrsocial/>

FADERS

Telefone: (51) 3287-6500
Site: www.FADERS.rs.gov.br/inicial

Gabinete Deputada Estadual Luciana Genro

Telefone: (51) 99116-4755
Instagram: <https://www.instagram.com/lucianagenro/>

Instituto Colo de Mãe

Telefone: (51) 99389-6921
E-mail: assessoria@institutocolodemae.org
Site: <https://institutocolodemae.org/>

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS)

Telefone: (51) 3295-1100
Instagram: <https://www.instagram.com/ministeriopublicors/>

Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)

Telefone: (51) 3288-9373
Instagram: <https://www.instagram.com/sjcdh.rs/>

REFERÊNCIAS

AUTISMO: Um guia básico para familiares e professores. FARIA, MÁRCIA GRAF. Editora Neurodiversidade, Porto Alegre, 2024.

AUTISTIC ADVOCACY. Horrific Autism Speaks: I am Autism ad transcript. Disponível em: <https://autisticadvocacy.org/2009/09/horrific-autism-speaks-i-am-autism-ad-transcript/>. Acesso em: 02 set. 2024.

AUTISM NETWORK INTERNATIONAL. History of ANI. Disponível em: https://www.autismnetworkinternational.org/History_of_ANI.html. Acesso em: 02 set. 2024.

SILBERMAN, Steve. Neurotribes: The legacy of autism and the future of neurodiversity. New York: Penguin Random House, 2015.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. In: Nervous child, v. 2, p. 217-250, 1943.

BETTELHEIM, Bruno. The empty fortress. New York: The Free Press, 1967. Edição em brochura, 1972.

NEURODIVERSITY. Chance, R. Library of neurodiversity: 1974. Disponível em: https://www.neurodiversity.net/library_chance_1974.html. Acesso em: 02 set. 2024.

Lei Brasileira de Inclusão (LBI): BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2-11, 7 jul. 2015.

Lei Berenice Piana: BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 dez. 2012.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.



Apóio Institucional:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Justiça e Cidadania
Secretaria de Políticas Sociais



Assembleia
Legislativa
Instituição do Poder Legislativo do Rio
Grande do Sul

**Luciana
Genro** PSL
Deputada Estadual

Meta 16



Locação de sede

- Para realização de Grupos de Apoio e evento final
 - Associação dos Moradores da Grande Santa Rosa de Lima (abril de 2024)
 - Moinhos Office (maio de 2024)
 - Sala para atendimento individual psicológico (junho e novembro de 2024)
 - Vila Flores para o Encontro Final (dezembro de 2024)
- Registros fotográficos demonstram os espaços ao longo do relatório

Meta 17



Cafés nos Grupos de Apoio

- para 30 pessoas e Encontro Final para 60 pessoas (meses de agosto, outubro e dezembro de 2024)

Registros Fotográficos:





Metas 18 e 19



Atendimentos Individuais

Relatório da pesquisa dos atendimentos individuais

- segue o relatório no link e abaixo:
https://drive.google.com/file/d/1pn_eoz8LqE0s0t43f344nQBcKjPi-Vbo/view?usp=sharing

RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS 2024

O Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas, projeto da Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD) com apoio da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (SJCDH) e subsidiado através de emenda parlamentar da Deputada Estadual Luciana Genro, tem como objetivo principal promover a inclusão e o acesso aos direitos de pessoas atípicas, com foco em moradores das periferias de Porto Alegre e Região Metropolitana.

Em 2024, o Balcão atendeu um total de **224 famílias nos atendimentos individuais**, resultando em **648 tipos de atendimentos** - realizados em 10 cidades **Porto Alegre e Região Metropolitana (9 cidades)**, incluindo ações em grupo e individuais, com o intuito de acolher, orientar e fortalecer pessoas atípicas e suas famílias.

Este relatório apresenta os dados coletados ao longo do ano de 2024, **demonstrando o impacto do projeto na vida das pessoas atendidas, sobretudo mães atípicas de Porto Alegre, de periferia, sobretudo,** e delineando os desafios e perspectivas para o próximo ano. Os dados aqui apresentados refletem o compromisso do Balcão em promover a inclusão e a garantia de direitos para pessoas atípicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Questões e Demandas Identificadas nos Atendimentos do Balcão:

1. Educação e Inclusão Escolar:

- Dúvidas sobre direito ao profissional de apoio em sala de aula e necessidade de laudo médico.
- Recusa ou dificuldade de matrícula em escolas públicas e privadas, especialmente em Porto Alegre.
- Problemas com monitoria e adaptação escolar, resultando em exclusão, bullying e horários reduzidos, violando o direito à educação das crianças.
- Ações judiciais para garantia de inclusão, como fornecimento de AT (Acompanhante Terapêutico) e adequação das escolas ao PEI (Plano Educacional Individualizado).
- Transferência escolar recorrentes por questões de logística familiar ou falta de condições financeiras para transporte.

2. Saúde e Terapias:

- Falta de acesso a terapias como fonoaudiologia, musicoterapia, terapia ocupacional, psicologia e consultas com neuropediatra.
- Necessidade de medicamentos e tratamento especializado, como uso de canabidiol e acompanhamento neuropsiquiátrico.
- Dificuldade em obter laudos médicos atualizados para dar continuidade aos direitos e benefícios, muito embora tenha lei que determine os laudos por tempo indeterminado para autistas.
- Demora na obtenção de vagas em CAPSi e serviços especializados, afetando a permanência escolar e a saúde mental de mães e seus filhos atípicos.

3. Assistência Jurídica e Social:

- Orientação sobre direitos previdenciários, como BPC/LOAS, CIPTEA e passe livre.
- Ações relacionadas à pensão alimentícia e custeio de tratamentos.
- Questões trabalhistas, como redução de carga horária para pais de crianças com deficiência, sobretudo autistas.
- Denúncias de discriminação, intolerância e negligência por parte de instituições escolares e outros contextos sociais.

4. Casos Específicos de Saúde Mental:

- Relatos de “crises emocionais” e “surtos”, com necessidade de intervenção imediata, incluindo acionamento de serviços emergenciais.

- Impactos psicológicos em crianças e famílias, como ideação suicida e desorganização emocional após situações traumáticas como a enchente e mudanças de rotina.
 - Denúncias de bullying e abusos envolvendo crianças atípicas.
- 5. Demandas Administrativas e Comunitárias:**
- Busca por moradia e auxílio social em situações emergenciais prioritários, como enchentes, para o público atípico.
 - Doações de medicamentos, fraldas e apoio a famílias de baixa renda atípica com prioridade.
 - Encaminhamentos para mutirões de saúde, APAE, AFAD, Instituto Colo de Mãe e outras redes de suporte.
 -

Principais questões:

- 1. Educação:**
 - Falta de vagas em escolas próximas ao local de residência.
 - Necessidade de monitoria exclusiva e recusas de matrículas.
 - Dificuldades em conseguir vagas em educação infantil e apoio especializado.
- 2. Saúde:**
 - Ausência de diagnósticos e laudos necessários.
 - Falta de acesso a terapias multidisciplinares (fonoaudiologia, psicologia, neurologia).
 - Dificuldade em obter medicações essenciais.
 - Problemas de saúde mental, incluindo tentativas de suicídio e crises emocionais.
- 3. Direitos e Apoio Financeiro:**
 - Negativa de benefícios como BPC-LOAS.
 - Desconhecimento de direitos previdenciários e de saúde.
 - Dificuldade financeira para cobrir despesas com tratamentos, terapias e alimentação.
- 4. Inclusão e Discriminação:**
 - Casos de capacitismo e intolerância contra pessoas autistas e suas famílias.
 - Desafios em encontrar espaços para jovens com deficiência se integrarem no mercado de trabalho ou em atividades recreativas.
- 5. Contextos familiares e sociais:**
 - Mães sobrecarregadas emocionalmente e financeiramente.
 - Percepção de desamparo por parte do Estado e instituições responsáveis.
 - Casos de insegurança e medo, como ameaças de vizinhos.

Outras Situações:

- Dúvidas quanto à implementação de recursos visuais na educação infantil.
- Falta de suporte emocional para mães de crianças e jovens autistas.
- Necessidade de melhorias no transporte e na mobilidade urbana para PCDs.
- Casos emergenciais, como perdas em enchentes e falta de abrigo.

Este conjunto de relatos reflete uma busca por suporte integrado em políticas públicas e sociais que assegurem os direitos e o bem-estar das pessoas autistas, com deficiência e de suas famílias.

SOBRE OS DADOS COLETADOS

Os dados a seguir foram coletados durante os atendimentos realizados pela equipe multidisciplinar, Coordenadora e bolsista do Balcão de Direitos, muitas vezes, em locais e situações adversas e delicadas, pois também o projeto é itinerante e não tem sede com computador disponível. Embora as equipes sempre busquem coletar o máximo de informações sobre os casos recebidos, o abalo emocional, psicológico e físico decorrente das situações vivenciadas exige maior foco no acolhimento em detrimento da sistematização dos dados.

Nesse sentido, a coleta dos dados é permeada por fatores externos e apresenta relativa variância de conteúdo: alguns casos apresentam riqueza de detalhes, enquanto outros são mais pontuais. Além disso, a ética da pesquisa social preza pelo bem-estar das populações investigadas, contribuindo para a relativização das investigações de acordo com as circunstâncias e com os atores envolvidos.

O relatório a seguir, portanto, foi confeccionado a partir de rigoroso tratamento e sistematização das informações recebidas e apresenta variância de percentuais de respostas nas questões investigadas. A ausência de estudos quantitativos sobre pessoas atípicas e neurodivergentes e, conseqüentemente, de parâmetros sobre a temática limita a mensuração dos dados para além dos atendimentos do Balcão de Direitos de Pessoas Atípicas, ao mesmo tempo em que se constitui como um instrumento inovador, altamente relevante para a compreensão do universo investigado e suas complexidades no campo das políticas públicas e dos direitos humanos.

PERFIL DOS ATENDIDOS

Perfil	Porcentagem
Mães Atípicas (mulheres)	69,7%
Professores (as), Diretores (as) e outros profissionais de Escolas	9,0%
Profissionais da Assistência Social	4,8%
Pais Atípicos (homens)	3,2%
Outros familiares	3,2%
Crianças Atípicas	3,2%
Adolescentes Atípicos	1,6%
Adultos Atípicos	1,1%
Outros	4,3%
TOTAL	100,0%

Conforme a tabela acima, percebe-se que sete em cada dez atendidos são mães de crianças atípicas (70%), reafirmando o papel central das mulheres genitoras como principais cuidadoras das crianças e adolescentes. Em segundo lugar, profissionais das escolas somam 9% dos perfis atendidos pelo Balcão, denotando a relevância do papel de educadores e educadoras na vida das crianças e na educação inclusiva. Profissionais da Assistência social ocupam o terceiro lugar, com 5% dos casos atendidos. Entre eles, encontram-se 2 conselheiros tutelares. Os pais representam apenas 3% dos atendimentos, corroborando dados obtidos em diversos estudos sobre a ausência paterna nos cuidados parentais dos filhos atípicos. No caso de crianças neurodivergentes, há necessidade redobrada de cuidados na medida em que estas necessitam de maior atenção e acompanhamento em terapias e cuidados. A categoria “outros familiares” é composta por tias, avós, madrinhas, trazendo novamente mulheres na linha de frente dos cuidados com as crianças com deficiência,, especialmente as autistas. O mesmo percentual compõe o atendimento de crianças atípicas (3%), seguido por adolescentes atípicos que buscam seus direitos ou de seus pais. Dois adultos neurodivergentes buscaram atendimento, compondo 1% do total de atendimentos. Em “outros”, encontram-se advogadas, estudantes de pedagogia e profissionais da Saúde Mental (psicólogas, assistentes sociais e psicopedagogas), além de diretores de abrigos.

LOCAL DE MORADIA DOS ATENDIDOS

Região de Moradia dos Atendidos	Porcentagem
Porto Alegre	80,8%
Região Metropolitana	19,2%
Total	100,0%

A maioria dos atendidos reside em Porto Alegre (80,8%) e a divisão de moradores por

Cidade de Moradia dos Atendidos	Porcentagem
Porto Alegre	80,8%
Canoas	8,0%
Sapucaia	5,4%
Esteio	1,3%
Cachoeirinha	0,9%
Gravataí	0,9%
São Leopoldo	0,9%
Alvorada	0,4%
Sapucaia do Sul	0,4%
Viamão	0,4%
Total	100,0%

município apresenta a seguinte distribuição:

Depois de Porto Alegre, Canoas é a cidade que apresenta o maior volume de atendimentos (8,0%), seguida por Sapucaia, sobretudo pelo período da enchente e pós-enchente. Esteio representa 1,3% dos atendimentos e os demais municípios da Região Metropolitana não chegam a 1% de atendidos.

Zona de Moradia dos Atendidos – Porto Alegre	Porcentagem
Zona Sul	20,4%
Zona Norte	22,1%
Zona Leste	24,3%
Zona Central	9,9%

NI	23,2%
Total	100,0%

21 bairros de Porto Alegre tiveram pessoas atendidas. A Zona Leste apresenta os maiores percentuais de atendimentos (24,3%), seguida pela Zona Norte (22,1%) e Zona Sul (20,4%). A Região Central foi a que menos demandou atendimentos (9,9%). Pouco mais de 23% não informou a região de moradia.

PERFIL POR REGIÃO DE MORADIA DOS ATENDIDOS

Perfil dos Atendidos X Região		Região	
		Porto Alegre	Região Metropolitana
Mães Atípicas	% Região	71%	76%
	% do total	54%	18%
Pais Atípicos	% Região	4%	2%
	% do total	3%	1%
Adolescentes Atípicos	% Região	1%	5%
	% do total	1%	1%
Outros Familiares	% Região	3%	5%
	% do total	2%	1%
Professores/ As E Diretores/ As e Outros Profissionais da Escola	% Região	10%	7%
	% do total	8%	2%
Profissionais da Assistência Social	% Região	5%	5%
	% do total	4%	1%
Crianças Atípicas	% Região	4%	2%
	% do total	3%	1%
Adultos Atípicos	% Região	1%	2%
	% do total	1%	1%
Outros	% Região	6%	0%
	% do total	4%	0%
		77%	23,1%

Embora entre os perfis de atendimentos por região não se apresentem variâncias discrepantes, percebe-se que houve maior procura de adolescentes atípicos moradores da Região Metropolitana. Já na Capital, o volume de casos apresentados por profissionais da Educação é mais significativo, proporcionalmente. Todavia, as mães seguem sendo protagonista na busca por atendimento do Balcão.

CANAIS DE ATENDIMENTO COM ATENDIDOS

Canal de Atendimento com Atendidos	Frequência
WhatsApp	60,7%
Presencial	25,1%
Online	7,1%
Telefone	3,1%
Escola	0,9%
Cadep	0,4%
NI	5,8%
Total	103,2%
• Pode ser resposta múltipla	

A soma dos canais de atendimento ultrapassa 100% por conta dos retornos, ou seja, algumas pessoas foram atendidas mais de uma vez através de diferentes canais de comunicação ou no mesmo atendimento. O WhatsApp é o canal mais acessado pelos atendidos (60,7%), sendo que boa parte também através de grupos criados em cada Grupo de Apoio do projeto. Contudo, o volume de atendimentos presenciais é bastante significativo, atingindo mais de 50 pessoas (25,1%). Atendimentos online atingem mais de 7% da população e se referem, especialmente, às plataformas de videoconferências. O telefone também é acessado (3,1%). Escolas e CADEP representam, individualmente,

menos de 1% dos atendimentos. Episódios mais delicados e conturbados são passíveis de ausência de registro e por conta disto, 5,8% dos casos não apresentam dados sobre o canal de atendimento.

NEURODIVERGÊNCIAS INFORMADAS PELOS ATENDIMENTOS SOBRE SI E/OU SEUS FAMILIARES

Neurodivergência dos Atendidos/Familiares	Percentual
AUTISMO	82,4%
TDAH	8,1%
TOD	5,4%
SÍNDROME DE DOWN	2,0%
OUTRAS	12,2%
TOTAL	110,1%
• RESPOSTA MÚLTIPLA	

Mais de 8 a cada 10 atendimentos se referem a casos de autismo (82,4%), neurodivergência que inspirou a criação do Balcão de Direitos de Pessoas Atípicas. O Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ocupa o segundo lugar, com 8,1% dos casos, seguido pelo Transtorno Opositor Desafiador (TOD), com 5,4%. Não raro, essas neurodivergências estão associadas, embora o laudo ainda seja o principal desafio para o público. Embora seja significativa, a Síndrome de Down (T21) abarca apenas 2% dos atendimentos. Outras neurodivergências somam 12,2%, sendo a esquizofrenia a mais recorrente. Bipolaridade e deficiência intelectual também compõem a categoria “outras”.

Os dados desagregados por região trazem à luz as diferenças das neurodivergências atendidas de acordo com o território de moradia, conforme mostra a tabela a seguir:

NEURODIVERGÊNCIAS DOS ATENDIDOS POR REGIÃO

Neurodivergência	Especificação dos dados	REGIÃO		Total
		Porto Alegre	Região Metropolitana	
Autismo	% dentro de Região	80,5%	90,0%	
	% do total	64,2%	18,2%	82,4%
TDAH	% dentro de Região	9,3%	3,3%	
	% do total	7,4%	,7%	8,1%
TOD	% dentro de Região	5,9%	3,3%	
	% do total	4,7%	,7%	5,4%
Síndrome de Down	% dentro de Região	2,5%	0,0%	
	% do total	2,0%	0,0%	2,0%
Outras	% dentro de Região	12,7%	10,0%	
	% do total	10,1%	2,0%	12,2%
	% do total	79,7%	20,3%	100,0%

Percebe-se que a Capital Porto Alegre apresenta maiores percentuais proporcionais de procura de atendimento em todas as neurodivergências exceto no autismo (10% a mais na Região Metropolitana, com 90% de procura, contra 80,5% em Porto Alegre). Embora as diferenças estejam dentro da margem de erro, no caso do TDAH o percentual de atendimentos em Porto Alegre é 170% maior do que na Região Metropolitana. TOD, Síndrome de Down e a categoria “outras” também apresentam maiores índices de atendimento em Porto Alegre, denotando provável baixo conhecimento de outras deficiências e/ou neurodivergências passíveis de atendimento no Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas.

TIPOS DE ATENDIMENTOS

Tipo de Atendimento	Nº	Percentual
Acolhimento	204	91,10%
Informação	156	69,60%
Apoio de Encaminhamento	146	65,20%
Encaminhamento	142	63,30%
TOTAL	648	100%

- **Acolhimento (91% dos atendimentos):** acontece o primeiro contato com o atendido com escuta qualificada, empática e de acolhimento pela equipe
- **Informação (70% dos atendimentos):** durante o atendimento acontece o compartilhamento de pelo menos 1 (uma) informação com o atendido
- **Apoio de encaminhamento (65% dos atendimentos):** quando se indica algum serviço ou rede de proteção para o atendido
- **Encaminhamento (63% dos atendimentos):** quando há o atendimento pela própria equipe ou se faz o encaminhamento direto para outros serviços ou rede de proteção do atendido

ENCAMINHAMENTOS DOS ATENDIDOS

A média de encaminhamentos a partir dos atendimentos realizados em 2024 foi de 1,5 encaminhamentos por pessoa atendida, denotando a efetividade e importância das ações promovidas pelo Balcão de Direitos das pessoas atípicas. Conforme a tabela abaixo, observam-se os tipos de encaminhamentos realizados:

Encaminhamentos dos Atendidos	Porcentagem de casos
-------------------------------	----------------------

Orientação parental	47,3%
Saúde	21,4%
Educação	15,2%
Direito Civil	13,4%
DPE/ DPU	12,0%
Pedido Administrativo	7,6%
Direito Criminal	5,4%
CIPTEA	4,5%
Denúncia de violação – Del. Intolerância e MPRS	4,4%
Assistência Social	4,0%
Direito Previdenciário	4,0%
Processo Administrativo	3,6%
Direito de Família	3,6%
Transporte Público	1,8%
Direito Trabalhista	1,3%
Direito Constitucional	1,3%
Conselho Tutelar	1,3%
Outros	2,2%
TOTAL	153,1%

A orientação parental foi realizada em quase 50% dos casos de forma explícita, mas, em alguma medida, todos os atendimentos foram perpassados por orientações às mães, pais e responsáveis na medida em que os encaminhamentos para diferentes setores também foram realizados. Um em cada 5 atendidos recebeu encaminhamento para questões relacionadas exclusivamente aos direitos na Saúde, tais como laudos, consultas, terapias e medicações (21,4%). A Educação ocupa o terceiro lugar no ranking (15,2%) e compreende muitos casos de vagas e qualidade das vagas em escolas para crianças neurodivergentes – falta de monitores, exclusão, discriminação, *bullying*, tempo de suportabilidade na escola.

Encaminhamentos para Direitos Civis foram os mais expressivos no segmento da Justiça (13,4%) com encaminhamentos à Defensoria Pública – especialmente do Estado,

que compõe a maioria dos casos da categoria – e chegam a 12% dos casos atendidos. Demais encaminhamentos ficam abaixo de 10%, com significativo volume de casos encaminhados para a realização de pedidos administrativos (7,6%), Direito Criminal (5,4%). Encaminhamentos para a confecção da Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CIPTEA, com 4,5% de encaminhamentos) se destacam por sua especificidade e por se tratar de um direito adquirido e pouco conhecido ainda, denotando necessidade de maior divulgação e simplificação na comunicação e nos processos operacionais do serviço para favorecer a identificação do público e o conjunto das políticas públicas.

ENCAMINHAMENTOS POR REGIÃO DE MORADIA

Encaminhamentos	Especificação dos dados	Região		Total
		Porto Alegre	Região Metropolitana	
Assistência Social	% dentro de Região	3,9%	4,7%	
	% do total	3,1%	,9%	4,0%
CIPTEA	% dentro de Região	3,9%	7,0%	
	% do total	3,1%	1,3%	4,5%
Conselho Tutelar	% dentro de Região	1,1%	2,3%	
	% do total	,9%	,4%	1,3%
Defensoria Pública	% dentro de Região	0,0%	4,7%	
	% do total	0,0%	,9%	,9%
Denúncia de violação	% dentro de Região	4,4%	2,3%	
	% do total	3,6%	,4%	4,0%
Denúncia Delegacia	% dentro de Região	,6%	0,0%	
	% do total	,4%	0,0%	,4%
Direito Civil	% dentro de Região	12,2%	18,6%	
	% do total	9,8%	3,6%	13,4%
Direito Constitucional	% dentro de Região	1,1%	2,3%	
	% do total	,9%	,4%	1,3%
Direito de Família	% dentro de Região	4,4%	0,0%	
	% do total	3,6%	0,0%	3,6%
Direito Criminal	% dentro de Região	6,1%	2,3%	
	% do total	4,9%	,4%	5,4%
Direito Previdenciário	% dentro de Região	4,4%	2,3%	
	% do total	3,6%	,4%	4,0%
Direito Trabalhista	% dentro de Região	1,1%	2,3%	
	% do total	,9%	,4%	1,3%
DPE/ DPU	% dentro de Região	11,0%	4,7%	
	% do total	8,9%	,9%	9,8%
Educação	% dentro de Região	14,9%	16,3%	
	% do total	12,1%	3,1%	15,2%
Orientação parental	% dentro de Região	48,1%	44,2%	
	% do total	38,8%	8,5%	47,3%
Pedido Administrativo	% dentro de Região	6,1%	14,0%	
	% do total	4,9%	2,7%	7,6%
Processo Administrativo	% dentro de Região	3,9%	2,3%	
	% do total	3,1%	,4%	3,6%
Saúde	% dentro de Região	20,4%	25,6%	
	% do total	16,5%	4,9%	21,4%
Transporte Público	% dentro de Região	1,1%	4,7%	
	% do total	,9%	,9%	1,8%
Outros	% dentro de Região	2,8%	0,0%	
	% do total	2,2%	0,0%	2,2%
TOTAL		80,8%	19,2%	100,0%

Meta 20



II Congresso da Educação Inclusiva do Rio Grande do Sul

- 26/04/24, tarde e noite, no Centro Cultural da UFRGS, Porto Alegre/RS
- Organização e curadoria do Balcão, AMPD e FAGED/UFRGS
- 600 participantes presencial e online com inscrição no Sympla (presencial) e visualizações nos vídeos no dia do evento:
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1VkqOb2pLPopufY7-8d2n9BhxCE5Rec19/edit?rtpof=true&gid=1293444197#gid=1293444197>
- Links Youtube:
https://www.youtube.com/live/dFLk_5xqMR0?si=_AGoh4H5FB8b9yIq
https://www.youtube.com/live/28m1-5tC7c0?si=FT-_QEWCF-YWSIdJ



Registros Fotográficos:



Meta 21



Encontrão do Balcão – Evento Final

- 07/12/2024, manhã, Complexo Cultural Vila Flores, Porto Alegre/RS
- 60 pessoas que participaram de forma presencial
- Momento de formação, balcão do 1º ano, cuidado e acolhimento das mães e profissionais participantes do projeto



Registros Fotográficos:















Nome completo	CEP/RUA/RIO	E-mail	Telefone	ASSINATURA
Isabel Cristina Peres de Jesus RIBEIRO		isabelcristina.peres@gmail.com	98550309	
Silvane Coelho de Araujo RIBEIRO		silvane.coelho@gmail.com	990400761	
Jenifer Lopes		jeniferlopes@gmail.com	5199209633	
Elisandra Kelyne RIBEIRO		elisandra.kelyne@gmail.com	98000000	
Vanessa Julia Pinheiro RIBEIRO		vanessa.juliana@gmail.com	98000000	
Francineide F. Borges RIBEIRO		francineidef@gmail.com	990094009	
Natália dos Santos Almeida RIBEIRO		natalia.santos@gmail.com	99000000	
Esteliane Santana de Almeida RIBEIRO		esteliane.santana@gmail.com	5138506364	
Lyamilton Serrano de Almeida				
Vivian Eliane de Almeida				
Keila Sanches RIBEIRO		keila.sanches@gmail.com	51954338702	
Elisandra Soares RIBEIRO		elisandra.soares@gmail.com	51954338702	
Carolina Vitor de Almeida		carolina.vitor@gmail.com	51954338702	
Mariana BONDREA				
Lara Bruna Menezes		laramenezes@gmail.com	98000000	
Silvestre A. Lima		silvestre.lima@gmail.com	51954338702	
Andressa L. Lima		andressa.lima@gmail.com	51954338702	
Maria Eli de Almeida		mariaeli@gmail.com	51954338702	
Christiane de Souza		christiane.souza@gmail.com	51954338702	
Barbara Lyndi Balbino		barbalbino@gmail.com	51954338702	
Vitor William Gonçalves		vitorwilliam@gmail.com	51954338702	
Marina de Almeida		marina.dealmeida@gmail.com	51954338702	
Thaís de Almeida		thais.dealmeida@gmail.com	51954338702	
Lara Gomes		lara.gomes@gmail.com	51954338702	
Silvane Santos de Almeida		silvane.santos@gmail.com	51954338702	

230

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.



Documento assinado digitalmente
JULIO CESAR DE AZEREDO SA
Data: 28/02/2025 11:59:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Júlio César de Azeredo Sá

Presidente

Associação Mães e Pais pela Democracia



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

TERMO DE COLABORAÇÃO FPE Nº 1581/2023 – EP Nº 480

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**, E DE OUTRO LADO, A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL **ASSOCIAÇÃO MÃES E PAIS PELA DEMOCRACIA - AMPD**, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROJETO "BALCÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS ATÍPICAS".

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**, sediada na Avenida Borges de Medeiros, nº 1501, 4º andar, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 13.095.667/0001-67, neste ato representada por seu Titular, **FABRÍCIO GUAZZELLI PERUCHIN**, portador da Carteira de Identidade nº 9056963128 – SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 981.655.690-15, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e a **ASSOCIAÇÃO MÃES E PAIS PELA DEMOCRACIA - AMPD**, sediada na Rua Hoffmann, nº 459, Bairro Floresta, no Município de Porto Alegre/RS, CEP 90.220-170, inscrita no CNPJ sob o nº 33.920.233/0001-61, adiante denominada apenas **ORGANIZAÇÃO PARCEIRA**, representada por seu representante legal, **JÚLIO CÉSAR DE AZEREDO SÁ**, portador da Carteira de Identidade nº 9031852917/SSP/RS e do CPF nº 559.635.010-91, RESOLVEM, em conformidade com o expediente administrativo nº 23/2800-0000831-8, com base na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Estadual nº 53.175, de 25 de agosto de 2016 e na Instrução Normativa CAGE Nº 05, de 27 de dezembro 2016, celebrar o presente Termo de Colaboração, mediante as seguintes cláusulas e condições, previamente acordadas e expressamente aceitas:



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração inscrito no Sistema de Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 1581/2023, visa à execução do projeto “Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas”, cujo objetivo é fornecer recursos para o acolhimento de famílias de pessoas com deficiência, TEA, T21, deficiências múltiplas e doenças raras, por meio de assessoramento jurídico e acolhimento psicossocial, sobretudo pessoas com deficiências e mães atípicas, nos termos do Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste instrumento, na forma de seu Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETIVO

Constitui objetivo do presente Termo de Colaboração a execução do projeto “Balcão de Direitos das Pessoas Atípicas”, que tem por objeto fornecer recursos para o acolhimento de famílias de pessoas com deficiência, TEA, T21, deficiências múltiplas e doenças raras, por meio de assessoramento jurídico e acolhimento psicossocial, sobretudo pessoas com deficiências e mães atípicas, nos termos do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPIES

I – Compete à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- a)** viabilizar os meios e recursos necessários à execução do objeto;
- b)** publicar o extrato do Termo de Colaboração e de seus aditivos no Diário Oficial do Estado, para que o instrumento produza seus efeitos legais e jurídicos;
- c)** repassar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA os recursos financeiros necessários à execução do objeto, conforme previsto no cronograma de desembolso;
- d)** prorrogar de ofício a vigência do Termo de Colaboração quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao período verificado;
- e)** monitorar e avaliar a execução, em especial, das diretrizes, das fases e das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

f) proceder a análise técnica e financeira das prestações de contas apresentadas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, nas condições e prazos estabelecidos na legislação específica;

g) emitir parecer sobre a regularidade das contas, aprovando-as, com ou sem ressalvas, ou rejeitando-as;

h) instaurar tomada de contas especial quando constatada evidências de irregularidades; e,

i) assumir o controle ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto no caso de paralisação injustificada, de modo a evitar a descontinuidade, sem prejuízo das providências legais cabíveis.

II – Compete à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA:

a) executar o projeto estabelecido no Plano de Trabalho pactuado neste Termo de Colaboração;

b) manter os recursos financeiros depositados em conta bancária específica do Termo de Colaboração, cuja abertura deve ser efetuada no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL, devendo ser aplicados enquanto não forem utilizados;

c) prestar contas dos recursos transferidos, bem como de seus rendimentos, observados os prazos e critérios definidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

d) manter escrituração contábil regular;

e) assumir a responsabilidade pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

f) responder pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários relativos à execução do objeto deste Termo de Colaboração, não implicando em responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

g) não realizar despesa posterior ao prazo de vigência do presente Termo, salvo na hipótese prevista no art. 49 da IN CAGE Nº 5/2016, sob pena de glosa de despesas e/ou reprovação da prestação de contas;



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

h) divulgar o Termo de Colaboração em sítio eletrônico próprio e em quadros de avisos de amplo acesso público, contendo as informações mínimas previstas no artigo 92 da IN CAGE Nº 5/2016;

i) prestar informações e esclarecimentos sobre a execução deste Termo de Colaboração sempre que solicitado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou pelos órgãos fiscalizadores;

j) apresentar, de forma prévia, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA as alterações que julgar necessárias no Plano de Trabalho;

k) responsabilizar-se pela guarda e manutenção dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Termo, informando, sempre que solicitado, onde e em que atividades, programas ou projetos estão sendo utilizados; e,

l) restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos casos de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos em conta corrente e de aplicação financeira, no prazo de até 30 (trinta) dias após o término da vigência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, para a execução do objeto deste Termo, alocará recursos no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), à conta dos seguintes dados orçamentários:

Unidade Orçamentária: 28.75

Projeto: 1039

Recurso: 0001

Natureza da Despesa: 3.3.50.43

Empenho:

Data do Empenho:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A liberação de recursos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ocorrerá mediante a observação do Cronograma de Desembolso bem como a verificação da adimplência e regularidade da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: No caso de liberação em mais de uma parcela, deverá ser comprovado que os recursos da parcela anterior foram aplicados no objeto do Termo, para que seja liberada a parcela subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da súmula no DOE, podendo ser prorrogado e/ou modificado, por acordo das partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Este Termo poderá ser alterado, mediante proposta formalizada e justificada da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, sendo vedada alteração que resulte na modificação do objeto, observados os requisitos de que trata o artigo 59 da IN CAGE Nº 5/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA deverá monitorar, acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, ao longo de sua vigência, analisando as informações, os dados e as prestações de contas parciais incluídas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA no Portal de Convênios e Parcerias RS, efetuando vistorias e validando a documentação.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O Monitoramento será efetuado pelos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação e o acompanhamento e a fiscalização será exercida pelo Gestor designado pela Portaria nº 051/2023, publicada no DOE, em 07 de julho de 2023, que deverão zelar pelo efetivo cumprimento do objeto da parceria.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Quando em missão de monitoramento, fiscalização ou auditoria, os servidores da Administração Pública, e os servidores da CAGE e do TCE, terão livre acesso aos processos, documentos e informações relativas ao presente Termo de Colaboração.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA apresentará à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

a) prestação de contas parcial, mediante Relatório Parcial de Execução do Objeto, no Portal de Convênios e Parcerias RS. Na hipótese de omissão no dever de prestar contas o gestor da parceria notificará a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA para, no prazo de quinze dias, apresentá-las; e,

b) prestação de contas final, por meio de Relatório Final de Execução do Objeto, que deverá conter os elementos previstos no art. 73 da IN CAGE Nº 5/2016, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento de verbas rescisórias.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As despesas serão comprovadas mediante encaminhamento dos documentos fiscais pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, devendo as faturas, os recibos, as notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios válidos serem identificados com referência ao nome do órgão/entidade da Administração Pública e ao número do Termo de Colaboração.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Cabe à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA notificar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA para saneamento das irregularidades e eventual devolução de recursos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, verificada omissão no dever de prestar contas parcial reterá a liberação dos recursos e notificará a organização parceira, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar justificativa, sob pena de rescisão unilateral e instauração de tomada de contas especial.

SUBCLÁUSULA QUARTA: Após a análise da prestação de contas final, constatada qualquer irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA notificará a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, fixando o prazo máximo de 30 (trinta) dias para proceder ao saneamento ou efetuar a devolução dos recursos atualizados, sob pena de inscrição no CADIN/RS.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

SUBCLÁUSULA QUINTA: A não apresentação da prestação de contas final no prazo determinado ou a rejeição da prestação de contas, decorrente de dano ao erário, ensejará o encaminhamento dos autos à autoridade administrativa competente para instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA NONA - DOS BENS

Os bens adquiridos com recursos deste TERMO destinam-se ao uso exclusivo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, sendo vedada a sua utilização para uso pessoal a qualquer título.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Os bens devem ser incorporados ao patrimônio da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, após a aprovação da prestação de contas final,

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Após aprovada a prestação de contas, mediante autorização prévia da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, poderá ser efetuada transferência de domínio de bem móvel permanente em período inferior a cinco anos da aprovação, bem como de bem imóvel a qualquer tempo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A transferência do domínio do bem depende de vinculação à mesma finalidade do Termo e de formalização de instrumento jurídico próprio pela Organização Parceira, sob pena de reversão ao patrimônio da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá, garantida a prévia defesa, no caso de execução do presente instrumento em desacordo com o Plano de Trabalho e a legislação vigente, aplicar à Organização Parceira as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

O presente Termo poderá, a qualquer tempo, ser rescindido, desde que seja dada publicidade da intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Constituem motivos para rescisão unilateral, a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, a má execução ou inexecução da parceria, que podem ser caracterizadas por:

- a)** não cumprimento das metas fixadas ou a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b)** verificação de informação falsa em documento apresentado pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;
- c)** utilização dos bens adquiridos com recursos do Termo em finalidade distinta ou para uso pessoal;
- d)** não apresentação das contas nos prazos estabelecidos;
- e)** não aprovação da prestação de contas parcial; e,
- f)** interesse público de conhecimento amplo, devidamente justificado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Na hipótese de rescisão ficam os partícipes vinculados às responsabilidades, inclusive de prestar contas, relativas ao período em que tenham participado do Termo, e com relação aos saldos financeiros estes deverão ser devolvidos às partes, cotejada a proporcionalidade dos recursos e da contrapartida em bens ou serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir qualquer questão decorrente deste instrumento, fica eleito o Foro de Porto Alegre, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS

E, por estarem assim justas e avençadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, de de 2023.

FABRÍCIO GUAZZELLI PERUCHIN,

Secretário de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos



Documento assinado digitalmente
JULIO CESAR DE AZEREDO SA
Data: 19/12/2023 19:33:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

JÚLIO CÉSAR DE AZEREDO SÁ,

Associação Mães e Pais pela Democracia - AMPD

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

